Anderson Pereira Portuguez
Maria de Lourdes Silva Gonçalves
Silvia Maria Lopes Monteiro

ENTRE PRAIA E TARRAFAL

Vivências Acadêmicas e Culturais na Ilha de Santiago, Cabo Verde



Coleção
Ciências Humanas
EDITORA BARLAVENTO

Anderson Pereira Portuguez
Maria de Lourdes Silva Gonçalves
Silvia Maria Lopes Monteiro



ENTRE PRAIA E TARRAFAL
Vivências Acadêmicas e Culturais na Ilha de Santiago, Cabo Verde

Ituiutaba, MG
2026
EDITORA BARLAVENTO

© Anderson Pereira Portuguez, Maria de Lourdes Silva Gonçalves, Silvia Maria Lopes Monteiro, 2026.
Editor da obra: Mical de Melo Marcelino.
Arte da capa e das portadas: Anderson Pereira Portuguez.
Diagramação: Equipe Barlavento de diagramação e ilustração.
.

Conselho Editorial – Grupo Geografia e Meio Ambiente

Editora-chefe: Mical de Melo Marcelino

Pareceristas brasileiros	*Pareceristas internacionais*
Dr. Rosselvelt José Santos	Dr. José Carpio Martin - Espanha
Dr. Giovanni F. Seabra	Dr. - Ernesto Jorge Macaringue - Marrocos
Dr. Leonardo Pedroso	**Msc. Mohamed Moudjabatou Moussa - Benin**
Dr. Jean Carlos Vieira Santos	Msc. Diamiry Cabrera Nazco - Cuba
Profa. Claudia Neu	Dra. Sucel Noemi Alejandre Jimenez - Cuba
Dr. Antonio de Oliveira Jr.	

Todas as obras da Editora Barlavento são submetidas a pelo menos dois avaliadores do Conselho Editorial.

Todos os direitos desta edição foram reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da Editora Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

Editora Barlavento
CNPJ: 19614993000110
Prefixo editorial: 87563/ Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilè Àse Babá Olorigbin.
Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.
barlavento.editora@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Portuguez, Anderson Pereira
Entre Praia e Tarrafal [livro eletrônico] : vivências acadêmicas e culturais na Ilha de Santiago, Cabo Verde / Anderson Pereira Portuguez, Maria de Lourdes Silva Gonçalves, Silvia Maria Lopes Monteiro. -- Ituiutaba, MG : Editora Barlavento, 2026.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-87563-80-0

1. África - História 2. África - Geografia 3. Estágio Curricular Supervisionado 4. Estudos interculturais 5. Relatos de experiências I. Gonçalves, Maria de Lourdes Silva. II. Monteiro, Silvia Maria Lopes. III. Título.

26-408558.0 CDD-306.071

Índices para catálogo sistemático:

1. Estudos culturais : Sociologia 306.071

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

DOI 10.54400/978-65-87563-80-0

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
Curso de Geografia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA REPÚBLICA DE CABO VERDE

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE
PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM GESTÃO DA ECONOMIA RURAL PARA UMA AGRICULTURA INTELIGENTE
Curso de Geografia e Ordenamento do Território

AGRADECIMENTOS AOS APOIADORES

Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal

Instituto de Ciências Humanas do Pontal

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - UFU

Universidade de Cabo Verde

Escola de Ciências Agrárias e Ambientais da UniCV

Editora Barlavento

REALIZAÇÃO

Grupo de Estudos e Pesquisas sobre
CULTURA, DESCOLONIALIDADE
E TERRITÓRIO
CNPq/UFU

Quando o avião sobrevoou a Ilha do Sal, vi Cabo Verde pela primeira vez.
Um arrepio percorreu-me a espinha: ia pisar em solo africano, enfim, pela primeira vez.
A aeronave seguiu o rumo ao sudeste e, depois de mais alguns minutos, pousamos na cidade de Praia.
Realizava o sonho de dez anos: viajar para um país africano para estudar a África.
No carro, a caminho do hotel, telefonei para minha mãe, no Brasil, numa alegria quase irreal:
— Mãe, finalmente estou na África! — disse-lhe, tomado pela emoção.
Mas o motorista, convicto, sentenciou:
— Não está, não!
Confuso, olhei para o moço ao volante e murmurei:
— Perdoe-me, não entendi. O que o senhor disse?
E ele, com calma, respondeu:
— O senhor está em Cabo Verde, a África é lá no continente, no litoral.
Chocado, desliguei o telefone. O silêncio atônito tomou o meu lugar.
Onde, afinal, eu acabara de chegar?

SUMÁRIO

Introdução 11

Impactos do Projeto 16

Unidade 1: Cabo Verde: a encruzilhada do Atlântico 20

Cabo Verde: o Paraíso Atlântico da África 21

Cabo Verde: a encruzilhada insular atravessada por temporalidades, historicidades e territorialidades lusitanas e africanas 22

A República de Cabo Verde no tempo presente 27

Experiências acadêmicas e vivências culturais em Cabo Verde 43

Entre achadas, ribeiras e o mar bravio: trabalhos de campo em Praia, Cidade Velha e arredores 48

Praia: a capital das ilhas crioulas 48

Ribeira Grande de Santiago: a atual Cidade Velha 59

Entre Praia e Tarrafal: uma incursão pelo interior da Ilha de Santiago 65

Experiências comunitárias de desenvolvimento local na Ilha de Santiago 68

Unidade 2: Uma proposta decolonial para o ensino de Geografia da África no Brasil 89

A Geografia da África no contexto da Lei Federal 10.639/2003 92

O ensino de Geografia da África no Brasil 96

O ensino de Geografia em Cabo Verde 102

Construindo uma proposta afrocentrada de ensino de Geografia da África 110

Em busca de inspirações e referências 110

A formação geográfica em Portugal, No Brasil e na África Lusófona 113

Nossa proposta: uma geografia da África inspirada na crítica colonial de Amílcar Cabral 121

Considerações finais 140

Referências 144

Referências citadas..... 145

Recomendações de leituras para compreender a África e a cultura afro-brasileira..... 150

INTRODUÇÃO

Esta obra foi elaborada a partir do relatório de estágio pós-doutoral realizado pelo Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguez, no âmbito do Programa de Doutoramento em *Gestão da Economia Rural para uma Agricultura Sustentável* da Escola de Ciências Agrárias e Ambientais da Universidade de Cabo Verde, com foco na linha de pesquisa intitulada "*Estudos Africanos"*. Em Cabo Verde, o pós-doutorando foi recebido pela professora Dra. Maria de Lourdes Silva Gonçalves, sua supervisora, e pela professora Dra. Silvia Maria Lopes Monteiro.

O presente texto, portanto, foi elaborado a partir da experiência de trabalho desses três docentes, que para além de cumprirem uma agenda acadêmica, estabeleceram laços de grande afetividade e intercambiaram vivências culturais.

O objetivo geral do estágio foi consolidar uma cooperação internacional integrada, com vistas à elaboração de uma ficha de disciplina optativa para a disciplina de *Geografia da África* a partir de uma abordagem decolonial afrocentrada, tendo como ponto de partida a experiência de ensino dessa disciplina em cursos de Geografia de universidades africanas localizadas em países lusófonos. Além desse propósito, buscou-se estabelecer uma interlocução estratégica com pesquisadores e pesquisadoras de Cabo Verde que estudam temas de interesse da Geografia, da educação geográfica e da cultura africana.

Os objetivos específicos do projeto foram pensados para que pudéssemos desfrutar de uma experiência acadêmica e cultural no continente africano e, ao mesmo tempo, pudéssemos gerar produtos que fossem frutos não só de estudos teóricos, mas também de nossas interações em terras crioulas.

Como nos ensina Souza (2026), nos países lusófonos, o termo "crioulo" designa os filhos de casamentos inter-raciais e, por extensão, as culturas nascidas do colonialismo português sobretudo no território africano. Via de regra, o termo não tem conotação ofensiva nessas

regiões. Em Cabo Verde o português é a língua oficial, mas a população fala cotidianamente o crioulo cabo-verdiano, que é usado como segunda língua. Trata-se de uma língua de resistência, que se desenvolveu no arquipélago utilizando a base lexical da língua portuguesa, mesclando vocabulários africanos e de origem lusitana. No caso de Cabo Verde, o termo crioulo pode, ainda, representar aquilo que é típico, que é próprio do país e que reflete a identidade cultural desse Estado-Nação.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, duas referências nos deram o direcionamento que necessitávamos para a realização de nossa pesquisa e, ainda, para a estruturação das vivências em Cabo Verde. Portuguez (2010) utilizou uma série de procedimentos de campo baseados na sociointeratividade vygotskyana e no reconhecimento dos saberes locais na produção de um discurso de ciência focado nas comunidades tradicionais de pescadores do paleodelta do rio Doce (ES, Brasil). Venturi (Org. 2009), por sua vez, nos oferece orientações claras e objetivas para a utilização adequada de fontes não bibliográficas e para a produção de dados primários como levantamentos estatísticos, fotografias, filmagens, mapeamentos, observações de campo, realização de entrevistas, experimentos laboratoriais diversos e muitas outras ações.

No conjunto, estas referências nos deram os rumos para a construção de uma proposta de cooperação científica coerente com o que nos propusemos a fazer no Brasil e em Cabo Verde. Porém, no que se refere especificamente à construção de uma proposta afrocentrada de ensino de Geografia, utilizamos como referência o pensamento de crítica à colonialidade de Amílcar Cabral, esse grande líder revolucionário nascido em Guiné Bissau, que lutou arduamente pela independência de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e países como Moçambique e Angola. Suas ideias inspiradoras influenciaram autores brasileiros como Paulo Freire, com o qual trabalhamos em nossos planejamentos pedagógicos pelo menos desde 2005.

Em termos mais operacionais, a metodologia de nosso projeto de pós-doutoramento foi dividida em três momentos, integrando pesquisa e experiências vivenciais em Cabo Verde.

O primeiro momento correspondeu à etapa de gabinete, ou seja, aos estudos teóricos e levantamento de referências. Na segunda etapa, realizamos a viagem de estudos para Cabo Verde, em busca de vivências culturais e acadêmicas em terras cabo-verdianas. Por fim, o terceiro momento correspondeu à etapa da produção do relatório final ora apresentado.

Entre as ações remotas, destacamos a revisão bibliográfica, a coleta de materiais documentais e bibliográficos, bem como a interlocução com as professoras Maria de Lourdes Silva Gonçalves (supervisora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação anfitrião) e Silvia Monteiro (coordenadora do Grupo Disciplinar de Geografia da UniCV).

O levantamento bibliográfico foi o ponto de partida, com coleta sistemática e aquisição de materiais acadêmicos relevantes sobre Geografia da África e o ensino dessa disciplina no Brasil e em Cabo Verde. Utilizamos as seguintes bases de dados: *Scopus, Web of Science*, *Scielo*, JSTOR e catálogos de universidades (USP, UFU, UniCV e outras). A análise foi eminentemente qualitativa, baseada no paradigma da decolonialidade.

A descolonização corresponde ao processo de desestruturação do domínio colonial de nações europeias sobre territórios americanos, africanos e asiáticos. Tal desestruturação teve causas variadas e levou à independência de países como o Brasil (1822) e Cabo Verde (1975). Porém, a descolonização não pôs fim à mentalidade colonial das elites, que se manteve viva nas ex-colônias portuguesas.

No Brasil, por exemplo, as “permanências” pós-coloniais se manifestam no racismo estrutural, no machismo, no poder patriarcal, na concentração de terras nas mãos de famílias brancas, na demonização de culturas e religiões indígenas e de matriz africana, na dizimação

populacional dos povos indígenas, na manutenção dos privilégios sociais de pessoas brancas, etc. É nesse contexto que surge a ideia de "decolonialidade", ou seja: a descolonização pôs fim ao processo formal de colonização, mas não promoveu políticas de superação do privilégio das pessoas brancas e a subalternização de negros e indígenas. Nesse sentido, Portuguez (2025a) nos lembra que a decolonialidade busca descentrar o pensamento eurocêntrico e abrir espaço para outras leituras do tempo, da ciência, da moral, da cultura, do espaço geográfico e da política.

Paralelamente, foi realizado o levantamento documental, com a coleta de planos de ensino de Geografia da África em plataformas de cursos de graduação oferecidos por universidades brasileiras e africanas (países lusófonos) que disponibilizam essa disciplina em suas páginas *web*. Este material foi catalogado, comparado e analisado (quando possível) quanto aos objetivos de aprendizagem, conteúdos, métodos didáticos, avaliação e recursos pedagógicos. A partir dessa análise, foram identificadas as convergências e diversidades nas abordagens pedagógicas, bem como lacunas que justificam futuras adaptações curriculares e conteúdos de ensino.

Para fortalecer a qualidade e a relevância do conhecimento produzido, há um componente de diálogos interinstitucionais que será mantido no longo prazo, por meio do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura, Decolonialidade e Território (CNPq/UFU). Reuniões entre docentes de instituições envolvidas permitirão uma troca constante e de longo prazo de experiências sobre planos de ensino e práticas pedagógicas da Geografia da África. Esses encontros serão organizados por meio de aplicativos de reuniões virtuais com pautas temáticas, sempre para privilegiar a afrocentralidade da análise geográfica.

As visitas técnicas e os trabalhos de campo, realizados durante a viagem a Cabo Verde (15 a 22 de março de 2026) foram organizados para conhecer localidades onde há experiências locais de desenvolvimento de base local ou comunitária, assim como conhecer

comunidades tradicionais de pescadores e grupos sociais detentores de saberes ancestrais. Também observamos a geograficidade da agricultura e buscamos entender, ainda que em linhas gerais, como se dá o processo de produção social do espaço rural e urbano na ilha de Santiago, em Cabo Verde.

Entre 22 e 25 de março de 2026, para atender a interesse de outras disciplinas ministradas pelo pós-doutorando[1], a viagem estendeu-se para estudos complementares em Portugal, com foco na integração entre saberes acadêmicos e experiências de campo relacionados ao turismo de base local em Óbidos, Sintra e Nazaré, assim como à produção de espaços hieropolitanos como Fátima e Batalha. Essa etapa da viagem, porém, não fará parte desse livro, pois ensejou um artigo científico publicado a parte.

Algumas entrevistas foram realizadas de forma aberta em Cabo Verde, buscando compreender percepções locais sobre a dinâmica de uso da terra, desenvolvimento rural sustentável e experiências de base comunitária de desenvolvimento do turismo. Tais ações de campo, como já citado anteriormente, seguiram as recomendações metodológicas aprendidas com Oliveira, Cunha Júnior e Domingos (Orgs., 2025), Venturi (Org. 2009) e Portuguez (2010).

Além disso, foi constituído um acervo fotográfico com temas de interesse geográfico, contemplando paisagens, usos do solo, infraestrutura rural, turismo, pesca e aspectos culturais que revelam a relação entre espaço geográfico e desenvolvimento local. As imagens foram organizadas de modo temático e temporal em um banco digital acessível, com metadados descritivos para facilitar a consulta e o uso acadêmico, preservando os direitos autorais e garantindo a assinatura quando necessário.

Apenas para complementar nossas ações de campo, também observamos as infraestruturas de circulação e conectividade digital da Ilha de Santiago e estratégias de gestão da água e do solo em consonância com a agenda de sustentabilidade agrícola local. Essas atividades

[1] Geografia do Turismo, Geografia Cultural e Geografia da Religião.

incluíram entrevistas abertas com produtores e vendedoras dos mercados das cidades de Praia, Assomada e Tarrafal.

IMPACTOS DO PROJETO

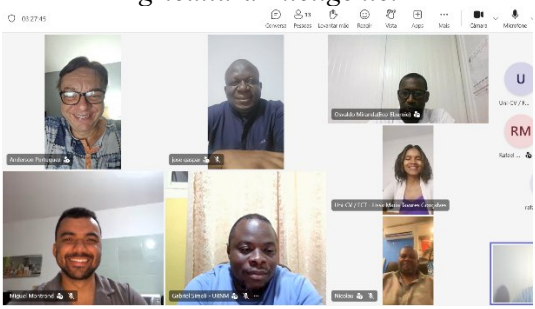
Falemos, pois, dos impactos do Projeto de Cooperação entre a UFU e a UniCV com vistas à realização do estágio pós-doutoral do professor brasileiro. De partida, registramos que as ações de planejamento e cooperação institucional constituíram parte relevante do pós-doutoramento e ocorreram ao longo do ano de 2025, antecedendo o período formal de pós-doutoramento (janeiro a junho de 2026). Reuniões com a professora supervisora do pós-doutoramento, em Cabo Verde, possibilitaram a definição de diretrizes para trabalhos em parceria, ações futuras entre as duas universidades (UFU e UniCV), cronogramas de publicações e outras atividades de interesse mútuo.

No que se refere à produção científica, esta tem sido desenvolvida em regime de cooperação, com a publicação do presente livro, com a organização de um livro intitulado "*Estudos Africanos e Afro-Brasileiros*", e, ainda, com a submissão de um projeto ampliado de cooperação bilateral entre a UFU e a UniCV em um edital de fomento do CNPq em agosto de 2026. Espera-se que, uma vez aprovado, o projeto possa ser executado nos anos de 2027 e 2028.

Ainda como como contrapartida, e para ampliar o impacto social do projeto de cooperação, o professor brasileiro ofereceu algumas *Atividades Complementares*, entre elas, a oferta de palestras que integraram a carga horária de uma disciplina do Programa de Doutorado em "Gestão da Economia Rural e Agricultura Inteligente", com conteúdos que uniram temas como: planejamento territorial do turismo rural, desenvolvimento de base local e diagnóstico rural participativo em bacias hidrográficas (figura 1). Também ministramos uma palestra para

os alunos dos cursos de graduação em Geografia e Agronomia da UniCV (figura 2).

Figura 1: Aula ministrada em Cabo Verde, com transmissão online para doutorandos do Programa de Pós Graduação em Gestão da Economia Rural para uma Agricultura Inteligente.



Fonte: Foto de Joaquim S. Luís (2026).

Figura 2: Aula ministrada em Cabo Verde para alunos dos cursos de Geografia e Agronomia



Fonte: Portuguez, A. P. (2026).

Um dos grandes marcos desse momento de cooperação, foi a nossa recepção do pós-doutorando, que a UniCV organizou com algumas altas autoridades da Universidade (figura 3), momento em pudemos dialogar sobre projetos futuros de interesse de ambos os cursos de Geografia (ICHPO/UFU e UniCV).

Figura 3: Recepção institucional em Cabo Verde



Fonte: Disponível em: https://unicv.edu.cv/pt/fct/arquivo-fct/5576-uni-cv-acolhe... Acessado em 10/04/2026.

A reunião de recepção contou com a presença da Professora Sónia Semedo, Pró-Reitora para as áreas de Investigação e Formação Avançada; da Professora Maria dos Anjos Lopes, Presidente da Faculdade de Ciências e Tecnologias e da Escola de Ciências Agrárias e Ambientais; da Professora Sílvia Monteiro, Coordenadora do Grupo Disciplinar de Geografia; e da Professora Maria de Lourdes Gonçalves, Diretora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Economia Rural para uma Agricultura Inteligente, e que é também supervisora do investigador na Uni-CV.

Os resultados finais do pós-doutoramento (relatório) foram apresentados ao Curso de Geografia do ICHPO/UFU, com a abertura formal de um processo administrativa que objetivou criar uma nova disciplina optativa para o curso, tanto para a habilitação Licenciatura, quanto para a habilitação Bacharelado. A disciplina intitulada "*Geografia da África e Territorialidades Afro-Brasileiras"* serás, ainda, ofertada como optativa para diversos cursos de graduação do Campus Pontal da UFU, em especial para os cursos de Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em História.

O relatório final do estágio, após ser reelaborado a três mãos, é agora apresentado na forma do presente livro, que traz um relato das vivências e experiências vivenciadas em Cabo Verde durante o pós-doutorando e, ainda, apresenta uma proposta de plano de ensino para a disciplina *Geografia da África e Territorialidades Afro-Brasileiras*.

A pesquisa necessária à elaboração do *Plano de Ensino* proposto aborda questões centrais da área de concentração *Estudos Africanos*, articulando conteúdos como o ensino de Geografia em Cabo Verde, a formação de professores de Geografia na África lusónona, o papel do Brasil e de Portugal na formação de recursos humanos para as universidades de países afro-lusófonos, entre outros temas.

Por fim, podemos dizer que um desdobramento positivo dessa nossa viagem foi despertar em mais pessoas o interesse em conhecer Cabo Verde e em estudarem na UniCV. Atualmente, três mestres em Geografia, egressos do PPGEP/ICHPO/UFU estão preparando projetos para submeterem-se à seleção do *Doutorado em Gestão da Economia Rural para uma Agricultura Inteligente*, para o ano letivo 2026/2027. Há, ainda, um estudante atendido em cursos de extensão da UFU que foi recentemente aprovado para cursar o Mestrado em *Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, na UniCV.

UNIDADE 1

Cabo Verde:

a encruzilhada do Atlântico



CABO VERDE: O PARAÍSO ATLÂNTICO DA ÁFRICA

A formação dos estados-nação africanos no período pós-coloniais foi um processo extremamente diversificado, em muitos casos violento e doloroso. Cada sociedade tem sua historicidade, seus dilemas e suas aspirações de futuro, o que torna a leitura geográfica da África uma tarefa bem difícil, ainda mais quando se pretende entende-la desde o prisma da decolonialidade. Isso se deve ao fato de a maior parte da produção geográfica africana, ou sobre a África, basear-se em matrizes de análise eurocentrada, com raras fontes que podem de fato ser considerada uma voz potente da Geografia africana. Porém, apesar das dificuldades, este foi o exercício intelectual ao qual nos propusemos a pensar no pós-doutoramento.

Desejamos entender a África desde olhares afro-centrados expressos nas fontes africanas, afro-diaspóricas, afrodescendentes (sobretudo afro-brasileiras) ou outras, desde que alinhadas com a decolonialidade. Isso exige que iniciemos o exercício pelo país que nos acolheu: Cabo Verde.

Não nos cabe dizer como o povo cabo-verdiano deve ou não deve se ver, se ler e se anunciar ao mundo. Nesse sentido, o presente tópico não pretende ditar um discurso a ser tomado como certo ou errado. Trata-se apenas (e tão somente) de uma reflexão sobre a formação territorial, sociocultural e econômica de Cabo verde, lendo-o dede o prisma das "narrativas ancestrais", que são formas afrocentrada de pensar a geografia decolonial.

Estivemos em Cabo Verde para um mergulho intelectual nos "Estudos Africanos". E é essa a proposta do presente texto: apresentar Cabo Verde como um país da África, para a partir dele, possamos refletir sobre a Geografia Africana e sobre o ensino da *Geografia da África*.

Além disso, inspirados por Amílcar Cabral, uma de nossas fontes mais importantes, esclarecemos que a crítica decolonial presente neste

texto não deve ser vista como um ataque ao povo português, mas sim ao sistema colonial e à colonialidade, ou seja, à ordem social que perpetua as estruturas de poder e subalternização. Aliás, bom registrar que muitas críticas coloniais são feitas por intelectuais portugueses do tempo presente, o que muito nos inspira.

Cabo Verde: a encruzilhada insular atravessada por temporalidades, historicidades e territorialidades lusitanas e africanas

Nossas histórias começam muito antes de nós mesmos. Na perspectiva da decolonialidade, nossas histórias pessoais e coletivas sempre começam pela história de nossos entes presentes, de nossos antepassados, de nossa ancestralidade. Antes de sermos quem somos, existiam nossos pais, nossos padrinhos, madrinhas, nossos avós, tios, tias e outros. Muitas pessoas foram necessárias no mundo para que pudéssemos existir e, quando nascemos, entramos em um contexto social pré-existente profundamente complexo.

Na perspectiva da decolonialidade que acreditamos e defendemos, a história de Cabo Verde não pode ser contada de maneiras óbvias, com frases curtas e destituídas de reflexão profunda. Dessa maneira, queremos de início deslocar a abordagem eurocentrada da história cabo-verdiana (baseada na história colonial) para uma abordagem que rompa com o apagamento de suas vinculações africanas. Para tanto, tomamos como referência o escritor e *digital influencer* José Mendes[2], cabo-verdiano, neto de membros da comunidade de Rabelados

[2] José Mendes é um intelectual cabo-verdiano, autor da obra "Liberdade Começa na Mente: como romper com as armadilhas coloniais e resgatar sua identidade africana" (Mendes, 2025). Atua em redes sociais como *digital influencer* produzindo vídeos que abordam assuntos diversos sobre a pós-colonialidade africana, história da África e História de Cabo Verde (Canal *Fronteiras oficial*.) Disponível em: https://www.youtube.com/channel/(...). Acessado em 10/05/2026.

de Santiago e voz ativa do pensamento historiográfico decolonial de Cabo Verde. Também nos baseamos nas ideias de Amílcar Cabral, o grande líder da independência cabo-verdiana, presentes na coletânea de suas ideias publicada pela Editora Expressão Popular (Cabral, 2024).

Villen (2013) estudou a vida e a obra de Amílcar Cabral[3] e aportou ideias importantes para repensarmos as narrativas coloniais de formação dos estados-nacionais africanos e seu papel no mundo pós-colonial. Essa obra tem nos ajudado a repensar as formas de pensar a Geografia africana, assim como os textos que Frantz Fanon[4] nos legou. Embora este último autor não tenha falado especificamente de Cabo Verde, ele nos trouxe algumas chaves de argumentação que nos permite leu a história dos países africanos desde o prisma da afrocentralidade. De sua autoria, utilizamos duas obras: Fanon (2020) e Fanon (2022).

Antes de existir Cabo Verde, existia a África. Existia nela (e ainda existe) o rio Níger, que percorre terras da Guiné à Nigéria, onde milhares de grupos humanos viviam e prosperavam. Existia a Senegâmbia, esse território entre rios tão importantes para a promoção da vida na região do Sahel. Existia o Saara, esse grande deserto cheio de desafios, por onde transitavam mercadores árabes, tribos nômades e muitas riquezas. Existiam os rios Geba, Buba, Corubal e outros, que juntos formam o majestoso delta de Guiné Bissau, suas ilhas e manguezais, onde gerações e gerações de pescadores e coletores retiravam seus sustentos do mar, dos rios e dos manguezais. Existia o

[3] Amílcar Cabral foi um proeminente agrônomo, teórico político e líder revolucionário guineense que comandou os movimentos de independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde contra o domínio colonial português. Para ele, a libertação nacional não pode se dar apenas com vitórias militares, mas sobretudo com um projeto de reconstrução cultural e emancipação social do povo africano.

[4] Frantz Fanon foi um psiquiatra e filósofo político martinicano que se consolidou como voz potente da crítica ao colonialismo e ao racismo no século XX. Aliando sua experiência clínica em saúde mental ao ativismo revolucionário na Guerra da Argélia, ele investigou profundamente os traumas psicológicos causados pela dominação imperialista e a necessidade de libertação dos povos subjugados. Suas obras focam-se na desconstrução da supremacia cultural branca e na crítica à mecânica da violência colonial.

grande Golfo da Guiné, os territórios Bantu, o deserto do Kalahari, as florestas do Congo e muitas outras zonas geográficas.

Em todos os recantos do grande continente haviam pessoas que se amavam, que se organizavam politicamente, muitas vezes em reinos poderosos e ricos. Havia produção de comida, criação de gado, domínio de técnicas metalúrgicas, arquitetura colossal, arte, dança, musicalidades diversas, espiritualidade, enfim, havia vida em abundância, ainda que a hostilidade ambiental se impusesse. No interior das comunidades, na intimidade das casas, pessoas se amavam, cuidavam de seus idosos e doentes, educavam seus filhos e tinham sonhos de um futuro próspero e feliz.

Paralelamente, nesse mesmo tempo, a cerca de 3 mil quilômetros da costa senegalesa, em um tempo que foi datado pelos europeus como sendo o século XV, uma nação da Península Ibérica preparava-se para se lançar ao oceano e convertê-lo em projeto de expansão territorial. Portugal já existia como Estado, como reino independente desde meados do Século X, sendo considerado um dos países mais antigos da Europa (Paiva, 2017). Desejavam especiarias do oriente e das Índias, desejam crescer economicamente, desejavam aumentar seu território, desejavam conquistar riquezas em terras ainda desconhecidas (dos europeus), enfim, possuíam um plano para o futuro baseado nos propósitos de expandir, conquistar e explorar.

Lendo Brito-Semedo (2024), aprendemos os colonizadores chegaram a Cabo Verde em 1462 e, por sua vez, os primeiros grupos de africanos foi introduzido na Ilha de Santiago em 1466. Foi, portanto, nesse período que essas duas historicidades, distantes e desconectadas, juntaram-se para criar Cabo Verde. Foi nessa época que os navegadores portugueses chegaram ao arquipélago para ficar. Tomaram-no para si e ali fundaram as bases do que mais tarde se tornaria o país que conhecemos hoje.

Mais que um arquipélago Atlântico, Cabo Verde transformou-se em um território apropriado pelos portugueses que para lá levaram

africanos desterritorializados do continente (Brito-Semedo, 2024). Por um lado, como nos conta a história colonial, os lusitanos eram homens de caráter forte, destemidos, leais ao seu Rei, sabiam sobre a arte da navegação e possuíam habilidades para o comércio, o combate e para a diplomacia. Eram grandes conquistadores territoriais e, como tais, seus nomes foram eternizados pelos registros históricos.

Por outro lado, em terras da África, povos de pele escura estavam, aos poucos, vendo aumentar o número de pessoas sendo arrancadas de suas famílias, de seus amores, de suas terras, de perto das sepulturas de seus antepassados. A escravidão moderna estava a se instaurar e, com ela, uma nova economia se organizava e, mais tarde, tornar-se-ia a base de sustentação da própria economia portuguesa.

Em terras do continente africano, onde hoje estão países como Mali, Senegal, Burkina Faso, Gâmbia, Guiné Bissal, Serra Leoa e outros, viviam os membros de reinos e confederações tribais como os Fulas (Fulani), Balantas, Mandjakos (Manjacos), Mandingas, Wolof (Uolofes), Mandês, Bijagós e Papéis. Porém, a partir das investidas portuguesas na costa africana, essas pessoas passaram a ser transformadas em mercadorias, em força de trabalho escravizada que atuaria em possessões portuguesas ultramarinas e mesmo em Portugal (Souza, 2007).

Porém, uma vez desterritorializados pela força, os africanos de diversas origens eram misturados e passaram a formar uma massa de escravizados sem nome, sem nação e sem liberdades. Os navios negreiros, as senzalas e os abrigos portuários originaram um polimorfismo social perverso, composto por homens mulheres e crianças destituídos de suas culturas, de suas línguas, de suas religiosidades e do convívio com as pessoas que amavam (Portuguez, 2022). Os escravizados, pela lógica colonial lusitana, não possuíam documentos pessoais, nem registros de suas origens com nomes africanos e eram batizados e forçados a adotar uma língua, culturas e um Deus desconhecido deles e de seus antepassados.

Souza (2007) nos ensina que a escravidão se constrói a partir da desumanização de pessoas ou grupos sociais dominados pelos escravizadores. Em territórios ultramarinos, como o Brasil, por exemplo, a sociedade branca (de origem europeia) adotou termos genéricos como "escravos", "pretos" ou "africanos", justamente para designar aqueles sujeitos escravizados que possuíam um dono que lhes havia comprado no mercado negreiro. Tratados assim, de forma genérica, aos poucos, os africanos deixaram de ser reconhecidos pelas suas identidades culturais e pessoais e a própria África teve sua imagem deturpada, pois passou a ser descrita pela colonialidade apenas como um continente distante, pobre, selvagem e culturalmente primitivo.

Cabo Verde, essa grande encruzilhada atlântica, foi constituído como território colonial para servir de entreposto que conectaria Portugal ao continente americano e à África, sobretudo a partir do século XVI. Outrora um território sem população originária, passou a entrelaçar as memórias, saberes e estruturas de poder vindos da Península Ibérica com outras tantas pessoas, histórias, memórias e saberes de povos por eles subalternizados. Nas palavras de Brito-Semedo (20254), formou-se assim a sua identidade crioula, baseada em um processo secular de miscigenação que se expressou em todos os campos da ordem social.

Na condição de grupo social que controlava todas as estruturas de poder e de decisão em Cabo Verde, os portugueses se impuseram até 1975, quando o país se tornou independente. A história colonial de Portugal faz parte da história de Cabo Verde. Por outro lado, a história dos povos introduzidos nas ilhas cabo-verdianas na condição de pessoas escravizadas também lhe pertence. Mendes (2026), por sua vez, nos lembra que em Cabo verde houve sim, dominação e escravidão, mas também houve luta abolucionista, resistência antirracista, afirmação cultural e identitária e posicionamentos firmes em defesa da liberdade, da democracia e da igualdade entre pessoas.

Em suma, para falarmos de uma geografia afrocentrada cabo-verdiana é necessário, então, revisitar a história e recontá-la, no sentido

de trazer os ancestrais africanos de volta para o debate, não só falando deles como "escravizados", ou como "ocupantes introduzidos". Essas pessoas construíram Cabo Verde, deram-lhe sentido, trabalharam na terra, ergueram construções e defenderam sua costa. Essas pessoas tinham origens, tinham passado, tiveram legados deixados no continente e no arquipélago. Essas pessoas criaram formas de comunicação, hábitos e traços culturais que hoje dão sentido ao país que conhecemos. Essas pessoas sangraram, lutaram, resistiram bravamente ao domínio colonial e, ainda, agiram em rede para fortalecerem outras resistências.

E é em todo esse cenário temporal que o teatro geográfico se desenrolou. A produção do espaço se explica a partir desse embate de forças, do jogo de interesses lançados ao território, das cenas diplomáticas, da brutalidade da força imposta ao povo e, sobretudo, pela sociabilidade, relações solidárias e formas de (r)existir no tempo e no espaço.

Dito isso, podemos chegar ao tempo presente para entendermos mais sobre esse país-arquipélago localizado no meio do mundo, perto do Brasil, perto da África, perto da Europa, no rumo das antigas rotas para as índias e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, tão longe de tudo isso.

A República de Cabo Verde no tempo presente

A República de Cabo Verde é um Estado soberano insular localizado no Atlântico Norte, a aproximadamente 500 km da costa senegalesa, na África Ocidental. A língua oficial é o português, coexistindo com o crioulo cabo-verdiano, falado cotidianamente pela população. A estrutura institucional do país é de presidencialismo parlamentarista, com eleições regulares desde a independência do país em 1975 e uma presença consolidada de democracia multipartidária desde os anos 1990 (INECV, 2023; ONU, 2023).

Com cerca de 530 mil residentes (estimativa em 2026), Cabo Verde destaca-se pela forte concentração urbana na Ilha de Santiago, onde a capital, Praia, abriga sozinha 160 mil dos 230 mil habitantes da ilha. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a população cabo-verdiana estende-se para além de suas fronteiras, com uma diáspora de aproximadamente 900 mil pessoas residindo principalmente em Portugal e nos Estados Unidos. Esse cenário demográfico, marcado por uma população majoritariamente jovem, impõe ao país os desafios estruturais de um Estado insular, como a escassez de recursos naturais e uma economia dependente do setor de serviços e das remessas financeiras enviadas por seus cidadãos no exterior (INECV, 2023; ONU, 2023; Banco Mundial, 2024).

Brito e Semedo (1995) nos ensinam que, do ponto de vista da Geografia tradicional (eurocentrada), Cabo Verde é um país da África Ocidental. Do ponto de vista da geologia, pertence à região da Macaronésia (figura 4), que é um conjunto de ilhas do Atlântico Médio localizadas na Placa Africana que possuem origem vulcânica e dinâmicas tectônicas descritas como próprias de falhas intraplacas. Além da Geologia comum, as ilhas da Macaronésia constituíram territórios coloniais ibéricos de grande importância entre os séculos XV e XX. Dessas ilhas, somente Cabo Verde tornou-se Estado Nação. A Macaronésia é composta pelos arquipélagos de Ilhas Canárias (região autônoma da Espanha), Açores, Madeira (ambas regiões autônomas de Portugal) e Cabo Verde.

Politicamente, a Macaronésia é um território de históricas disputas de interesse entre Portugal e Espanha, que tentam ampliar suas áreas marítimas de uso exclusivo e ainda disputam, entre si, o domínio territorial das Ilhas Selvagens (localizadas entre as Ilhas Canárias e o arquipélago da Madeira) e seu entorno. Esse pequeno arquipélago desabitado atualmente forma a Reserva Natural das Ilhas Selvagens, sob o domínio português.

Figura 4: Localização de Cabo Verde na região geográfica da Macaronésia.



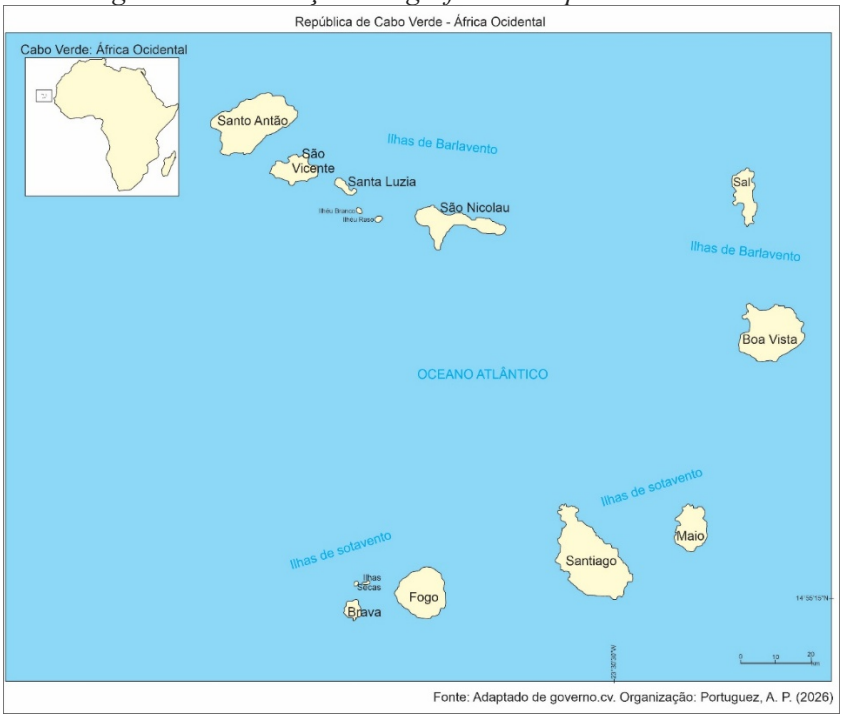
Fonte: Disponível em: https://aorodardotempo.blogspot.com/(...)-macaronesia.html. Acessado em 30/04/2026. Adaptação e elaboração: Portuguez, A. P. e Muller, T. (2026).

Do ponto de vista biomorfoclimático, Cabo verde é a extensão atlântica do Sahel, um ambiente de transição entre o domínio desértico do Saara e as zonas savânicas da África subsaariana (Brito e Semedo (1995). Em termos culturais, Cabo Verde é um país do bloco afro-lusófono, assim como Angola, Moçambique Guiné Bissau, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe.

Segundo Souza (2026), o arquipélago de Cabo Verde é composto de 10 ilhas maiores e algumas ilhotas (mapa 1). A geomorfologia é bastante variada, apresentando cadeias montanhosas, vales áridos e costas recortadas, enquanto o clima é predominantemente árido a semiárido, o que impõe restrições hídricas. Na economia, destacam-se os seguintes setores: turismo, construção civil, serviços, pesca e influxos de remessas de pessoas emigradas. O país possui boa conectividade marítima e localização geográfica que favorece a integração regional.

Cabo Verde é o país africano mais próximo do Brasil. Localiza-se à cerca de 2.600 km de Fortaleza (CE) e até bem pouco tempo, havia um voo que saia da capital cearense para Praia. É, ainda, um dos dois países insulares da África Atlântica que foi, outrora, colonizado por portugueses (São Tomé e Príncipe é o segundo). A figura 4, que segue, apresenta a localização geográfica de Cabo verde e a distribuição espacial de suas ilhas.

Figura 5: Localização Geográfica da República de Cabo Verde.



Segundo Souza (2026), o clima de Cabo Verde é essencialmente semiárido a árido, com temperaturas relativamente elevadas ao longo do ano, variando em média entre 24°C e 29°C. A aridez deve-se principalmente à posição geográfica no "Saara Atlântico" e à atuação dos ventos de NE (nordeste) que trazem a secura do continente africano, reduzindo a umidade e as precipitações. Além disso, o arquipélago, formado por ilhas com relevo montanhoso, apresenta variações locais de chuva fortemente condicionadas pela topografia. As ilhas de barlavento (identificadas no mapa) costumam ser mais úmidas que as ilhas de sotavento (também identificadas no mapa), que por serem mais abrigadas dos ventos alísios, são mais áridas. Sendo assim, a pluviosidade média anual é baixa e irregular, tornando a água um recurso crítico para abastecimento, agricultura e ecossistemas, com variações significativas entre ilhas e até entre zonas de uma mesma ilha. De acordo com o

Relatório PNUD do Ministério da Agricultura e Ambiente de Cabo Verde:

> O clima do arquipélago de Cabo Verde é considerado ameno e fortemente influenciado, em termos de temperatura, pela corrente fria das Canárias. O arquipélago encontra-se, durante todo o ano, sob a influência do anticiclone dos Açores. No verão, Cabo Verde é particularmente afetado por sistemas convectivos associados a perturbações ondulatórias de leste, que propiciam a penetração de humidade, especialmente entre os meses de julho e outubro, época em que geralmente acontecem as precipitações sobre as ilhas. Cabo Verde encontra-se localizado numa região onde a variabilidade da alta subtropical dos Açores funciona como fator regulador das anomalias da precipitação, controlando a oscilação sazonal dos alísios de características marítimas e continentais durante os meses secos (novembro a junho). Na época chuvosa (julho a outubro), destaca-se o movimento oscilatório da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), caracterizado pela penetração de ventos do sudeste e passagem de perturbações de leste. Entre dezembro e fevereiro o arquipélago sofre influências de massas de ar provenientes das latitudes extratropicais. O clima é classificado como sendo subtropical seco. As temperaturas anuais apresentam uma fraca amplitude térmica. O valor médio anual da temperatura é da ordem dos 25˚C para as zonas costeiras, e atinge os 19˚C nas zonas localizadas a 1.000 metros de altitudes. Os valores mínimos, entre 20 e 21˚C, correspondem aos meses de janeiro a abril. Os valores máximos, de 26 a 28˚C, são registados no período agosto-setembro. A temperatura mínima absoluta mensal é registada, normalmente, entre os meses de dezembro e fevereiro, e varia de uma ilha para outra (Ministério de Agricultura e Ambiente de Cabo Verde, 2017, p. 9).

Segundo os dados disponibilizados pelo *site Cabo Verde Exprert*[5], o arquipélago de Cabo Verde teve sua formação geológica vinculada a um "ponto quente" (*hotspot*) sob a Placa Africana, que deu origem a rochas predominantemente basálticas ao longo de milhões de anos. A idade das ilhas revela um gradiente evolutivo nítido: enquanto

[5] Disponível em: https://www.caboverdeexpert.com/pt/cabo-verde-vulcoes/#gsc.tab=0. Acessado em 30/04/2026.

as ilhas orientais, como Sal e Maio, são as mais antigas e geologicamente estáveis, as ilhas ocidentais como Fogo, Brava e Santo Antão são mais jovens e dinâmicas. O expoente máximo desse vigor geológico é o vulcão do Fogo (figura 6), cujo cone majestoso permanece ativo, servindo como um lembrete constante dos processos magmáticos que continuam a moldar o relevo das ilhas.

Os dados expostos pelo referido *site* foram também encontrados em outras fontes. Souza (2026), por exemplo, nos lembra que a paisagem cabo-verdiana é marcada por um contraste morfológico dramático (figura 7), resultado da interação milenar entre o vulcanismo e a erosão. As ilhas de barlavento e sotavento mais próximas ao continente africano apresentam um relevo suavizado, com extensas planícies e dunas moldadas pelos ventos saarianos, fruto de um avançado estágio de desgaste erosivo. Em contrapartida, ilhas como Santo Antão, Santiago e Brava exibem uma morfologia acidentada e vertical, definida por imponentes cadeias montanhosas, ribeiras profundas que rasgam o terreno até o mar e falésias abruptas. Esse cenário de contrastes, que alterna entre superfícies áridas e planas e picos que ultrapassam os dois mil metros de altitude, define a identidade visual única do arquipélago (Brito e Semedo, 1995).

Figura 6: Ilha do Fogo (no horizonte) e seu pico, o Vulcão do Fogo.

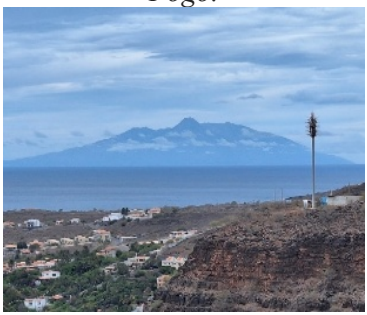


Figura 7: Geomorfologia acidentada da Ilha de Santiago



Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

Segundo Brito-Semedo (2024), a colonização portuguesa intensificou-se no século XV, com atividades de plantação e comércio baseadas no trabalho de pessoas africanas escravizadas, tornando Cabo Verde uma colônia portuguesa de economia centrada na produção açucareira, algodoeira e comércio marítimo de seres humanos em situação de escravidão. A partir da segunda metade do século XX, iniciou um movimento de autodeterminação que culminou com a independência de Cabo Verde de sua antiga metrópole colonial, Portugal, em 1975. Desde então, o país atravessou transições políticas rumo à democracia multipartidária, com avanços em educação, saúde e governança pública, sob um regime institucional atualmente considerado bem consolidado (INECV, 2023; ONU, 2023; Banco de Cabo Verde, 2024).

A cidade de Praia é a capital e principal centro urbano de Cabo Verde. Ao percorrer as ruas de Praia pela primeira vez tivemos, de fato, a sensação de estar em um país vibrante da África Ocidental[6]. Tudo nos pareceu diferente das paisagens brasileiras com as quais nos habituamos. Saímos do Brasil interiorano e pacato e, de repente, estávamos no coração do Atlântico, em uma capital nacional vibrante, inesperada, com uma beleza bem própria.

Situada na costa meridional da ilha de Santiago, Praia desempenha o papel de núcleo administrativo, político e econômico do país, abrigando as instituições governamentais, órgãos públicos, universidades e atividades comerciais mais significativas. O tecido urbano combina áreas históricas, como o *Plateau*, com áreas modernas de desenvolvimento, refletindo uma economia voltada para serviços, operações portuárias, comércio e turismo. Conhecida por seu clima tropical semiárido, a cidade apresenta uma dinâmica cultural rica, com uma população crescente e extremamente, acolhedora[7].

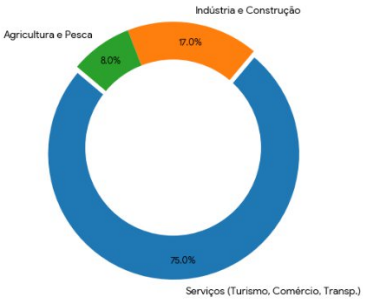
---

[6] Ainda que o nosso simpático motorista cabo-verdiano tenha dito: "O senhor está em Cabo Verde, a África é lá no continente, no litoral".

[7] Em Cabo verde, aprendi o temo "*morabeza*", que é de origem crioula e que reflete o espírito afetuoso do povo cabo-verdiano. Significa hospitalidade, amabilidade ou ainda o modo acolhedor do povo caboverdiano receber visitantes. Particularmente, conheço mais de 20 países do mundo, mas em nenhum deles vivenciei o acolhimento experimentado em Cabo Verde.

Como é possível observar no gráfico 01, a economia de Cabo Verde é estruturalmente orientada para o setor de serviços, que representa cerca de 75% do Produto Interno Bruto (PIB), com o turismo consolidado como um dos mais importantes motores propulsores do crescimento nacional.

Gráfico 1: Principais setores da economia de Cabo Verde.



Fonte: Governo de Cabo Verde: Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II)[8].

O setor de turismo (e atividades a ele associadas) atrai o maior volume de investimento direto estrangeiro, aproveitando a estabilidade política e as belezas naturais das ilhas de Sal e Boa Vista. Contudo, essa especialização terciária convive com uma dependência externa significativa, onde o orçamento do Estado e o equilíbrio das contas são sustentados pelas remessas vitais enviadas pela diáspora e pela cooperação internacional, configurando uma economia de "pequeno estado insular" que busca a diversificação através da economia azul e das energias renováveis (SOUZA, (2026).

Para além da centralidade do turismo, a economia de Cabo Verde tem buscado diversificação através da exploração estratégica de sua

[8] Disponível em: https://portaldoclima.gov.cv/wp-content/uploads/2023/11/plano-estrategico-de-desenvolvimento-sustentavel-2022-2026-peds-ii.pdf. Acessado em 30/04/2026.

localização atlântica e dos recursos marinhos. A pesca e o processamento de pescado representam pilares essenciais para as exportações, enquanto o país investe na modernização de seus portos e serviços logísticos para se tornar um *hub* de transporte marítimo e aéreo entre continentes. Em campo, pudemos visitar localidades que mostram claramente esse dinamismo: a zona movimentada do porto de Praia, a rede de destinos nacionais e internacionais do Aeroporto Nelson Mandela, as linhas de transporte marítimo que deslocam passageiros entre as ilhas de Cabo Verde, etc.

Somam-se a isso o peso das remessas enviadas pela vasta diáspora cabo-verdiana, que garantem estabilidade financeira às famílias e alimentam o setor de construção civil. Em Tarrafal, tivemos a oportunidade de conversar com alguns pescadores e jovens e fomos informados que a sobrevivência de suas famílias estava intimamente relacionada aos ganhos financeiros de seus parentes que vivem no exterior, sobretudo Portugal.

O país tem feito crescentes investimentos em energias renováveis, como a eólica e a solar, fundamentais para reduzir a dependência de combustíveis importados e baratear os custos de produção no arquipélago. Em campo, no entorno de Praia, por exemplo, vimos vastos campos com produção de energia solar durante nossos deslocamentos.

Paralelamente à modernidade do setor turístico, as atividades de subsistência desempenham um papel social insubstituível na coesão do arquipélago, sendo o verdadeiro amortecedor de vulnerabilidades para as famílias rurais. A agricultura de sequeiro e a pesca artesanal, embora possuam um peso financeiro menor no PIB total, são as principais responsáveis pela segurança alimentar e pela ocupação da mão de obra em ilhas como Santo Antão e São Nicolau (Souza, 2026). Essas práticas tradicionais não são apenas sistemas de produção, mas pilares da identidade comunitária que garantem a sobrevivência e a resiliência das populações locais diante da escassez de recursos hídricos e das flutuações do mercado global, evidenciando o dualismo entre a Cabo Verde que se conecta ao mundo e a que se enraíza na terra e no mar (Brito e Semedo (1995).

A inserção geopolítica da República de Cabo Verde no sistema internacional contemporâneo fundamenta-se na exploração de sua centralidade atlântica e na diplomacia de "ponte" entre continentes. No que se refere ao comércio internacional, Cabo Verde utiliza sua localização atlântica e acordos preferenciais com a União Europeia para escoar seus produtos de *economia azul*, mantendo ainda uma baixa integração comercial direta com o mercado sul-americano.

De acordo com o Relatório Nº AUS0001012 do Banco Mundial (2020), a *Economia Azul* é a estratégia de desenvolvimento sustentável que utiliza o vasto território marítimo do país, cerca de 200 vezes maior que sua área terrestre, para gerar riquezas sem comprometer ou esgotar os recursos naturais do país. Mais do que apenas pesca industrial, esse modelo foca-se na modernização dos portos, na expansão do turismo costeiro, no potencial de geração de energias renováveis (eólica, solar e marinha) e no fortalecimento da indústria de reparação naval. O objetivo é transformar a localização estratégica do arquipélago no *Atlântico Médio* em um motor econômico resiliente, protegendo ao mesmo tempo a biodiversidade marinha que é considerada uma das bases da sobrevivência e da identidade nacional.

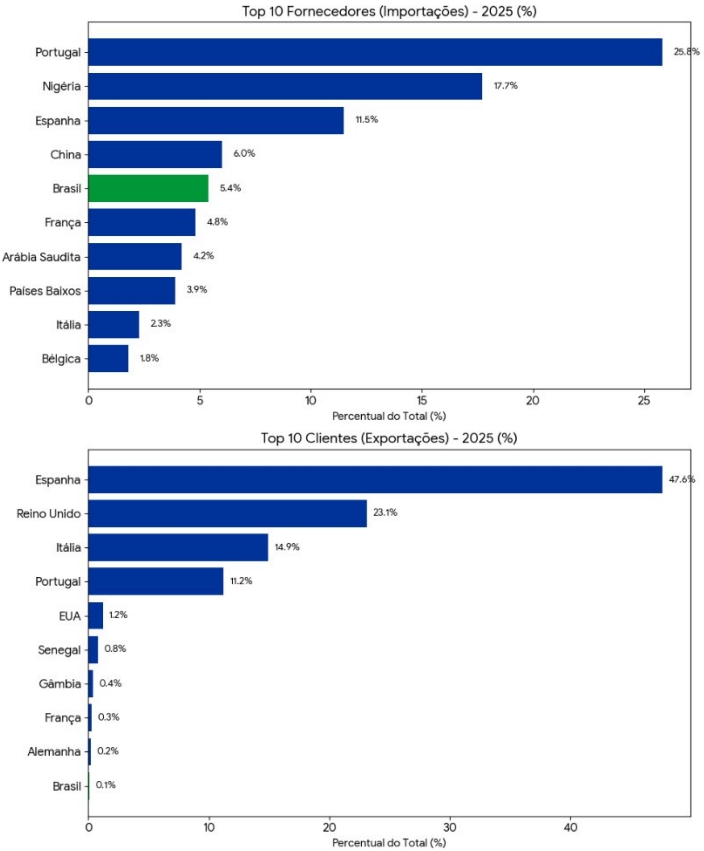
Como é possível observar no gráfico 02, o perfil das importações cabo-verdianas revela uma dependência estratégica de bens essenciais e energia, com Portugal e a Nigéria liderando o fornecimento de manufaturados e combustíveis, respectivamente. O Brasil consolida sua importância como o 5º maior parceiro, atuando como um pilar fundamental para a segurança alimentar do arquipélago ao fornecer commodities agrícolas como arroz e açúcar. Essa diversificação de fornecedores, que inclui potências como China e Arábia Saudita, é vital para sustentar o consumo interno e o funcionamento da infraestrutura nacional, dada a limitada base produtiva industrial do país.

Já nas exportações, apresentadas no gráfico 3, o cenário é de extrema especialização geográfica e setorial, com quase a totalidade das vendas concentrada no mercado europeu. A Espanha se destaca como o destino absoluto de quase metade da produção nacional, impulsionada majoritariamente pela indústria de conservas de peixes, seguida pelo crescente mercado do Reino Unido e da Itália. Embora o Brasil figure na

lista dos 10 maiores importadores de Cabo Verde, sua participação resulta em aquisições muito reduzidas, inferiores a 1% do total de exportações do arquipélago.

A relação bilateral entre Cabo Verde e o Brasil é caracterizada por uma densa afinidade histórico-cultural e linguística. Envolve cooperações técnicas e parcerias econômicas de viés logístico e acadêmico.

Gráficos 02 e 03: Principais parceiros comerciais de Cabo Verde em 2025.



Fonte: Adaptado de Banco Mundial (2020 e 2024) e Banco de Cabo Verde (2024).

No campo educacional, a presença de estudantes cabo-verdianos em universidades brasileiras, via Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), constitui um dos pilares da formação de quadros técnicos e políticos do arquipélago, gerando um expressivo capital social compartilhado.

Um bom exemplo de cooperação acadêmica que resultou em qualificação para estudantes cabo-verdianos foi o projeto de pesquisa "Bacias Hidrográficas de Ituiutaba", cujos resultados foram publicados por Portuguez, Moura e Mendes (2024). Os autores destacaram a participação de estudantes da Universidade de Cabo Verde nesse importante projeto de pesquisas que foi desenvolvido no oeste de Minas Gerais (Brasil) entre 2011 e 2020. O projeto foi empreendido por docentes e estudantes do curso de Geografia do Campus Pontal das Universidade Federal de Uberlândia e contou com o financiamento de órgãos estaduais e federais de fomento à pesquisa.

Cabo Verde, por sua vez, na condição de país africano, lusófono e localizado próximo ao nordeste do Brasil, tem grande potencial para oferecer programas de pós-graduação em *Estudos Africanos* (mestrados, doutorados e pós-doutorados) para estudantes brasileiros, sobretudo para professores, pois atualmente a abordagem dos estudos africanos se tornou obrigatório em todos os níveis da educação no país (Ensinos Fundamental, Médio e Superior). O Brasil passa por um momento de forte valorização da arte, da cultura, da História e da Geografia da África e, nesse sentido, a UniCV se apresenta como uma universidade com forte potencial para acolher estudantes brasileiros interessados nesses temas[9].

Sob a ótica comercial, dados do Ministério das Relações Exteriores indicam que, embora a balança seja historicamente superavitária para o Brasil (como visto no gráfico 2), com destaque para a exportação de produtos agrícolas e manufaturados, há um esforço

[9] Fica como proposta de nosso pós-doutoramento, a criação de um programa de Pós-Graduação Interdisciplinar (Mestrado, Doutorado e Pó-Doutorado) em *Estudos Africanos* com foco no atendimento a professores em processo de qualificação, interessados em estudar a África desde os seguintes prismas: História, Geografia, Artes, Cultura e Economia. Considerando a grande demanda brasileira e interesse potencial de estudantes de outros países, cremos que a procura seria bastante significativa.

diplomático para transformar Cabo Verde em um *hub* de serviços e redistribuição para empresas brasileiras na sub-região da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental).

A reativação de rotas aéreas diretas em 2026 e a assinatura de novos protocolos de facilitação de investimentos simbolizam a tentativa de mitigar as barreiras geográficas e aprofundar a integração no Atlântico Sul. A rota será operada por uma companhia aérea cabo-verdiana e conectará os aeroportos de Recife (Pernambuco à Sal, um dos principais destinos turísticos de Cabo Verde (figura 8).

Figura 8; Divulgação da rota aérea de Recife para Sal.



Fonte: Terra.com. Disponível em: *terra.com.br/diversao/recife-ganha-nova-rota-para-cabo-verde-(...)html. Acessado em 5 de ago. 2026.*

O custo da passagem para os brasileiros será reduzido em até 60% ou mais, se os bilhetes forem comprados com antecedência. A expectativa é que com essa nova rota, a presença de brasileiro aumente

significativamente em Cabo Verde. Cabo Verde pode ser, ainda, uma porta de entrada para outros países africanos como: Senegal, Marrocos e Guiné Bissau e, de lá, para muitas outras nações do continente.

EXPERIÊNCIAS ACADÊMICAS E VIVÊNCIAS CULTURAIS EM CABO VERDE

A Universidade de Cabo Verde é uma IES (Instituição de Ensino Superior) pública, dotada de grande autonomia institucional, cuja sede administrativa e principal campus se localizam na cidade de Praia. Divide-se em três polos universitários: Praia (Polo I), em Mindelo (Polo II) e em Assomada (Polo III), além de um Centro Regional na ilha do Fogo, responsável pelo atendimento direto das demandas dessa ilha e também da Ilha Brava[10].

A UniCV é a principal IES de Cabo Verde e é formada por duas faculdades e três Escolas Superiores distribuídas em 6 *campi*. São elas: Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT, Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Artes (FCSHA), Faculdade de Educação e Desporto (FaED), Escola de Negócios e Governação (ENG) e a Escola de Ciências Agrárias e Ambientais (ECAA). Possui cerca de 4.600 estudantes matriculados e 280 docentes.

De acordo com o *site* da instituição, em 2026 a estrutura acadêmica da Uni-CV integra 39 cursos de graduação em todas as áreas do conhecimento. A qualificação avançada é sustentada por 19 programas de mestrado, 3 programas de doutorado, 2 cursos profissionalizantes e 7 Especializações, além de cursos de idiomas.

A Uni-CV (figura 9) surgiu logo após a independência de Cabo Verde, a partir da fundação da primeira escola superior do país no final da década de 1970. Em 2006, após a reunião de três escolas superiores públicas independentes, a Uni-CV foi efetivamente criada.

[10] Todos os dados apresentados neste tópico foram extraídos da página web da UniCV. Disponível em: https://unicv.edu.cv/pt/. Acessado em 10/05/2026.

Figura 9: Universidade de Cabo Verde



Fonte: Disponível em: https://unicv.edu.cv/pt/. Acessado em 14/04/2026.

O GERAI/UniCV - Programa de Doutorado em "Gestão de Economia Rural para uma Agricultura Inteligente") é um programa presencial e online, ministrado em regime pós-laboral no Polo I, na Praia, sob a chancela da Escola de Ciências Agrárias e Ambientais (ECAA).

Com duração de 4 anos (8 semestres) e carga total de 240 créditos, o curso é coordenado pela Prof.ª Doutora Maria de Lourdes Gonçalves, que muito gentilmente nos recebeu como supervisora do pós-doutoramento. A matriz curricular é enriquecida por cooperações acadêmicas de peso, que preveem intercâmbios estudantis com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil) e com a Universidade Eduardo Mondlane (Maputo, Moçambique).

Foi neste programa que realizaremos as ações de pós-doutoramento ora apresentadas. No quado 1, a continuação, apresentamos em detalhes todas as atividades que realizamos na cidade de Praia e na Ilha de Santiago.

Quadro 1: Atividades realizadas em Cabo Verde durante a viagem de estudos.

Dia	Atividade	Horário local	Local
Segunda feira, 16/03/2026	• Recepção e reunião com a professora supervisora do pós-doutoramento e com a coordenadora do Curso de Geografia; • Visita ao Campus Praia da Universidade de Cabo Verde; • Aula para a turma do Doutorado em Gestão de Economia Rural para uma Agricultura Inteligente (GERAI) da UniCV, com apresentação de pesquisa realizadas em bacias hidrográficas de Ituiutaba, MG, Brasil.	9 às 13 horas. 17:30 às 20:30.	Cidade de Praia Cidade de Praia, com transmissão da palestra para estudantes residentes em Angola e Moçambique.
Terça Feira, 17/03/2026	• Visita guiada à Praia: escolas, mercados, sítio histórico, Embaixada do Brasil, bairros centrais e periféricos, bibliotecas, livrarias e museus.	09 às 16 horas	Cidade de Praia
Quarta-Feira, 18/03/2026	• Acolhimento com membros da alta gestão da UniCV.	10 às 11 horas	Cidade de Praia

	• Aula para as turmas de graduação em Geografia e Agronomia da UniCV, com apresentação de pesquisa realizadas sobre as dinâmicas territoriais rurais de Ituiutaba, MG, Brasil.	11:30 às 13:30	
Quinta Feira, 19/03/2026	• Aula para a turma do Doutoramento em Gestão de Economia Rural para uma Agricultura Inteligente (GERAI) da UniCV, com apresentação de pesquisa realizadas no Brasil sobre estratégias de sobrevivência de comunidades de pescadores dce Linhares, ES, Brasil.	17:30 às 20:30	Cidade de Praia, com transmissão da palestra para estudantes residentes em Angola e Moçambique.
Sexta-Feira, 20/03/2026	• Visitação guiada ao centro histórico da cidade de Assomada, ao seu mercado tradicional e éreas rurais próximas; • Visita a vilarejos rurais ao longo da zona montanhosa da Ilha de Santiago; • Visita à cidade de Tarrafal, ao Campo de Concentração, às praias, ao mercado tradicional, à vila de pescadores e à Comunidade tradicional de Rabelados.	9 às 18 horas	Toda a ilha de Santiago, com visitas às cidades de Assomada e Tarrafal.

Sábado, 21/03/2026	Visita à Fortaleza e ao sítio histórico de Cidade Velha, observação de paisagens turistificadas e mercado local; Visita a áreas em estudo sobre ocupação urbana e riscos ambientais.	10 às 15 horas	Cidade Velha e Cidade de Praia
Domingo 22/03/2026	Encerramento da viagem.	XXX	XXX

Fonte: Registros de campo. Elaboração do autor (2026).

Nos tópicos que seguem, apresentaremos os principais locais que pudemos visitar em Cabo Verde. Para além de um estágio pós-doutoral formal, nossa passagem pela UniCV Praia nos proporcionou a oportunidade de conhecer pessoas, contextos sociais e ambientes que serão fundamentais para nossas atividades como docente na UFU.

ENTRE ACHADAS, RIBEIRAS E O MAR BRAVIO: TRABALHOS DE CAMPO EM PRAIA, CIDADE VELHA E ARREDORES

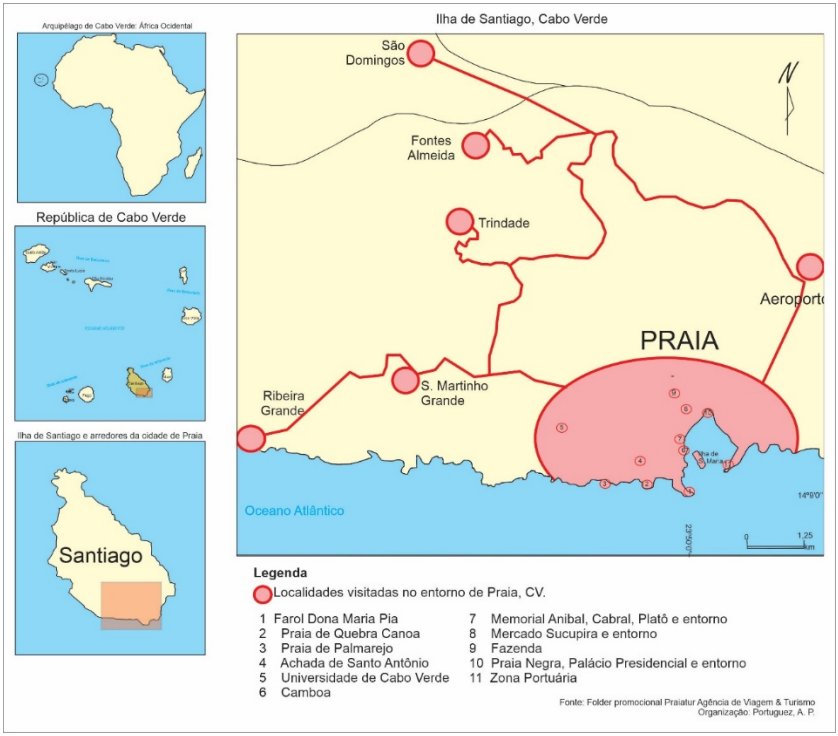
Praia: a capital das ilhas crioulas

O circuito realizado em Praia deu-se sobretudo com o apoio de uma empresa de turismo (*Praiatur Agência de Viagens e Turismo*) contratada para a execução desta ação, assim como para uma viagem à Tarrafal.

Situada em um platô elevado na costa sul da Ilha de Santiago, a Cidade da Praia destaca-se como o coração geográfico, político e cultural de Cabo Verde. Como capital da nação, a capital cabo-verdiana centraliza as sedes governamentais e a dinâmica econômica do arquipélago, enquanto suas praias urbanas e relevo acidentado desenham um cenário de grande beleza tropical semiárida. Sob o embalo da música tradicional e do crioulo cabo-verdiano, Praia transborda uma rica identidade cultural, onde a arquitetura colonial do centro histórico harmoniza com a energia pulsante de seus mercados populares e o espírito acolhedor de sua população.

Na figura 10, a continuação, apresentamos os locais que visitamos no entorno de Praia e Cidade Velha.

Figura 10: Principais áreas visitadas em Praia e arredores durante o pós-doutoramento.



Neste primeiro circuito, destacamos os seguintes aspectos observados:

- Visitamos a parte histórica de Praia, o Plateau, palácio presidencial (figuras 11 a 14), setor administrativo, área hospitalar e instituições de educação básica;
- Visitamos dois museus, nos quais buscamos entender o papel de Amílcar Cabral no processo de formação do Estado-Nação de Cabo Verde e a história da escravatura nesse país;
- Visitamos o mercado municipal e o mercado Sucupira. Mercados são uma marca da identidade cultural africana e a oportunidade de conhecer esses espaços foi de grande

importância acadêmica, além de ter possibilitado notável vivência cultural;

- Visita ao bairro Terra Branca, considerado uma galeria a céu aberto por possuir dezenas de fachadas de construções com pinturas, sobretudo do artista plástico Tutu Sousa. Mais uma vez tratou-se de espaço rico para vivência cultural e produção de imagens que serão posteriormente utilizadas em aulas

As partes da cidade de Praia que foram produzidas durante o período colonial possuem características muito diversificadas, pois no caso de Cabo Verde, tal fase histórica estendeu-se da década de 1440 a 1975. O bairro Platô, por exemplo, foi fundado no século XVI como um vilarejo e, posteriormente, assumiu o papel de centro do poder quando a capital foi deslocada de Ribeira Grande (atual Cidade Velha) para Praia na década de 1770. Boa parte de suas construções são posteriores a esse período, entre o final do século XVIII e século XX.

Figuras 11 e 12: Rua 5 de Julho, Platô.





Figura 13: Palácio Presidencial de Cabo Verde

Figura 14: Igreja Nossa Senhora da Graça



Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

Além do Plateau, Praia possui monumentos históricos localizados fora desse que é o bairro mais icônico da cidade. O destaque fica para o Farol Dona Maria Pia (figura 15), cujo entorno aguarda investimentos mais adequados, sendo uma das áreas cênicas mais impactantes da capital cabo-verdiana. Há, ainda estruturas que remontam à ocupação portuguesa, como o Quartel Jaime Mota (figura 16), com sua típica arquitetura militar portuguesa.

Figura 15: Farol Dona Maria Pia *16: Quartel Jaime Mota*
Figura





Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

Contrastando com essas antigas formas urbanas, a cidade do tempo presente apresenta uma ocupação em expansão, com aumento significativo da verticalização urbana e formação de bairros de autoconstrução. Neste sentido, as vertentes são ocupadas da base aos topos e ocasionalmente tem-se a sensação de que toda a cidade é um grande canteiro de obras (figuras 17 e 18). Ao percorrer as ruas, tivemos a sensação que a cidade será totalmente outra em 10 anos, dada a grande quantidade de construções em andamento.

Figuras 17 e 18: Vistas panorâmicas da cidade de Praia: uma cidade em

expansão.



Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

A turistificação da cidade de Praia (assim como de todo o arquipélago de Cabo Verde) começou a ganhar impulso na década de 1960, ainda durante o período da dominação portuguesa. Porém, o setor turístico ganhou maior impulso na década de 1990, quando a República cabo-verdiana buscava incentivar o setor como ferramenta de promoção do desenvolvimento nacional. Atualmente, os serviços turísticos em praia melhoraram significativamente, mas ainda há bastante espaço para melhorias. Há que se profissionalizar mais o setor, assim como implementar melhorias operacionais e infraestruturais no Aeroporto Internacional Nelson Mandela e no Porto, que recebe navios de cruzeiro com certa regularidade. A seguir, apresentamos nas figuras 19 a 24, alguns aspectos da cidade que julgamos apaixonantes.

Figuras 19 e 20: Programa "Colorir a Praia", da Câmara Municipal da Praia em parceria com o artista Tutu Sousa e equipe.

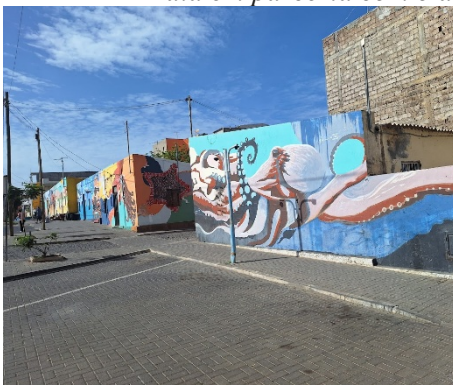


Figura 21: Praia da Gamboa



Figura 22: Praia de Quebra Canoa





Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

Figura 22: Equipamento hoteleiro de alto padrão em Praia



Figura 24: Quiosque em área turistificada de Praia



Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

O mercado (figuras 25 a 28) é um dos maiores símbolos culturais da África e uma das heranças legadas pela diáspora no Brasil. Em terras brasileiras, quando pensamos nos mercados africanos, evocamos de imediato duas imagens marcantes: o comércio de rua e os espaços dos mercados municipais. Em Praia, pudemos nos encantar com a beleza social das *Rabidantes*[11], termo de origem crioula, que é utilizado para designar as mulheres comerciantes que atuam nas ruas de Cabo Verde. Em Praia, as *Rabidantes* estão por toda parte, nos mais diversos bairros, como Palmarejo, Terra Branca, Fazenda, Achada de Santo Antônio, no Centro Histórico e em muitos outros recantos da capital.

[11] Rabidantes: termo oriundo do crioulo cabo-verdiano que significa “dar a volta" ou "desenrascar-se". Nesse sentido, o termo simboliza a resiliência e a capacidade de empreender das mulheres que comercializam os mais diversos produtos nas ruas de cidades de Cabo Verde.

Figuras 25 e 26: Mercado Sucupira, em Praia





Figuras 27 e 28: Mercado Central, Platô.





Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

Homens também participam do comércio de rua, o que inclui muitos senegaleses e guineenses, que buscam oportunidades de vida em Praia. No Mercado Sucupira, há também uma importante presença de africanos continentais, principais responsáveis pelo comércio de tecidos africanos, estatuário decorativo e máscaras de madeira.

No Brasil, o comércio de rua também é relevante, mas não tanto quanto na África. Essa forma de uso do espaço público desenvolveu-se no país durante o período colonial, quando os portugueses trouxeram o desenho das feiras de rua para o país. Posteriormente, já no início do século XIX, com a fixação da Família Real Portuguesa no Brasil, ampliou-se a presença no Rio de Janeiro da figura dos “negros de ganho”, ou “escravos de ganho”, territorializaram na então capital do império, a

figura dos africanos e sobretudo das africanas, que vendiam produtos diversos nas ruas (frutos, verduras, água, café, etc.).

Os mercados Sucupira e Central representam o que no Brasil, muitas vezes são chamados de mercados municipais, ou também mercados centrais. São centros de comercialização estruturados para abrigar a produção local e regional, assim como alguns serviços e até produtos importados de baixo custo. São mercados populares, com baixa densidade de regulação e formalização, que cumprem papel fundamental no abastecimento das residências de classes mais populares. Em Praia, para além das compras, observamos que tais mercados são potentes, são espaços de grande protagonismo feminino e ainda guardam dinâmicas bem próprias da cultura cabo-verdiana.

A questão da alimentação é um elemento que exige um cuidado maior por parte dos planejadores do turismo. Se por um lado a comida é fonte de renda para comerciantes de produtos frescos, restaurantes e para as *Rabidantes*, por outro, a comida é considerada cara por boa parte da população e também pelos turistas. Uma rápida pesquisa empírica no bairro Achada de Santo Antônio, onde há muitos restaurantes, nos mostrou que um visitante estrangeiro desembolsa cerca de 12 a 15 Euros em média, por refeição. Em Reais, isso representa um desembolso de 72 a 90 Reais por refeição, o que é bem acima do valor médio de uma refeição executiva[12] no Brasil, que atualmente varia de 30 a 50 Reais.

Em mercados populares, como Mercado Sucupira, entretanto, foi possível experimentar pratos bem servidos e em preços bem mais acessíveis. Alimentar-se no mercado é, antes de tudo, uma experiência cultural intensa. Sem a formalidade e a estrutura dos restaurantes, a comida de mercado se converteu em um mergulho em tradições

[12] Prato Executivo é o termo comercial utilizado para designar genericamente o prato básico, ofertado por restaurantes, contendo arroz, feijão, um tipo de carne e uma salada, normalmente preparada com alface e tomate. Ocasionalmente, de acordo com a identidade do restante ou os costumes regionais, pode conter ainda variações com farofa, mandioca cozida, ovo frito, macarrão, batata frita, uma variedade de legume cozido, entre outras possibilidades. É um prato bem-servido, capaz de alimentar fartamente uma pessoa adulta.

ancestrais de Praia. Acompanhamos a preparação de alimentos por cozinheiras hábeis, simpáticas e encantadoras, que nos serviram com bom humor e boa conversa.

Em linhas gerais, apesar do valor da alimentação, que é bem mais alto que no Brasil, Cabo Verde apresenta culinária farta, variada e pratos muito bem servidos nos restaurantes da capital (figuras 29 a 31).

Figuras 29 e 30: Feijão Congo e espetadas de porco: pratos em restaurantes do bairro Achada Santo Antônio



Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

Figura 31: Cachupa: Prato típico nacional.



Fonte: Disponível em https://www.tripadvisor.com.br Acessado em 10/04/2026

Um destaque merece ainda ser dado a duas bebidas de bandeira nacional: a cerveja *Strela Kriola*, produzida em uma cervejaria de Praia, e os vinhos *Chã* e *Manecon*, ambos produzido na Ilha do Fogo, na comunidade de Chão das Caldeiras. Há outros títulos de vinhos e cervejas no país e a bebida típica, considerada mais tradicional do país é o Grogue (ou Grogu), uma aguardente forte (elevado teor alcoólico) produzida artesanalmente a partir da cana-de-açúcar.

Ribeira Grande de Santiago: a atual Cidade Velha

A poucos quilômetros da capital, aninhada em um vale costeiro no sul da Ilha de Santiago, a Cidade Velha, outrora chamada de Ribeira Grande de Santiago, é um monumento vivo que funde relevo estratégico, pioneirismo político e uma profunda herança cultural. Reconhecida como Patrimônio Mundial da UNESCO, a localidade ostenta o título geográfico e histórico de primeira colônia urbana fundada pelos europeus nos trópicos, tendo sido a primeira capital de Cabo Verde e um centro geopolítico crucial para as rotas do comércio transatlântico de escravizados. Hoje, a imponência da Fortaleza de São Filipe e a solenidade do antigo Pelourinho contam a história das origens do povo cabo-verdiano, perpetuando uma identidade única marcada pelo nascimento da cultura crioula e pelo testemunho do encontro de continentes.

Um trabalho de campo em específico foi realizado com o acompanhamento da supervisora do estágio pós-doutoral. Visitamos juntos a antiga cidade de Ribeira Grande. Estivemos na praça da cidadela histórica, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário (século XV) e nas ruas com construções de pedra que sobraram do período colonial. Cidade Velha e é uma antiga feitoria portuguesa considerada de grande importância para a história do Brasil e para as navegações portuguesas nos séculos XV e XVI.

A Foto que segue (figura 32) mostra a Cidade Velha vista desde a Fortaleza Real de São Filipe, local onde foi fundada a primeira capital cabo-verdiana e primeira cidade portuguesa na África Ocidental. Mostra ainda, ao fundo, o cume do vulcão da Ilha do Fogo.

Figura 32: Cidade Velha: Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO.



Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

As imagens que seguem (figuras 33 a 38) mostram o vale da ribeira que deu nome à cidade (Ribeira Grande), local de agricultura e criolização/aclimatação de espécies que posteriormente foram levadas para colônias de exploração como o Brasil. Ainda hoje, esse espaço cumpre importante papel na produção rural. Mostra ainda alguns dos principais patrimônios históricos de Cabo Verde.

Figuras 33 e 34: Vale da Ribeira Grande





Figura 35: Pelourinho da Cidade Velha

Figura 36: Igreja de Nossa Senhora do Rosário na Cidade Velha





Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

Figura 37 e 38: Casario de pedra da Cidade Velha



Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

A centralidade do turismo na Cidade Velha funciona como um catalisador econômico que potencializa as atividades tradicionais da comunidade, em vez de substituí-las. Ao atrair fluxos contínuos de visitantes devido ao seu estatuto de Patrimônio Mundial da UNESCO, a localidade cria um mercado consumidor direto e de alto valor agregado para a pesca artesanal e a agricultura praticada no fértil vale da Ribeira Grande.

Os restaurantes e pousadas locais passam a depender do peixe fresco e dos produtos agrícolas da terra para oferecer a autêntica gastronomia crioula, transformando o sustento diário dos trabalhadores do mar e do campo em um ativo turístico essencial, integrando a produção primária ao setor de serviços (figuras 39 a 42).

Figuras 39 e 40: Restaurante à beira mar em praia de seixos negros.





Figuras 41 e 42: Comercialização de artesanato para turistas em Cidade Velha





Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

Por outro lado, o artesanato atua como uma ponte cultural que materializa a memória histórica da região e diversifica a renda das famílias de forma inclusiva, frequentemente liderado por mulheres e jovens enquanto os pescadores estão no mar. No entanto, para que esse sistema sirva como uma verdadeira estratégia de sobrevivência e resiliência a longo prazo, é fundamental mitigar a vulnerabilidade da sazonalidade turística e proteger os recursos naturais contra a sobrepesca ou a degradação ambiental.

A sustentabilidade da Cidade Velha reside, portanto, no fortalecimento mútuo dessas forças, onde a valorização da identidade e

do trabalho ancestral garante que o desenvolvimento econômico não apague as raízes que tornam a comunidade única.

ENTRE PRAIA E TARRAFAL: UMA INCURSÃO PELO INTERIOR DA ILHA DE SANTIAGO

Conforme já afirmado anteriormente, também tivemos a oportunidade de realizar uma viagem para a cidade de Tarrafal, norte da ilha de Santiago, o que nos possibilitou ampliar nossa percepção sobre Cabo Verde. O percurso nos levou a ambientes com paisagens naturais e culturais muito marcantes. De Praia a Tarrafal percorremos os terrenos mais elevados e escarpados da Ilha de Santiago. Nesse trecho, os vilarejos e cidades encaixam-se em vales profundos, ou em altiplanos localmente denominados *achadas*. O trecho entre as cidades de São Jorge e Assomada, particularmente, revelaram-se extremamente interessantes do ponto de vista sociocultural, enquanto a Serra da Malagueta chamou nossa atenção pela monumentalidade de suas paisagens naturais.

De Tarrafal a Pedra Badejo, pudemos observar o litoral N-NE da ilha, muito recortado, com inúmeras reentrâncias rochosas e poucas praias arenosas. A figura 43, que segue, apresenta as principais localidades visitadas durante a incursão que realizamos no interior da ilha. As principais experiências adquiridas na viagem para Tarrafal foram as seguintes:

- Observação da paisagem árida e semiárida da ilha de Santiago, sua geomorfologia complexa e os principais desafios hídricos da ilha (barragens e seus entornos);
- Ocupação do interior da Ilha de Santiago, analisando as formas de uso dos fundos de vales para atividades agrícolas, pecuária e a formação de cidades em altiplanos;
- Assomada é a segunda maior cidade da Ilha de Cabo Verde. Ali visitamos o mercado municipal, a área central da cidade, a ferira local e pudemos entender mais sobre alguns aspectos da cultura crioula no espaço rural;
- Visitamos Tarrafal, a área histórica da cidade e o mercado municipal. Também visitamos o Campo de Concentração de

Tarrafal, área atualmente transformada em memorial em homenagem às centenas de prisioneiros que pereceram no local entre as décadas de 1930 e 1950.

- Dois aspectos marcantes de Tarrafal e da costa leste são o turismo e a pesca. Pudemos observar as tradições pesqueiras, o comércio de peixes e outros produtos sendo realizado pelas Rabidantes, nome local atribuídos às mulheres que circulam pela cidade equilibrando bacias (com peixes, verduras, frutas e outros produtos) sobre a cabeça. Observamos a organização de algumas vilas de pescadores e, no que se refere ao turismo, observamos a infraestrutura, a oferta técnica e a oferta diferencial;
- Visitamos a comunidade de Rabelados, grupo social e cultural considerado um dos mais tradicionais de Cabo Verde. Lá, observamos como a arte e o turismo vêm se tornando ferramentas de promoção da qualidade de vida em escala comunitária;
- Por fim, observamos comunidades nas zonas altas da ilha que trabalham em favor do desenvolvimento local, sobretudo a partir do turismo, do comércio, dos serviços do cultivo da terra.

Figura 43: Roteiro turístico Praia-Tarrafal e a exploração do interior da Ilha de Santiago.



Experiências comunitárias de desenvolvimento local na Ilha de Santiago

Não é nosso objetivo aqui realizar uma discussão aprofundada sobre os muitos conceitos existentes de desenvolvimento local. Em nossa tese doutoral (Portuguez, 2010) já realizamos uma ampla discussão sobre o tema e desde então, temos discutido a atualização do referido conceito de diversas de nossas publicações. De toda sorte, atualmente temos trabalhado com diversas obras que discutem as bases do chamado "*desenvolvimento socioespacial*", conceito proposto por Souza (1992, 1995, 1996a, 1996b, 1997 e 2008), complementado pelos estudos de Max-Neef (1993), Emríquez (2010) e Portuguez 2010).

O percurso que fizemos de Sul a Norte na Ilha de Santiago nos permitiu percorrer algumas rodovias interioranas, que atravessam a unidade insular pela sua zona central até Tarrafal, maior cidade da zona norte, com retorno pela costa até a localidade de Pedra Badejo e, desde lá, retornando à cidade de Praia por áreas interioranas.

Saindo de Praia, a capital cabo-verdiana, chegamos muito rapidamente à região montanhosa da Ilha de Santiago, que possui aspectos singulares em sua geografia. As estradas, de modo geral, nos impressionaram pela limpeza, organização e ótimo estado de conservação. A complexidade paisagística da Ilha oportuniza experiências comunitárias de turismo que traduzem a identidade crioula, o conhecimento tradicional e a gestão de recursos partilhados em escala local.

Fomos apresentados a alguns circuitos de observação da paisagem montanhosa, à flora existente no Jardim Botânico Nacional e à cultura crioula em localidades e cidades do maciço central da Ilha. Essa zona oferece ao visitante a possibilidade de entender as práticas agrícolas locais, a conservação dos recursos naturais (Parque Nacional na Serra da Malagueta, Picos de Cima e outras zonas) e a produção artística e artesanal. Tudo isso nos permitiu ver que há, de fato, vínculos entre residentes, visitantes e redes locais de economia criativa. Constatamos, porém, que há espaço para fortalecer essas redes e incentivar a profissionalização do turismo em Santiago.

Na parte mais central da Ilha de Santiago, nos Concelhos[13] de São Lourenço dos Órgãos, São Salvador do Mundo, Santa Catarina e São Miguel, observamos que o turismo de base local já é uma realidade, mas que ainda pode ser bem mais organizado e estruturado. Há trechos com formações geomorfológicas recentes que de fato possibilitam uma experiência marcante de contemplação da natureza cabo-verdiana. Locais, como o mercado de gêneros agrícolas de Assomada oportunizam uma experiência cultural rica, bem diferente do que vimos no mercado de Praia. Tivemos a oportunidade de conversar com algumas vendedoras e entender mais sobre os modos de ser e viver da população local.

Desde o prisma de nossa observação em campo, constatamos que o turismo de base local pode ser incrementado com mais roteiros de educação ambiental, caminhadas interpretativas e visitas mais contextualizadas aos espaços naturais e jardins botânicos existentes. Dizemos isso porque em muitos locais simplesmente desembarcamos do veículo e não encontramos placas explicativas, tampouco serviços de monitores. Ficamos a imaginar que muitos jovens poderiam ser capacitados para o serviço de condução dos visitantes, articulando saberes locais com a experiência do visitar, do vivenciar os destinos receptores.

Para tanto, é necessário entender a gestão comunitária do turismo como uma ferramenta que pode enfatizar o protagonismo local, a preservação de paisagens de origem vulcânica, a observação de espécies

[13] Unidades territoriais administrativas correspondente aos municípios brasileiros.

nativas e a promoção de produtos locais derivados de agricultura familiar, que alimentam circuitos gastronômicos autênticos e com baixa pegada ambiental. Neste contexto, seria recomendável uma maior participação de artesãos, agricultores e jovens guias na elaboração de itinerários interativos, que podem vir a trazer benefícios econômicos, fortalecendo assim as redes de cooperação e associações de trabalhares locais.

As áreas urbanizadas de Assomada, São Jorge e Boa Entrada atuam como *hubs* de acolhimento, informação turística e comercialização de produtos da cadeia produtiva local, conectando visitantes aos recursos da zona montanhosa. Porém, há espaço para uma maior organização do setor, pois em alguns pontos de parada sentimos falta de pessoas que pudessem nos dar informações mais aprofundadas sobre o que estávamos a ver.

Ao realizar o trabalho de campo, ficamos a imaginar que os projetos de turismo comunitário poderiam incluir visitas a comunidades rurais, *workshops* de arte e artesanato, aquisição de produtos diretamente com produtores, leitura da paisagem agroecológico e experiências culturais que destacam a hospitalidade crioula (a famosa *morabeza*).

Tanto em Praia, quanto na zona montanhosa, constatamos que a culinária típica e a música cabo-verdiana são importantes ativos para um modelo sustentável de turismo de base local. Acreditamos que agindo dessa maneira, a região transformaria a visita em oportunidade de capacitação, remuneração justa e participação direta dos moradores na gestão de serviços receptivos, reforçando a autoestima local e a sustentabilidade econômica.

As figuras que seguem (44 a 49), mostram alguns dos locais que visitamos em nosso trabalho de campo. Destacamos que em nenhuma dessas paradas recebemos informações adequadas sobre as localidades, as paisagens, a população local e os sistemas produtivos locais. É de se lamentar, pois a experiência se torna unicamente contemplativa e emocional. Com mais informações, ela poderia se tornar de fato educativa e valorizadora da imagem do próprio país.

No que se refere à identidade rural da área visitada, chamou-nos a atenção as estratégias de sobrevivência das comunidades locais, pois a

paisagem montanhosa é monumental, semiárida, com solos rasos, pedregosos e com muita carência de água doce. Viver nessas zonas exige, portanto, criatividade, apoio governamental, uso de novas tecnologias e, ao mesmo tempo, saberes tradicionais passados de geração para geração sobre a lida com a terra.

Procuramos aprender sobre o vocabulário geográfico que explica a ruralidade visitada. As ribeiras são o que no Brasil chamamos de leitos secos, por onde a drenagem fluvial escoa em períodos de maior pluviosidade. Observamos também que há algumas barragens em trechos elevados de ribeiras, que represam a água das chuvas para sua utilização posterior.

Figuras 44 e 45: Mirante em Picos de Santiago





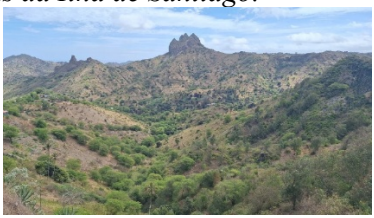
Figuras 46 e 47: Jardim Botânico Nacional de Cabo Verde





Figuras 48 e 49: Montanhas da Ilha de Santiago.





Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

Por onde passamos, conversamos com pessoas e vimos que elas utilizam um vocabulário geográfico semelhante ao utilizado nas zonas serranas do Sudeste brasileiro: picos, serras, montanhas, vales, etc.

A vegetação, por sua vez, é um capítulo à parte na geografia cabo-verdiana. A fitossociologia da Ilha de Santiago é do tipo xerófila, ou seja, é marcada por uma forte adaptação a climas áridos e semiáridos, que combina espécies endémicas raras com vegetação introduzida e áreas de estepe. Localizado na extensão oceânica do Saara tropical, o arquipélago de Cabo Verde (e mais especificamente a Ilha de Santiago) apresenta uma estrutura vegetal influenciada por fatores vulcânicos, secas recorrentes, solos rasos e interferências humanas. São plantas xerófilas, ou seja, adaptadas a ambientes de climas áridos e semiáridos.

Nas paisagens que visitamos, predominam espécies introduzidas para fixação de solos, como acácias (*Prosopis juliflora*), leucaena (*Leucaena leucocephala*) e babosa (*Aloe vera*). Há ainda espécies endémicas raras, como o marmolano (*Sideroxylon marginatum*) na Serra Malagueta. É, portanto, uma ruralidade única, impactante aos sentidos e aos sentimentos, onde os turistas podem contemplar paisagens típicas do Saara Atlântico.

Para além da experiência do turismo no espaço rural, entendemos ser importante destacar a agricultura propriamente dita, que independente do turismo constitui uma das bases de sobrevivência da população interiorana da Ilha de Santiago. Observamos em campo que a agricultura é de fato de base familiar e que exerce papel fundamental para assegurar o bem-estar de centenas de famílias.

Como é possível ver nas figuras 50 a 57, pequenas unidades produtivas mobilizam recursos locais, utilizam técnicas de enfrentamento às condições climáticas sazonais e recorrem a conhecimentos agroecológicos acumulados ao longo de gerações. Nesse contexto, a agricultura familiar não apenas sustenta a subsistência rural, mas também atua como motor de desenvolvimento local, integrando redes de comércio de produtos agroalimentares, serviços de apoio e iniciativas comunitárias.

Figura 50: Plantio de feijão próximo à comunidade rural na região da Serra da Malagueta



Figura 51: Camponesa debulhando feijão



Figura 52: Cultivo de milho na costa nordeste da Ilha de Santiago



Figura 53: Cultivo de milho em São Jorge, Conselho de São Lourenço dos Órgãos.



Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

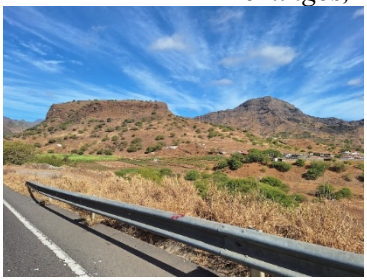
Figura 54: Tamareiras no litoral nordeste da ilha de Santiago



Figura 55: Bananeiras no litoral nordeste da ilha de Santiago



Figuras 56 e 57: Agricultura familiar no Conselho de São Domingos, Ilha de Santiago.





Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

A importância estratégica da agricultura familiar em Santiago estende-se à segurança alimentar, à diversificação da dieta e à resiliência social frente a choques climáticos e econômicos. Daí a importância de iniciativas como a da UniCV de criar cursos voltados para o estudo desenvolvimento rural, como é o caso do Programa de Doutorado em *Gestão da Economia Rural para uma Agricultura Inteligente*.

Ao manter a produção de culturas alimentares essenciais e promover práticas de manejo do solo, conservação de sementes e agroecologia, as famílias de agricultores acabam por darem sua parcela de esforço na luta para combater a vulnerabilidade nutricional no país, além de contribuírem para a estabilidade dos fluxos alimentares entre

áreas rurais e urbanas. Além disso, o conhecimento cultural associado à produção familiar representa um patrimônio imaterial relevante, cuja preservação deve ser uma das prioridades do poder público.

Não nos aprofundamos nos estudos da agricultura nacional. Porém, pelo que pudemos observar em campo, do ponto de vista de políticas públicas e do planejamento do desenvolvimento, a agricultura familiar na Ilha de Santiago exige ações que fortaleçam suas metas econômicas e ambientais. Entre medidas prioritárias (que já existem, mas podem ser mais incentivadas) estão o acesso a crédito e insumos, o fortalecimento de serviços de extensão rural, a melhoria de infraestruturas de comercialização e de armazenamento, bem como a promoção de práticas de manejo sustentável e de adaptação às mudanças climáticas. Tudo isso pode ser potencializado, por exemplo, por meio de parcerias internacionais da UniCV com universidades e instituições de extensão rural. No Brasil, por exemplo, há grande interesse por parte das universidades públicas de expandirem suas cooperações internacionais e organizações governamentais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência e Extensão Rural (EMATER) já desenvolvem muitas parcerias de produção tecnológica com países africanos e desejam expandir ainda tais parcerias.

Durante nossa incursão pela Ilha de Santiago, uma comunidade em especial chamou a nossa atenção. A visita à comunidade de Rabelados, realizada em março, proporcionou um primeiro vislumbre relevante de estratégias de desenvolvimento rural apoiados pela base local de uma comunidade que, no Brasil, se assemelha bastante a um quilombo (ocupação ou acampamento) de negros livres ou libertos.

No Brasil, os quilombos são entendidos como espaços de resistência do povo negro, formados sobretudo durante a colonização, possuindo origens e organizações bastante diversificadas. Os quilombos mais tradicionais eram formados por pessoas que fugiam do trabalho escravo, abandonavam as senzalas e se refugiavam em locais ermos,

onde conseguiam reorganizar suas vidas formando comunidades de negros fugidos da dominação colonial. Porém, também houveram quilombos formados por pessoas livres ou alforriadas, que se juntavam em determinadas áreas menos populosas para tentar reorganizar a vida em paz, com liberdades religiosas, de língua, de cultura e de ordem política. Alguns quilombos possuíam formação mista, acolhendo tanto pessoas livres, quanto negros fugidos da escravidão.

Seja como for, quilombos são territórios de existência, de resistência, de afirmação cultural de africanos e seus descendentes nascidos no Brasil, de vida resiliente e de reorganização social de pessoas pretas e pardas vitimadas pela sociedade colonial, pelo escravagismo, pelo racismo e pela intolerância cristã às tradições africanas.

Politicamente, os quilombos são territórios que a legislação brasileira reconhece como patrimônios da cultura nacional, que nasceram da resistência negra aos horrores da colonialidade. São territórios que passam por processos jurídico-administrativos de reconhecimento e, uma vez identificados, demarcados e reconhecidos como tal, são protegidos por lei e sua população (os quilombolas) passam a ter acesso a políticas públicas específicas de reparação histórica (ainda que poucas e insuficientes).

Os Rabelados vivem em Cabo Verde da mesma maneira que inúmeros grupos de quilombolas vivem em quilombos no Brasil. Os Rabelados representam atualmente um coletivo de aproximadamente 500 pessoas. Segundo Silva (2016), a população local é formada predominantemente por famílias com muitas crianças e historicamente viveram à margem do restante do país.

O nome *Rabelados* vem do crioulo *rabelates*, vocábulo que quer dizer rebelados. Trata-se de um grupo de cristãos tradicionais que se revoltaram com mudanças litúrgicas implementadas pela Igreja Católica na década de 1940. Inconformados, isolaram-se do restante da sociedade caboverdiana e passaram a ocupar topos de montanhas isoladas do interior da ilha de Santiago. No ano 2000, eles foram reunidos em uma

localidade conhecida como Espinho Branco, no Conselho de São Miguel, sob a liderança de Nho Agostinho, falecido em 2006. Embora haja indivíduos que sobreviveram em outros locais, nesta área de maior acessibilidade eles reconstruíram casas e infraestruturas produtivas, mantendo ali muitos traços culturais de um modo de vida bastante tradicional.

Ainda segundo Silva (2016), a sobrevivência das famílias está ancorada em atividades de subsistência, com produção de algum excedente para trocas comerciais. Destacam-se a agricultura, criação de animais de pequeno porte (sobretudo porcos e aves), pesca e, mais recentemente, pelo artesanato e recepção de turistas interessados em conhecer seu modo de vida.

Silva (2016) nos informa que o artesanato e as artes foram desenvolvidos pela artista plástica Misá (Maria Isabel Alves), uma caboverdiana que viveu grande parte da vida na Suíça e, após regressar ao país, visitou o interior de Santiago e encontrou os Rabelados em situação de abandono social, decidindo apoiar a causa. Misá tornou-se a principal divulgadora da comunidade e de suas necessidades, contribuindo para a organização de uma associação local de artes plásticas chamada *Rabel-Arte*, além de capacitar muitos jovens em diferentes caminhos das artes plásticas. Esse trabalho revelou a beleza do cotidiano, das paisagens locais e a valorização da autoestima do grupo, que historicamente envolveu segregação e discriminação.

Na visita que realizamos à comunidade (figuras 58 a 63), observamos que a pesca, o turismo de base comunitário e a arte popular emergem como pilares da promoção da qualidade de vida e da geração de renda, complementados por atividades agropecuárias de pequena escala. A pesca atua não apenas como atividade econômica, mas também como eixo social, conectando famílias e redes de troca de saberes entre pescadores experientes e jovens aprendizes.

O turismo ainda se encontra em seu estágio inicial, mas tem permitido a disseminação de conhecimentos culturais e ambientais, bem como a criação de serviços locais (condução e acolhimento de visitantes e artesanato) que se entrelaçam com a hospitalidade tradicional da comunidade. A arte popular, por sua vez, funciona como vetor de

identidade local e, ao mesmo tempo, como fonte de renda por meio de peças artesanais comercializadas, apresentações culturais e produtos simbólicos que remetem à história e às referências locais.

Figura 58: Casa tradicional em palha da comunidade Rabelados



Figura 59: Casas de pedra edificadas após incêndio



Figura 60: Baias para criação de porcos



Figura 61: Centro de vendas de artes da comunidade Rabelados



Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

Figura 62 e 63: Arte Rabelada: cenas do cotidiano e da vida rural pintadas com um estilo bem particular, em cores vibrantes e





Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

No âmbito da criação de animais (suínos e aves) e de cultivos de pequena escala, observamos em campo que as práticas agropecuárias, embora modestamente estruturadas, contribuem com a segurança alimentar e com a resiliência econômica das famílias, diversificando as fontes de renda e fortalecendo a auto-organização comunitária. O que vimos em campo é que a experiência de Rabelados evidencia uma dinâmica de desenvolvimento rural baseada na integração de recursos naturais, saberes tradicionais e recursos de turismo cultural, com impactos diretos na qualidade de vida e na autonomia econômica local.

Ainda no norte da Ilha de Santiago, visitamos Tarrafal, uma cidade que, ao nosso olhar, proporcionou uma experiência emocional e cultural totalmente diferente de Praia e a região de Assomada. Durante nosso doutoramento, na Universidad Complutense de Madrid, estudei 5 comunidades de pescadores localizadas na planmície costeira paleodeltaica do rio Doce, no município de Linhares, litoral norte do Estado do Espírito Santo (Brasil).

Estar em Tarrafal nos permitiu revisitar os tempos do doutorado, os tempos da pesquisa com as tradições ancestrais que marcam o mundo da pesca. Foi emocionante ver os barcos com quase o mesmo desenho, homens trançando suas redes de *nylon*, mulheres vendendo peixes, o cheiro da maresia, as praias de areias grossas, a ribeira que leva para o mar as águas que correm pelas encostas após as chuvas. Tarrafal foi,

mais que tudo, uma visita emocional, de profunda conexão e que nos levou de volta, ainda que por um instante, aos tempos da pesquisa em Geografia da Pesca.

Tarrafal é uma encantadora cidade litorânea, que se distingue pela sua paisagem de grande valor cênico (praias de beleza marcante) e pela magnitude das montanhas que a cercam. Nesse contexto, o turismo de base local surge como uma força propulsora do desenvolvimento do território, articulando a valorização de saberes locais, práticas culturais e redes de serviços de boa qualidade.

A cidade promove de fato uma oferta turística enraizada na cultura de pescadores, artesões, agricultores familiares e na cadeia produtiva associada ao turismo *sol e mar*, gerando renda, empregos e oportunidades de melhoria da qualidade de vida em escala local (figuras 64-67). Há, porém, espaço para uma maior ampliação dos benefícios do turismo de base local.

Durante o trabalho de campo, conversamos com um simpático grupo de jovens na praça de Tarrafal e eles e elas nos contaram que faltam empregos na região. Há muita desocupação e suas famílias muitas vezes dependem de remessas de recursos enviados mensalmente por parentes que moram no exterior, principalmente em Portugal e Estados Unidos. Segundo alguns desses jovens, a pesca é uma atividade extenuante, ocasionalmente perigosa, que exige muito esforço físico e que não gera a renda esperada. Afirmaram ainda que o ofício de pescador não gera prestígio e que gostaria de ter outras oportunidades de trabalho ou, se fosse possível, gostaria de um dia irem morar fora do país. Um deles, em tom de brincadeira, disse que sonha em enriquecer jogando futebol no Brasil.

Figura 64: Barcos de pesca na enseada de Tarrafal



Figura 65: Frotilha de barcos de pesca na praia de Tarrafal



Figura 66: Restaurantes locais servem pratos a base de peixes e frutos do mar.



Figura 67: Rabidantes de Tarrafal: as mulheres que vendem peixes na rua.



Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

O turismo de base local contribui para a valorização dos ofícios locais e pode ser trabalhado pelos jovens, que se qualificam não só para atuarem como guias, mas também para empreenderem e para atuarem no mercado de trabalho em escala local e regional. Durante nossa estada em Tarrafal, por exemplo, não encontramos guias, faltam monitores no Campo de Concentração, visitamos a Igreja e o mercado de artesanatos e não fomos apoiados por nenhum serviço de turismo receptivo. A viagem sempre fica mais superficial quando não se tem acesso aos dados turísticos da localidade. Há, portanto, espaço para crescimento de geração de postos de trabalho para os jovens que sonham em migrar.

A participação de capital externo, quando bem regulada, pode trazer capacidades essenciais como financiamento para infraestrutura, capacitação empreendedora, melhoria de serviços e acesso a mercados mais amplos. No entanto, a efetividade do investimento estrangeiro não

pode sufocar o protagonismo das bases sociais locais. Dos investimentos internacionais que visitamos, chamou-nos a atenção o *Hotel Tarrafal Alfândega Suites* (figura 68), que foi inaugurado em 2022, após a reforma de uma edificação histórica. Segundo o *site* Turisver:

> Em nota à imprensa, o Grupo Oásis Atlântico explica ter adquirido o edifício da antiga Alfândega, no Tarrafal, onde se situa a nova unidade hoteleira, "com o objetivo de o transformar num projeto turístico, que permita iniciar um caminho de transformação na cidade do Tarrafal, um dos melhores destinos turísticos de Cabo Verde, valorizando o património cultural, local e nacional e estimulando a economia da região". O Grupo sublinha, também que, na reabilitação e adaptação do edifico a hotel, foram preservados os detalhes arquitetônicos da traça original do edifício histórico. Situado em plena Baía do Tarrafal, em cima da praia, o empreendimento Tarrafal Alfândega Suites conta com um total de 20 apartamentos, todos com vista mar. O hotel disponibiliza ainda o Restaurante Malagueta, com terraço vista mar, que permite usufruir de refeições ligeiras e saudáveis.[14]

De acordo com o site oficial do Grupo Oásis Atlântico[15], trata-se de um grupo econômico português, fundado em Cabo Verde em 1998), que atua nos setores imobiliário e de turismo, que opera hotéis de 4 e 5 estrelas em Cabo Verde, Brasil (Nordeste) e Marrocos, priorizando investimentos em países de língua portuguesa.

[14] TURISVER. *Grupo Oásis Atlântico inaugura Tarrafal Alfândega Suites*. Disponível em: https://turisver.pt/grupo-oasis-atlantico-inaugura-tarrafal-alfandega-suites/. Acassado em 24/04/2026.

[15] GRUPO OÁSIS. *Sobre o Grupo Oásis Atlântico*. Disponível em https://oasisatlantico.com/en/grupo-oasis/. Acessado em 24/04/2026.

Figura 68: Hotel Tarrafal Alfândega Suites.



Fonte: Disponível em: https://turisver.pt/grupo-oasis-atlantico-inaugura-tarrafal-alfandega-suites/. Acassado em 24/04/2026.

Advogamos que a cultura local é um patrimônio vivo de Cabo Verde e deve ocupar o centro das estratégias de desenvolvimento turístico. A valorização das tradições da pesca, dos saberes de manejo da terra, da produção artesanal e da gastronomia típica não apenas dá identidade a Tarrafal no contexto da Ilha de Santiago, como também cria uma narrativa mercadológica consistente e de fato faz diferença para a experiência do visitante. Na perspectiva do turismo de base local que trabalhamos, entendemos que as políticas públicas e estratégias privadas podem incentivar a comercialização direta de produtos locais, a criação de circuitos de turismo comunitário, a certificação geográfica (selos de origem) de produtos artesanais e a capacitação em gestão de negócios. As figuras 69 a 72 mostram locais que visitamos em nossa incursão vivencial e acadêmica por Tarrafal.

Figura 69: Equipamentos náuticos de uso turístico na praia de Tarrafal.



Figura 70: Restaurante em Tarrafal.



Figura 71: Arte e cultura complementam a oferta diferencial de Tarrafal



Figura 72: Igreja de Santo Amaro Church, em Tarrafal



Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

Na entrada de Tarrafal acha-se localizado o Campo de Concentração de Tarrafal (CCT). Visitar esse espaço é uma experiência que mistura muito aprendizado histórico com sentimentos confusos, impressões impactantes, lembranças de tempos de dor, de horror e de desumanização. Foi em Tarrafal que pereceram muitas pessoas que lutaram pela descolonização de Gana, de Moçambique, de Angola e outras colônias. Foi no Campo de Concentração de Tarrafal que Portugal encarcerou quem gritou por liberdade na África. Foi lá que pessoas que lutaram contra as ditaduras do período nazi-facista ibérico encontraram seus piores dias. As figuras 73 a 75 apresentam alguns aspectos do Campo de Concentração de Tarrafal.

Figuras 73: Campo de Concentração de Tarrafal: onde o turismo permite uma imensão reflexiva na história da colonização e do nazi-facismo ibérico.



Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

Figura 74: Muros e ameias de defesa e contenção dos prisioneiros.



Figura 75: O Campo de Concentração serviu aos interesses da domuniação colonial portuguesa.



Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

O trecho de litoral que se localiza entre o norte da Ilha de Santiago (Tarrafal) e as comunidades de Calheta de São Miguel e Pedra Badejo é recortado, rochoso e são poucas as praias com areias e águas calmas para banhos de mar (figuras 76 a 79). Porém, mesmo assim o turismo é uma atividade extremamente importante para este setor (eixo N-NE de Santiago). As observações que fizemos em campo nos mostraram que além de equipamentos turísticos disponíveis, houve investimentos significativos na qualidade das vias de circulação e a pesca, neste recorte da costa, também é uma estratégia de sobrevivência bastante representativa.

Fioguras 76: Vista da chegada em Calheta de São Miguel



Figura 77: Vista da chegada em Tarrafal



Figuras 78 e 79: Litoral N-NE da Ilha de Santiago: exemplos de reentâncias na costa, com costões rochosos e ausência de depósitos de areias marinhas





Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

A Ilha de Santiago é, sem dúvidas, um local a se conhecer. Não apenas pelos seus aspectos turísticos, mas também pelo aprendizado humano que proporciona. São muitas paisagens, muitas faces da cultura cabo-verdiana, muitos sentimentos que afloram em cada recanto que se visita.

O pós-doutoramento, nesse sentido, nos mostrou em campo uma perspectiva que sempre ouvimos falar: a África é um continente complexo. Santiago nos permitiu ver um fragmento dessa complexidade e nos mostrou que é preciso mesmo entender a geografia africana desde o prisma dos africanos. A cultura crioula é rica, complexa, multifacetada e cheia de nuances que ensejam a curiosidade acadêmica. As paisagens vulcânicas da Ilha nos impressionaram com sua majestosa organização. Juntas: sociedade e paisagens naturais foram combinações diversas que exigem um olhar acadêmico apurado e de longo prazo para desvendar os detalhes de cada composição. Com esse pós-doutoramento, iniciamos nossa jornada nos estudos africanos e, sem dúvidas, seguiremos nessa jornada por muitos e muitos anos.

UNIDADE 2

Uma proposta decolonial para o ensino de

Geografia da África

no Brasil



O presente tópico tem por objetivo fundamentar teoricamente a criação de uma disciplina optativa para o curso de Geografia do Instituto de Ciências Integradas do Pontal - Universidade Federal de Uberlândia. Utilizamos o modelo institucional de "ficha de componente curricular" como ferramenta norteadora para a elaboração dos elementos essenciais da disciplina: ementa, justificativa, objetivo geral, objetivos específicos, programa e bibliografia (básica e complementar).

Para lograrmos este propósito, realizamos no mês de janeiro de 2026 uma busca na internet pelos planos de ensino de Geografia da África em instituições africanas localizadas em países lusófonos (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé & Príncipe). Tal busca ocorreu ainda em algumas universidades estaduais e federais do Brasil e em algumas universidades de Portugal. Obviamente não conseguimos acessar todo material existente, mas essa também não foi nossa intenção. Componentes curriculares são temporários, são criados e extintos pelas constantes mudanças em grades curriculares, o que os torna documentos substituíveis, modificáveis ou desabilitados no âmbito de cada curso.

A busca pelos documentos se prestou unicamente ao propósito de entender, ainda que em linhas gerais, de que forma a África é estudada em cursos de formação de professores de Geografia. Não se trata de um estudo comparativo, com critérios de julgamento dos documentos analisados. Ao contrário, os programas de ensino coletados serviram apenas como inspirações para pensarmos em uma proposta afrocentrada para a UFU. De início nos deparamos com a seguinte situação:

a) Não são todas as universidades que oferecem a disciplina Geografia da África como componente da grade curricular. Na realidade, ainda hoje são poucas as que ofertam essa disciplina;
b) Há algumas universidades que oferecem a disciplina Geografia da África (ou semelhante) como conteúdo regular da grade curricular, mas a maioria a ofertando como disciplina

optativa tanto para as licenciaturas, quanto para os bacharelados em Geografia;

c) Há universidades que não tratam da Geografia da África como uma disciplina autônoma, inserindo elementos dessa continente como um tópico especial dentro de outras disciplinas da grade curricular, como em Geografia Regional, por exemplo;
d) Por fim, houve universidades que criaram disciplinas de "Tópicos Especiais" e, nelas, inseriram aspectos a serem estudados da Geografia da África.

Ao analisar as fichas de disciplinas, buscamos algumas características que, ao nosso ver, são coerentes com a proposta de uma disciplina adequada ao contexto da atual formação de professores no Brasil (práticas pedagógicas antirracistas) e que, ao mesmo tempo, abordem a África desde um prisma o mais afro-centrado possível, incluindo autores e autoras daquele continente, ou que lá vivem e produzem.

Não se trata de excluir ou invalidar o trabalho de autores brasileiros ou portugueses. Ao contrário, esses também foram inseridos em nossa proposta. O que desejamos foi partir dos autores africanos, dar-lhes protagonismo quando possível e, somente em seguida, complementar com autores lusitanos e de nosso país.

Iniciaremos por uma contextualização geral sobre o ensino da Geografia da África no Brasil, abordando o tema antes e depois da assinatura da Lei Federal nº. 10.639/2003. Em seguida faremos um balanço geral sobre nossas impressões sobre as fichas de disciplinas de diversas universidades africanas, brasileiras e lusitanas. Por fim, a partir das reflexões realizadas, proporemos a nossa ficha de disciplina, que será em breve submetida às instâncias da Universidade, para a efetiva criação da disciplina optativa e sua desejada oferta a partir de 2027.

A Geografia da África no contexto da Lei Federal 10.639/2003.

A Lei 10.639/2003 surgiu como uma resposta institucional a décadas de mobilização dos Movimentos Negros no Brasil, que denunciavam (ainda denunciam) o apagamento da herança africana nos currículos escolares e o papel do ensino na manutenção do racismo estrutural (Silveira, Souza e Portuguez, 2022). Sua criação se deu no primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) e visou democratizar o conhecimento histórico, retirando a população negra de uma posição de mera submissão para colocá-la como co-protagonista da construção da identidade nacional.

A Lei 11.645/2008 promoveu um avanço significativo ao expandir o escopo da Lei 10.639/2003, assegurando que o estudo das raízes indígenas, abrangendo sua trajetória histórica, resistências e papel fundamental na construção da identidade nacional, passasse a ser um dever pedagógico ao lado da temática afro-brasileira (Silveira, Souza e Portuguez, 2022). Sob essas diretrizes, as escolas brasileiras passaram a ser obrigadas a integrar tais conteúdos de forma transversal, priorizando as áreas de história brasileira, literatura e educação artística como eixos centrais para a valorização da pluralidade étnica no currículo escolar.

Ao tornar obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, o Estado brasileiro buscou combater preconceitos desde a infância e promover uma reparação simbólica que reconhece a África como berço de civilizações complexas e fundamentais para o desenvolvimento do país. Apesar do avanço legal, a implementação efetiva das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 enfrenta barreiras estruturais que limitam seu impacto nas salas de aula, destacando-se a carência de uma formação docente robusta e a persistência de materiais didáticos que ainda reproduzem visões estereotipadas ou eurocêntricas (Carvalho e Guimarães, 2023). Somam-se a esse cenário a resistência ideológica e religiosa em certas comunidades escolares, além da falta de fiscalização e de recursos institucionais que garantam a transposição desses temas

para além de datas comemorativas, dificultando uma abordagem que seja, de fato, contínua e interdisciplinar.

No caso da Lei 10.639/2003, a Lei fala claramente em estudos de História e culturas, não deixando claro o papel de outras ciências como a Geografia, por exemplo. Nos cursos de História e Pedagogia oferecidos sobretudo por universidades públicas no Brasil, os estudos africanos ganharam muita força, o que acabou por motivar outras áreas de formação pedagógica[16] a se engajarem também. Além disso, outros fatores contribuíram para a ampliação do interesse da Geografia brasileira pelo continente africano:

a) Emergência do paradigma epistemológico da decolonialidade, que ganhou força no Brasil nas décadas de 1990 e 2000 e que na década atual encontra-se em seu auge de expansão;
b) Entrada de um maior contingente de estudantes negros nas universidades, sobretudo a partir da implantação também em 2003 de políticas afirmativas, como a assinatura da Lei Federal 12.711/2012, que instituiu as cotas raciais para negros e indígenas na educação superior, por exemplo[17];
c) Maior interlocução das universidades com movimentos sociais e engajamento de docentes e discentes em suas pautas de lutas antirracistas;

---

[16] Aos poucos, o ensino de história da África e cultura africana, afro-brasileira e indígena se tornou tema comum (ainda que de forma precária) a todas as formações universitárias, tanto licenciaturas, quanto bacharelados e inclusive em muitos programas de Pós-Graduação. Tal inserção temática se deu tanto com a criação de novas disciplinas, como também por meio da introdução de tópicos especiais em disciplinas já existentes nas grades dos cursos.

[17] Um depoimento pessoal: m 1995, quando comecei a trabalhar como professor universitário, o número de pessoas negras em sala de aula era realmente muito pequeno. Depois de 2012 o número de estudantes negros aumentou significativamente nas minhas salas de aulas. Tenho observado, com muita alegria, que uma quantidade representativa de jovens pretos(as) e pardos(as) estão ingressando na Universidade, formando-se como professores(as) e, inclusive, cursando mestrados e doutorados, o que os(as) habilita a atuarem como professores(as) universitários(as).

d) Promulgação do "Estatuto da Igualdade Racial" com a assinatura da Lei Federal 12.288/2010. O governo criou, ainda, ministérios e estruturas governamentais que deram mais protagonismo aos negros e povos indígenas;
e) Popularização das redes sociais, sobretudo a partir da década de 2000, quando o Brasil investiu pesadamente na expansão da banda larga com fibra ótica. Com as redes sociais, influenciadores africanos que vivem no Brasil, além de negros e indígenas passaram a tratar cotidianamente questões como o racismo, o apagamento histórico da cultura africana e indígena e, ainda, temas ligados à colonialidade e Direitos Humanos;
f) Maior articulação dos movimentos sociais em escala nacional e maior pressão desses movimentos sobre as estruturas educacionais conservadoras do Brasil;

Também é importante dizer que a precarização histórica da carreira docente na educação brasileira levou ao desinteresse dos estudantes pelos cursos de formação de professores. Isso levou muitas instituições privadas de Ensino Superior a se desinteressaram pelo ensino presencial de Geografia, migrando essa licenciatura, aos poucos, para o ensino remoto, ou mesmo deixando de abrir novas turmas. Embora os cursos à distância tenham sido legalizados no Brasil e, inclusive estão em expansão, há de se levar em consideração o problema da má qualidade na formação dos discentes pelo sistema remoto ou semipresencial. Girotto (2024) nos ensina que:

> (...) ainda são escassos os estudos sobre a expansão da EAD nos cursos de formação docente em Geografia no Brasil. (...) os dados apresentados indicam, em consonância com a literatura consultada, uma crescente expansão da oferta de cursos EAD no país, com o predomínio quase absoluto da iniciativa privada no gerenciamento desta oferta. Tal predomínio também é encontrado nos cursos EAD de formação docente em Geografia que tem ampliado sua participação no total de matrículas como indicam os dados de

> ingressantes em 2022. Do ponto de vista do perfil e dos impactos sobre o processo de democratização do ensino superior no país, não é possível indicar que os cursos de formação docente em geografia na modalidade EAD atingem estudantes mais vulneráveis. Ao contrário, os dados preliminares indicam que tais estudantes estão em maior número nos cursos cuja oferta é presencial e pública. No que se refere a espacialização dos cursos de formação docente em geografia, verificamos um padrão de concentração espacial nos cursos privados, tanto na modalidade EAD quanto presencial, indicando que a lógica de distribuição espacial destes cursos está assentada na perspectiva mercantil. A maior equidade espacial foi encontrada na distribuição dos cursos presenciais públicos, o que pode ser compreendido como resultado do processo de interiorização do ensino superior no Brasil, o que coaduna com as evidências apresentadas em outros estudos citados neste trabalho. Portanto, esta primeira aproximação com o tema da EAD e a formação docente em geografia indica a importância da análise deste processo em curso no país, em especial, dos seus possíveis desdobramentos sobre a oferta dos cursos presenciais e a própria dinâmica da formação docente nesta área (GIROTTO, 2024, p. 18-19).

Embora os cursos à distância também abordem (por força da Lei) questões inerentes à história e cultura africana e afro-brasileira, não há como negar a extrema superficialidade do aprendizado. Isso porque os cursos de Geografia por sistemas EAD são estruturalmente teóricos e conteudistas, ou seja, não oferecem as mesmas oportunidades de formação ofertadas pelas instituições com cursos presenciais: projetos de extensão, programas de iniciação científica, projetos de pesquisa, trabalhos de campo, laboratórios de ensino, laboratórios de pesquisa, vivências etc.

Nas universidades federais e nas estaduais, os cursos presenciais de Geografia se mantiveram e inclusive se expandiram com programas como REUNI[18]. Houve ainda, significativa expansão da pós-graduação

[18]O REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

em Geografia no Brasil a partir da década de 2000. Todos esses movimentos fizeram emergir dois movimentos dentro dos departamentos de Geografia:

a) Em algumas instituições o que se viu foi a redefinição curricular por força de lei, mas com a manutenção das abordagens superficiais. Isso porque são raros os professores que de fato estudam a África, suas complexidades históricas, culturais e geográficas;
b) Em algumas outras universidades, verificou-se a constatação genuína da necessidade de repensar o ensino sobre o continente africano e passou-se a buscar estratégias de ação, como a criação de disciplinas e redefinição de ementas;

O ensino de Geografia da África no Brasil

Como dito anteriormente, a presença da Geografia da África como uma disciplina nos currículos de formação de professores nas universidades brasileiras ganhou impulso significativo a partir de 2003, impulsionada pela sanção da Lei Federal nº. 10.639. Antes desse marco, o continente era frequentemente abordado de forma periférica ou generalista dentro de disciplinas como Geografia Regional, Biogeografia e Geopolítica (e derivações dessas disciplinas). Infelizmente, em muitas universidades, ainda hoje o é.

Antes da implementação da referida Lei, o continente africano era retratado pelos manuais escolares brasileiros sob uma ótica estritamente eurocêntrica, que o reduzia a um cenário historicamente passivo da expansão colonial ou a um repositório de tragédias

Universidades Federais. Foi um programa do Governo Federal instituído pelo Decreto 6.096/2007, para ampliar o acesso e a permanência de estudantes no ensino superior público por meio da expansão de vagas, criação de novos campi e cursos noturnos, além da reestruturação acadêmica, concluindo suas metas principais em 2012.

humanitárias. A narrativa didática ignorava milênios de história autônoma, omitindo a existência de impérios sofisticados e rotas comerciais complexas para apresentá-lo apenas como o ponto de origem da mão de obra escravizada ou como uma região definida por determinismos biológicos e geográficos.

Essa abordagem fragmentada privilegiava o exotismo e o estereótipo da "vida selvagem" e do "atraso econômico", consolidando no imaginário estudantil uma visão de carência e subalternidade que desconsiderava o protagonismo intelectual, tecnológico e cultural das sociedades africanas na formação do mundo moderno e da própria identidade brasileira.

Fonseca (2007) apresentou, em seu trabalho as fronteiras africanas, uma série de dados que evidenciam a grandiosidade do continente africano, mas que, infelizmente, ainda permanece desconhecida da maior parte dos professores de Geografia. Segundo o autor:

> África é o segundo continente mais populoso o mundo, ficando apenas da Ásia e o terceiro mais extenso. (...) O continente africano tem cerca de 30 milhões de km2, cobrindo 20.3 % da área total da Terra e cerca de 800 milhões de habitantes em 57 países, representando cerca de 1/7 da população do mundo. Cinco dos países da África foram colônias portuguesas e têm o português como língua oficial, são eles: Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Vale salientar que em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tome e Príncipe também se falam crioulo. Há no continente africano aproximadamente oitocentos grupos étnicos, cada qual com sua própria língua e cultura. A África é recoberta por desertos, campinas e florestas. Portanto, ela é constituída por uma ampla diversidade cultural, linguística e natural (Ibazero, 2005, p. 39). O continente africano possui cerca de 1.500 idiomas locais, regionais e nacionais, sendo os idiomas vinculados às nações europeias reconhecidos como “oficiais”. As línguas faladas no continente são classificadas como: línguas afro-asiáticas, ou camito-semíticas; nilo-congolesas; khoisan e crioulas.

> (...). As diversas e distintas informações sobre a África também são contraditórias, revelando fluidez, falta de conhecimento atualizado e uma folclorização que recobre o continente (Ki-Zerbo, 1982), sobretudo porque a África tem sido vista, ainda, com certo ineditismo pelas ciências ocidentais (Fonseca, 2007, p. 165).

Interessante observar que a nova legislação estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Mas qual história? História narrada por quem? Quais fontes? Quais fatos? Quais versões dos fatos?

Ao longo das últimas duas décadas a mudança legal brasileira consolidou a História da África como um campo de estudo fundamental para compreender as complexas dinâmicas territoriais do continente africano e das territorialidades associadas à sua diáspora. Como o Ministério da Educação (MEC) e o Censo da Educação Superior do Inep não contabilizam em suas pesquisas nacionais quais disciplinas específicas constam nas matrizes curriculares das instituições, não existem dados estatísticos oficiais centralizados com o percentual exato de cursos que oferecem a matéria História da África, ou Geografia da África".

No entanto, apenas para termos uma noção do alcance prático das mudanças alcançadas com a Lei 10.639/2003 e 11.645/2008, decidimos criar dois gráficos com base em relatórios oficiais sobre cursos ativos no Brasil (Censo Inep, 2024)[19] e grades curriculares que localizamos até o momento em nossas pesquisas na *web*. Importante realçar que não dispomos de dados universais da oferta de disciplinas no Brasil. Portanto, os dados ora apresentados constituem apenas um exercício de aproximação e os mesmos ainda estão em fase de construção. Os gráficos 04 e 05, a continuação, trazem apenas os dados preliminares e ainda

[19] Inep: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior (2024). Disponívem em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior. Acessado em 10/01/2026.

estamos nos aprofundando em nossas buscas para nos aproximarmos ao máximo da realidade dos estudos africanos no Brasil. Até o momento,

No Brasil existe atualmente cerca de 400 cursos de Geografia (oferta pública e privada). Nas Universidades Públicas (estaduais e federais) ocorre a oferta de 175 corsos de Geografia, sendo cerca de 70 ofertas de habilitação técnica (bacharelado) e 105 habilitações para formação de professores (Licenciatura) [Censo Inep, 2024]. Como o universo é muito grande, decidimos realizar nossa pesquisa de forma permanente, com publicações periódicas dos dados na medida em que conseguirmos acessar as grades curriculares. Para este momento, apenas para ilustrar, trabalhamos com as grades curriculares de 36 Universidades Públicas já analisadas até o momento.

Os dados mostraram que a transição de uma historiografia eurocentrada para uma abordagem afrocentrada, ainda se encontra em curso. Paralelamente, as ciências correlatas (como a Geografia, por exemplo) ainda precisam caminhar bastante para conseguir propor uma análise acadêmica mais rigorosa e consistente sobre a diversidade e as potencialidades do continente africano visto desde as lentes da decolonialidade.

No caso de nossa pesquisa documental, observamos que aproximadamente 35% das universidades públicas ofertam a disciplina Geografia da África (ou correlata) de forma explícita (obrigatória ou optativa). Na maior parte delas, a temática costuma ser diluída em matérias de Geografia Regional ou Relações Étnico-Raciais. Alguns cursos mantiveram a disciplina como conteúdos de tópicos curriculares especiais (o que também é bastante válido). Porém, somando todos os achados, constatamos que que ainda são poucas as instituições que de fato se abriram para o ensino geográfico da África, ainda que sob as lentes da abordagem hegemônica da Geografia eurocentrada.

Interessante observar algo interessante. Na maior parte das Universidades Públicas estudadas, cerca de 80% dos cursos de Licenciatura em História oferecem regularmente a disciplina História da

África. Essa disciplina muito frequentemente é cursada como optativa pelos estudantes de Geografia ou, ainda, cumprem o papel de estudos africanos na grade regular da formação de professores de diversas áreas, entre elas: Educação Artística, Línguas e Literaturas, Sociologia, Filosofia, Ciências da Religião e Geografia.

As principais Universidade pesquisadas até o momento, que já estão ofertando de alguma maneira conteúdos sobre a África nos cursos de Geografia foram as seguintes: Universidade de Brasília (UnB), Universidade de Campinas (Unicamp), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Tocantins (UFT), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

A Pós-Graduação, os Grupos de Estudos e Pesquisa registrados e as revistas acadêmicas, por enquanto, não fizeram parte de nossas análises. Porém destacamos que encontramos algumas Universidades que estão muito interessadas em receber estudantes africanos em seus programas e inclusive já ofertam componentes curriculares que abordam o continente africano, ainda que em parte.

Os Grupos de Estudos registrados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento científico e Tecnológico (CNPq), por sua vez, são difíceis de serem mapeados, pois seus títulos nem sempre refletem as pesquisas desenvolvidas por seus pesquisadores. Além disso, geógrafos podem atuar em grupos de diferentes universidades, muitas vezes pesquisando temas que não aparecem nos títulos dos grupos de forma direta. Portanto, dados meramente quantitativos podem ser enganosos se não forem interpretados adequadamente.

De acordo com os dados disponibilizados pelo CNPq em sua plataforma digital, hoje o Brasil possui 42.852 grupos de pesquisa

registrados em todas as áreas, em sendo abrigados por 587 instituições de ensino e/ou pesquisa, agrupando cerca de 247.455 pesquisadores e pesquisadoras.

Para acessarmos os grupos de pesquisa sediados em cursos de Geografia, que estudam temas ligados à geografia da África, inserimos as seguintes palavras-chave no sistema de busca: África, africana, africano, decolonialidade e diáspora. Mesmo levando em consideração a necessidade de relativizar os números, o resultado foi impressionante, pois desse total de mais 42 mil grupos de pesquisa, apenas 4 foram detectados em cursos de Geografia. São eles:

- Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura, Decolonialidade e Território (ICHPO/UFU), coordenado pelo Dr. Anderson Pereira Portuguez;
- Africanidades: Ensino de Geografia, Território e Cultura (UENP), coordenada pela Dra. Carla Holanda da Silva;
- NEGRA - Núcleo de Estudo e Pesquisa em Geografia Regional da África e da Diáspora (UERJ), coordenado pelo Dr. Renato Emerson Nascimento dos Santos;
- Geocultural: territorialidade, decolonialidade e memória (UNESP), coordenado pela Dra. Luciene Cristina Risso;

Os periódicos científicos brasileiros na área de Geografia (ou interdisciplinares), por fim, têm aumentado significativamente o volume de estudos sobre a África e, inclusive, são revistas muito procuradas por pesquisadores e estudantes africanos para divulgarem suas investigações acadêmicas. A SciELO[20] Brasil é a principal biblioteca digital de periódicos científicos brasileiros de acesso aberto, mas seus filtros de busca não nos permitiram quantificar a produção geográfica de forma confiável. De forma bastante empírico-anedótica, podemos dizer que temos acompanhado de perto as publicações eem diversas revistas e elas têm crescido bastante nos últimos 10 anos.

[20] https://www.scielo.br/

O ensino de Geografia em Cabo Verde

Durante a estada em Praia, capital cabo-verdiana, visitamos três escolas (figuras 80 a 82) onde abordamos professoras e professores para conversarmos sobre a questão do ensino de Geografia em Cabo Verde. Segundo as docentes de uma escola localizada no bairro Achada Santo Antônio (figura 93), o ensino de Geografia em Cabo Verde é estruturado para promover a compreensão da identidade nacional e a inserção do arquipélago cabo-verdiano no contexto global contemporâneo. Como o país enfrenta muitos desafios ambientais, o ensino de Geografia também se foca na abordagem da sustentabilidade e na relação entre sociedade e meio físico.

De acordo com a nossa apuração, no Ensino Básico (correspondente ao intervalo 1.º/6.º ano), a Geografia é ensinada de forma integrada com História na disciplina de "História e Geografia de Cabo Verde (HGCV)". O objetivo é que os alunos conheçam Cabo verde desde os prismas da formação territorial, sua historicidade e aspectos do meio onde vivem. Por sua vez, nos anos correspondentes ao Ensino Secundário (7.º ao 12.º ano), a abordagem da disciplina sofre transformações significativas.

No 7.º e 8.º anos, a Geografia torna-se uma disciplina autônoma. No 10.º ano, o programa foca na posição de Cabo Verde no contexto da África insular Atlântica, na Macaronésia, no Sahel e no mundo. O currículo abrange desde conceitos generalistas até especificidades locais, tais como: identidade e território, com ênfase na "cabo-verdianidade" e na análise do arquipélago por meio de livros didáticos. Estudam fenômenos como secas históricas, vulcanismo (especialmente na ilha do Fogo) e a dinâmica populacional do país. A disciplina de Geografia permite ainda análises do desenvolvimento econômico, turismo, agricultura, pesca, ordenamento do território e sustentabilidade. No 12.º ano, os alunos realizam exames nacionais para conclusão e certificação do ensino secundário.

Figura 80 a 82: Escolas de Praia, Cabo Verde.







Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

Os manuais escolares são ferramentas fundamentais, muitas vezes desenvolvidos pelo Ministério da Educação de Cabo Verde para garantir que o conteúdo seja adaptado à realidade geográfica e histórica do país. Convém acrescentar que em Cabo Verde observamos por duas vezes a presença de estudantes em aulas de campo com seus professores: no Jardim Botânico Nacional e Campo de Concentração de Tarrafal (figuras 84 e 85). Encontramos ainda, um grupo de estudantes do curso de formação de Guias de Turismo em trabalho de campo em Cidade Velha (figura 83).

A Universidade de Cabo Verde (UniCV) é a principal instituição de formação de professores e especialistas na área, oferecendo cursos

como: Licenciatura em História e Geografia (formação de docentes para o ensino básico e secundário), Geografia e Ordenamento do Território (que prepara o que no Brasil seriam os Bacharéis em Geografia), que são profissionais para atuarem em câmaras municipais, gabinetes de SIG, turismo e investigação científica.

Na página web da UniCV[21], encontramos os dados mais importantes referentes à formação geográfica naquele país. O curso de Licenciatura em Ensino de História e Geografia foi projetado para ser integralizado em 8 semestres (4 anos). O curso é diurno (manhã e tarde), é oferecido pela Faculdade de Educação e Desporto (FAED) e, embora a UniCV seja uma universidade pública, o ensino não é totalmente gratuito.

Figura 83: Visita de estudantes de educação técnica (formação de Guias de Turismo) à Cidade Velha



Figura 84: Visita estudantil ao Jardim Botânico Naciuonal

Figura 85: Visita estudantil ao Campo de Concentração de Tarrafal

[21] Disponível em: https://unicv.edu.cv/pt/ensino/cursos/licenciaturas/3904-historia-e-geografia. Acessado em 30/04/2026.



Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

A partir de 2026, o curso de Geografia e Ordenamento do Território passou a ser gratuito. Tal benefício alcançou todos os alunos das diversas graduações da Universidade. Na página web do curso, lê-se:

> Objetivos: O Curso de Licenciatura em Ensino da História e Geografia, desenvolvido pela Faculdade da Educação e do Desporto da Universidade de Cabo Verde, tem como objetivo geral formar docentes com competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para a educação de alta qualidade dos estudantes cabo-verdianos, promovendo o desenvolvimento social, cultural e económico do país. Os objetivos específicos incluem a formação de profissionais docentes conscientes de suas responsabilidades e comprometidos com a educação dos alunos, a formação de professores especializados em História e Geografia com uma visão integradora e interdisciplinar (Homem-Ambiente/Tempo-Espaço), e a qualificação de professores com competências e habilidades instrumentais e sistémicas para a docência em História e Geografia. Este curso enquadra-se na missão e fins da unidade orgânica, assumindo como propósitos promover o desenvolvimento humano na sua integralidade, enfatizando as dimensões científica, técnica, ética, social, cultural e artística, e buscando incessantemente padrões elevados de qualidade, bem como contribuir para a modernização do sistema educativo do país, conforme o artigo 3º, nº 2, alíneas a) e b) do estatuto da Uni-CV.

Ao analisar a grande curricular do curso de Licenciatura em Ensino de História e Geografia, observamos que há de fato disciplinas bastante voltadas para o estudo da realidade caboverdiana, o que nos parece bastante adequado. Embora, a abordagem histórica do curso ainda traga uma divisão eurocentrada do tempo histórico (o que também ocorre no Brasil), em linhas gerais, a formação oferecida pela UniCV nos pareceu bastante alinhada com as tendências decoloniais, no sentido de focar-se na realidade local e africana. O quadro 02, que segue, apresenta a grade curricular do curso analisado.

Quadro 2: Grade curricular do Curso de Licenciatura em História e Geografia da UniCV.

Unidades Curriculares		**Observações**
1º Semestre	Introdução aos Estudos Históricos	Disciplinas introdutórias relevantes para a formação docente
	Teoria e Método da Geografia	
	Pré-História	
	Técnicas de Expressão Oral e Escrita	
	Sociologia da Educação	
	Língua Estrangeira (Opcional)	
	Atividade de Integração Curricular 1	
2º Semestre	História das Civilizações Antigas	Destaque para o ensino de história de civilizações antigas (algumas delas são africanas) e História da África. Disciplinas essenciais para a formação crítica dos futuros docentes.
	História da África	
	Cartografia Temática	
	Climatologia	
	Metodologia do Trabalho Científico	
	Desenvolvimento Curricular	
	Atividade de Integração Curricular 2	
3º Semestre	História Medieval	A disciplina História de Cabo verde é ofertada em 3 semestres, o quem lhe dá carga horária significativa e necessária. Quando ofertada concomitante a Geografia de Cabo Verde, a na´[alise das
	História de Cabo Verde I	
	Geologia Geral	
	Estatística Descritiva	
	Geografia da População	
	Psicologia da Educação	
	Atividade de Integração Curricular 3	
	História da Idade Moderna	

4º Semestre	História de Cabo Verde II	realidades locais acabam por ser potencializadas e valorizadas. Também merece destaque a disciplina Geografia dos Riscos Ambientais, pois o país possui muitas áreas de risco devido a questões tectônicas, de vulcanismo, formação geomorfológica, mudanças climáticas e outros. Há ainda a disciplina Geografia da África, ofertada regularmente como optativa.
	Geografia de Cabo Verde	
	Geografia Económica	
	Sistema de Informação Geográfica	
	Geomorfologia Estrutural	
	Atividade de Integração Curricular 4	
5º Semestre	História Contemporânea	
	História de Cabo Verde III	
	Geografia dos Riscos Naturais	
	Geografia Urbana e Planeamento Urbanístico	
	Administração e Gestão Educacional	
	Avaliação Educacional	
	Atividade de Integração Curricular 5	
6º Semestre	Metodologia do Ensino da Geografia	Disciplinas relevantes para a formação docente.
	Metodologia do Ensino de História	
	Geografia do Turismo	
	Educação Inclusiva	
	Tecnologia Educativa	
	Práticas de Investigação em História e Geografia	
	Atividade de Integração Curricular 6	
7 Semestre	História da Arte	Destaca-se aqui o estudo da cultura nacional, tema fundamental para a formação docente em Ciências Humanas.
	Ética e Deontologia Profissional	
	Cultura Cabo-Verdiana	
	Ordenamento do Território	
	Prática e Reflexão Educativa	
	Atividade de Integração Curricular 7	
8º Semestre	Estágio Pedagógico (EP) - Obrigatório	Disciplinas relevantes para a formação docente.
	Trabalho de fim de curso (TFC) - Condicional	
	(Monografia/Relatório científico) - Condicional	
	Atividade de Integração Curricular 8	

Fonte: Adaptado de https://unicv.edu.cv/pt/ensino/cursos/licenciaturas/3904-historia-e-geografia. Acessado em 30/04/2026. Organização do autor.

Importante lembrar que a realidade africana e cabo-verdiana são abordadas como exemplos em atividades propostas para disciplinas de temática geral, como cartografia, Geografia do Turismo, Climatologia, Ordenamento do Território, Geografia urbana, etc. Assim, mesmo que a disciplina não trate especificamente de tema cabo-verdiano ou africano, os exemplos locais e continentais possibilitam maior aprofundamento e leitura da realidade nacional e macrorregional.

Os trabalhos de campo são uma constante em diversos cursos da UniCV, como Agronomia, Geografia e outros. As figuras que seguem (figuras 86 e 87) mostram alunos sendo conduzidos por docentes em atividade de campo em fevereiro de 2026. O trabalho de campo é uma prática essencial para a formação de professores de Geografia. Além de ampliar as habilidades de pesquisa e observação da paisagem, possibilitam vivências que dão sentido ao aprendizado teórico, permitindo ver no espaço geográfico uma série de processos sociais e ambientais estudados nas salas de aulas da Universidade.

Figuras 86 e 87: Trabalho de campo da Profa. Dra. Maria de Lourdes Silva Gonçalves com estudantes da UniCV em Cabo Verde.





Fonte: https://www.facebook.com/maria.silvagoncalves.10. Acessado em 30/04/2026. Acervo de Maria de Lourdes Silva Gonçalves (2026).

Outro aspecto importante a ser destacado sobre a formação geográfica de Cabo Verde, em especial a ofertada pela UniCV, é a elevada internacionalização da Universidade. A Universidade tem consolidado um grau de internacionalização robusto ao integrar-se em

redes globais de produção de conhecimento. Esta projeção materializa-se por meio da participação ativa em projetos de investigação transnacionais sobre mudanças climáticas e ordenamento do território, onde alunos e docentes colaboram diretamente com instituições de prestígio, como a Universidade de Lisboa e diversos centros de pesquisa brasileiros e de outros países. Através de programas de mobilidade como o Erasmus+ (União Europeia), os estudantes de Geografia da UniCV têm a oportunidade de realizar estudos de campo e estágios em contextos geográficos distintos.

A parceria entre o curso de Geografia da Universidade de Cabo Verde e as instituições de ensino superior brasileiras constitui um eixo dinâmico da sua internacionalização, consolidada por décadas de intercâmbio acadêmico e técnico. Essa relação é alimentada tanto pelo fluxo constante de estudantes e docentes, quanto por projetos de investigação conjunta em áreas críticas, como a desertificação e o ordenamento do território, em colaboração com universidades como a Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Uberlândia e outras. A língua portuguesa, falada em ambos os países é um fator facilitador desses intercâmbios.

Para finalizar este tópico, convém citar que a UniCV oferece ainda outros cursos de graduação, mestrado e Doutorado que complementam a formação inicial dos professores de História e Geografia, como as graduações em Desenvolvimento Sustentável e Gestão do Território; Geologia e Desenvolvimento Rural. Quanto aos programas de Mestrado, os que possuem afinidade com a formação inicial em Geografia são os seguintes:

- Mestrado em Agricultura Biológica e Desenvolvimento Rural
- Mestrado em Clima, Recursos Naturais e Riscos
- Mestrado em Descarbonização Energética dos Países Emergentes
- Mestrado em Educação para o Desenvolvimento Sustentável
- Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais
- Mestrado em Recursos Geológicos e Ambiente

A UniCV oportuniza ainda, como já explicitado neste relatório, um programa de doutoramento em área interdisciplinar diretamente ligado aos campos de atuação dos profissionais formados em Geografia: Doutorado em Gestão da Economia Rural para uma Agricultura Inteligente. É um programa bem semelhante aos desenvolvidos no Brasil, com elevada internacionalização, com alto impacto em países africanos como Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe e é integralizado em 4 anos de estudos. Professores de Geografia podem ainda se interessar pelo Doutorado em Ciências Sociais, que também é oferecido nas mesmas condições. Os doutorados custam, em média, 18.000 Escudos Cabo-Verdianos por mês, o que equivale a aproximadamente R$950,00

Construindo uma proposta afrocentrada de ensino de geografia da África

Em busca de inspirações e referências

Para atingir o primeiro objetivo específico, que consistiu na coleta de textos e referências bibliográficas sobre a Geografia da África e sobre o ensino da Geografia da África em Cabo Verde, realizamos uma busca em bancos de teses e dissertações no Brasil, em Portugal e em Cabo Verde. Também realizamos uma busca nas bases de dados de revistas acadêmicas em língua portuguesa para compreender as principais formas de abordagens das temáticas africanas pela Geografia em países lusófonos.

Adquirimos livros impressos para compor uma biblioteca básica particular, que nos permitiu entender um pouco mais sobre a História e a Geografia da África e de Cabo Verde. Como se vê nas figuras 88 a 91, visitamos bibliotecas em Cabo Verde para coleta de material sobre o continente africano. Também visitamos museus (figuras 92 a 95) que disponibilizam livros para aquisição, além de documentos para observação e acervos importantes para compreender a história cabo-verdiana. Visitamos também o Campo de Concentração de Tarrafal

(figuras 96 e 97), que também oferece obras para consulta, algumas para aquisição e vasto acervo documental e fotográfico para contextualização histórica e social de Cabo Verde, além de alguns outros países da África lusófona.

Convém acrescentar que compramos alguns livros por meio de livrarias virtuais e bibliotecas virtuais, o que tem possibilitado o aprofundamento de nossos estudos. A pesquisa bibliográfica é sempre uma etapa inacabada de processos de formação continuada e desejamos manter nossa busca por novos títulos para além do prazo formal do pós-doutoramento para que os alunos do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia possam acessar materiais de qualidade produzidos por professores e pesquisadores africanos.

Figura 88: Biblioteca da Universidade de Cabo Verde



Figura 89: Café e Livraria Pedro Cardoso, Praia, Cabo Verde



Figura 90 Biblioteca Nacional de Cabo Verde



Figura 91: Livraria do Mercado, Óbdos, Portugal



Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

Figura 92: Livros expostos e vendidos no Museu Amilcar Cabral (Praia, CV)



Figura 93 Memorial Amilcar Cabral (Praia, CV)



Figura 94 e 95: Museu Etnográfico de Praia, CV.





Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

Figura 96 e 97: Campo de Concentração de Tarrafal (Tarrafal, CV).





Fonte: Trabalho de campo - Portuguez, A. P. (2026).

A formação geográfica em Portugal, No Brasil e na África Lusófona

Iniciamos nossa análise informando que encontramos uma grande dificuldade para acessar os planos de ensino e muitos documentos que localizamos não se mostraram específicos o suficiente para serem considerados referentes ao ensino de Geografia da África. Além das

bases documentais, conversamos com alguns colegas que atuam no Brasil e na África e isso nos trouxe algumas percepções interessantes sobre o que acessamos nos planos de ensino. A partir de nossa busca, chegamos a alguns achados que consideramos importante mencionar:

a) Em vários países, a formação de professores produz docentes que atuam como educadores nas áreas de história e Geografia. A Geografia como campo autônomo na formação docente ainda não é uma realidade consolidada;
b) Assim como no Brasil, as grades curriculares dos cursos de Geografia variam muito de instituição para instituição dentro de um mesmo país;
c) Os países lusófonos africanos receberam muita influência da Geografia portuguesa e da Geografia brasileira, que são quantitativamente mais produtivas e consolidadas;
d) É muito comum que estudantes africanos saiam de seus países para estudarem no Brasil, mas principalmente em Portugal. A geografia portuguesa, nesse sentido, torna-se a base intelectual sobre a qual as Geografias africanas se edificam;

A influência do pensamento geográfico português na Geografia dos países africanos lusófonos estruturou-se historicamente a partir do legado institucional e metodológico da chamada "Geografia tropical" e do ordenamento territorial. Conforme analisa Oliveira e Sarmento (2022), a consolidação da Geografia como disciplina acadêmica nesses países esteve diretamente vinculada, em sua origem, às missões científicas e aos modelos de mapeamento da administração colonial lusa do século XX.

Esse processo moldou a formação das primeiras gerações de planejadores e geógrafos africanos sob métodos fortemente empíricos e voltados à descrição climática, geomorfológica e fitogeográfica dos trópicos. Como resultado, as matrizes curriculares e os primeiros departamentos de geografia universitária criados na África lusófona herdaram a tradição clássica das universidades de Lisboa, Coimbra e

Porto, priorizando inicialmente o inventário de recursos naturais e a cartografia aplicada como instrumentos de intervenção estatal (Pimenta, 2014).

Na era pós-colonial, contudo, essa influência se ressignificou por meio da cooperação acadêmica continuada e do compartilhamento da língua como veículo epistemológico, promovendo um intenso debate identitário e territorial. O idioma comum facilitou o intercâmbio científico contínuo por meio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e de congressos bilaterais (Santos, 2021). Isso permitiu que a produção geográfica contemporânea reconfigurasse os conceitos tradicionais de espaço, paisagem e lugar sob óticas locais.

Autores como Oliveira e Sarmento (2022) e Pimenta (2014) nos mostram que acadêmicos das nações lusófonas da África utilizam as bases metodológicas do ordenamento do território e do planejamento urbano (amplamente consolidadas em Portugal) para diagnosticar assimetrias regionais internas, mas incorporam a crítica pós-colonial para subverter a antiga visão eurocêntrica. Assim, a conexão com a geografia portuguesa atua hoje não mais como uma imposição vertical, mas sim como uma plataforma de diálogo técnico, ainda que haja uma forte presença de lógicas eurocentradas na Geografia africana.

Ao observar as bibliografias dos planos de ensino das universidades brasileiras e africanas, em geral, notamos uma grande ausência de autores africanos de peso. Além de serem poucos os africanos e africanas que de fato se projetaram na produção geográfica mundial ou regional, são ainda mais raros os que produziram textos que fogem da linha hegemônica eurocentrada. Ficou claro, então, que diante da ausência de vozes africanas, por pelo menos algum tempo, teremos que ampliar nossas fontes para autores decoloniais, sobretudo brasileiros.

Em Guiné Bissau, por exemplo, segundo Silva (2024), predominam modelos neopositivistas de educação, como muito foco na assimilação de conteúdos decorados (muitas vezes irrelevantes e descontextualizados) com muitas permanências da colonialidade e ainda

com carência de temas africanos. Nesse país, há frequentes registros de violência docente perpetrada cotidianamente contra os discentes.

Silva (2024) nos fala ainda da falta de mapas e de materiais didáticos, o que leva os professores a gerar materiais com auxílio da internet, muitas vezes sem os cuidados necessários com verificação de fontes e da veracidade dos resultados das buscas. Isso leva a uma visão de Geografia e de África deslocada da realidade Guineense. Particularmente acreditamos que esse seja um problema global, pois mesmo no Brasil onde temos uma larga tradição na produção de materiais didáticos e trabalhos de geográficos de peso, a internet e a atual popularização da inteligência artificial generativa, têm sido cada vez mais utilizadas para apoiar o trabalho de docentes que, muitas, vezes, consomem dados questionáveis, de fontes bastante duvidosas.

Dito tudo isso, partimos agora para o detalhamento da análise documental que foi possível fazer nesse momento. Iniciamos pela descrição dos Planos de disciplinas, ou similares, que conseguimos acessar por meio da internet. Acessamos ainda, algumas informações sobre os cursos de Geografia oferecidos pelas universidades africanas localizadas em países lusófonos. O quadro 3, que segue, apresenta um balanço geral de nossos achados.

Quadro 3: Principais instituições onde há formação geográfica

Países	**Principais instituições onde há Formação Geográfica**
Cabo Verde	A organização curricular cabo-verdiana frequentemente une História e Geografia. Universidade de Cabo Verde (Uni-CV): Oferece a Licenciatura em Ensino de História e Geografia e a graduação em Geografia e Ordenamento do Território. O plano curricular inclui disciplinas de História da África e Geografia Regional, além da específica Geografia de Cabo Verde.
Guiné Bissau	A geografia em Guiné Bissau tem uma base

	histórica ligada à escola portuguesa. Durante um tempo recebeu influências russas, mas a matriz portuguesa permaneceu a mais influente. Recentemente, a Geografia brasileira passou a influenciar na formação geográfica de professores. A formação específica de professores de Geografia é recente (2022) e ocorre majoritariamente na Escola Superior de Educação (ESE), onde a geografia do continente é ensinada no programa de formação de professores do ensino básico e secundário.
Angola	A Geografia angolana foi fortemente influenciada pela Geografia lusitana. Recentemente, a matriz brasileira tem sido incorporada à formação de docentes em Angola. ISCED-Huíla (Instituto Superior de Ciências da Educação): Possui o curso de Ensino da Geografia no Departamento de Ciências da Natureza, onde a Geografia Regional da África é abordada. Universidade Católica de Angola (UCAN): Oferece a Licenciatura em Ciências da Terra e Geo-Recursos, que integra Geografia Física e Regional. Universidade Católica de Angola também oferece formação em geografia, mas não conseguimos localizar seus planos de ensino.
Moçambique	Assim como em Guiné Bissau, a geografia em Moçambique também tem uma base histórica ligada à escola portuguesa e, posteriormente, à escola russa. Também mais recentemente, tem sofrido influências brasileiras mais intensas. Universidade Eduardo Mondlane (UEM): Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS). Ali, o Departamento de Geografia oferece a disciplina de Geografia da África em sua grade de Licenciatura e Mestrado, focando na integração regional africana. Universidade Pedagógica (UP): Principal instituição formadora de professores, possui a disciplina em seus currículos de Ensino de

	Geografia no Departamento de Geografia. Universidade Púnguè: Oferece o curso de Licenciatura em Geografia, abordando a regionalização do continente.
São Tomé e Príncipe	São Tomé e Príncipe: A Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP) foca-se na formação de professores, entre eles os de História e Geografia. As matrizes europeias são as mais importantes, mas a educação nacional também foi influenciada por tempo pela Rússia e por Cuba. Atualmente as matrizes eurocentrada dominam a cena universitária, mas a realidade africana também é abordada como contexto no processo de formação docente.
Portugal	Universidade de Lisboa (ULisboa): Oferece a Licenciatura em Estudos Africanos, curso pluridisciplinar em parceria com o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT). A disciplina é central para entender as dinâmicas socioespaciais do continente. Universidade do Porto (UP): Através do Centro de Estudos Africanos (CEAUP), oferece formação avançada (Mestrados e Doutoramentos) e cursos de especialização em Estudos Africanos com forte componente geográfico. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa: Oferece cursos de especialização, como Geopolítica da África Subsariana, focando em segurança e estruturas regionais. Universidade da Beira Interior (UBI): Oferece formações sobre Relações Internacionais da África Subsariana, integrando aspectos geográficos.

Fonte: Base de dados documentais da pesquisa (2026), organização dos autores.

Um balanço geral do que encontramos (e não foi muita coisa) nos permitiu entender que:

- Portugal é a principal referência da Geografia para formação de professores nos países lusófonos da África;
- Países como França, Estados Unidos e Alemanha influenciaram a formação do pensamento geográfico dominante na África, pois as escolas francesa e anglo-saxã constituíram as bases da ciência geográfica clássica na Europa do século XIX e mais tarde nos Estados Unidos. As influências francesa e anglo-saxã ainda são importantes, mas não mais por conta das escolas clássicas, pois novas escolas geográficas surgiram e seus pressupostos e campos de interesse alcançaram países africanos, sobretudo as ex-colônias das antigas metrópoles europeias. França e Alemanha e, em parte a Inglaterra, constituíram as bases da eurocentralidade da Geografia, que mais tarde estende-se para Portugal e muitos outros países centrais do Ocidente.
- Em nossas pesquisas descobrimos que se expandirmos a análise para além dos países lusófonos, é possível identificar outras matrizes epistemológica no continente africano: árabes/islâmicas, indiana, russa/chinesa e outras.
- A Rússia, durante um tempo, influenciou países que tiveram governos revolucionários alinhados a ela, mas essa influência não se sustentou após os processos de democratização.
- A Geografia brasileira tem se tornado, aos poucos, uma das grandes referências para formação de professores na África lusófona. Professores africanos têm acessado cada vez mais os cursos de pós-graduação do Brasil para seus mestrados e doutorados na área.
- A produção intelectual do Brasil e de Portugal servem, muitas vezes, de base para os estudos da Geografia em diversos países, como Guiné Bissau, por exemplo.
- A maior parte das formações universitárias ofertadas a professores de Geografia se dá de forma integrada ao curso de História, o que reduz a carga horária de disciplinas técnicas na área de Geografia.

- Cabo Verde é o país onde identificamos uma significativa maturidade universitária no sentido de ofertar cursos de bacharelado em ordenamento do território, licenciatura em História e Geografia, mestrado em áreas de interesse e um doutorado em área correlata. Além disso, a UniCV possui elevado grau de internacionalização e já participa na formação de futuros pesquisadoras para de Angola, Moçambique, Brasil e São Tomé e Príncipe.
- Angola e Moçambique possuem formação geográfica já consolidada, mas mantêm a matriz eurocentrada de ciência na formação de professores. Grandes avanços vêm ocorrendo nesses países e os discursos pós-coloniais já avançaram significativamente no sentido de valorização de um pensamento crítico africano desde o prisma da Geografia.
- As bases decoloniais ainda são muito tímidas e necessitamos ainda de um longo trabalho no sentido de formar mentalidades críticas que passem a valorizar mais as bases locais, os saberes ancestrais, as práticas territoriais não-hegemônicas e uma ciência pautada na sistematização de conhecimentos que valorizem a África como um continente dotado de grande diversidade, potências e identidades.

NOSSA PROPOSTA: UMA GEOGRAFIA DA ÁFRICA INSPIRADA NA CRÍTICA COLONIAL DE AMÍLCAR CABRAL

A metodologia que adotamos se baseou nas proposições de alguns autores com os quais temos trabalhado nos últimos anos. Nosso primeiro contato com o pensamento crítico cabo-verdiano se deu por meio da plataforma digital *YouTube*, no qual assistimos a um documentário sobre a formação histórica de Cabo Verde. O Canal *Fronteiras Oficial (@Professor_D_História*) nos apresentou a dois autores com os quais ainda não havíamos trabalhado. O primeiro foi o lendário líder político Amílcar Cabral, figura cuja biografia iríamos conhecer mais tarde em Praia. O segundo foi o historiador Jose Mendes, neto de Rabelados, ativista e estudioso da História africana. Trabalhamos ainda com as obras de Milton Santos, Vusi Mavimbela, Paulo Freire e outros.

Em nossa prática docente, temos trabalhado bastante a ideia de escutar as vozes das epistemologias africanas e resignificar as epistemologias exógenas desde os prismas culturais e sociais africanos. Nesse sentido, destacamos a obra de Amílcar Cabral, que conceituou o que hoje chamamos de "descolonização da mente" por meio do que chamou de "africanização dos espíritos" (ou das mentalidades). Para Cabral, a libertação de um povo exigia eliminar tanto a presença física do colonizador quanto os seus paradigmas intelectuais e culturais eurocêntricos. Suas reflexões centrais sobre o tema estão reunidas em ensaios e discursos históricos, como *A Arma da Teoria* (1966) e *Libertação Nacional e Cultura* (1970).

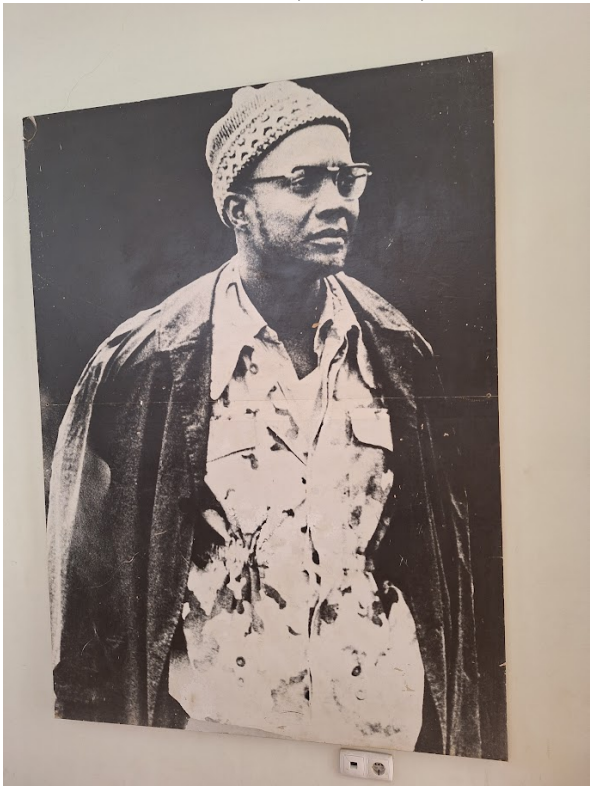
Amílcar Cabral (figura 98) foi um engenheiro agrônomo e intelectual revolucionário que se tornou o principal símbolo da resistência africana contra o colonialismo português no século XX. Como fundador do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), ele não apenas liderou a luta armada pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, mas também formulou teorias profundas sobre a importância da identidade cultural e da

educação no processo de libertação nacional. Reconhecido mundialmente como um estrategista brilhante e um humanista, Cabral defendia que a verdadeira soberania dependia da união entre a inteligência técnica e a vontade popular, deixando um legado que ainda inspira movimentos de autodeterminação em todo o sul global.

Em Cabral (2024) é possível ler em seus “discursos anticoloniais” que a educação europeia esnobava deliberadamente da civilização africana. A descolonização mental exigia, portanto, reverter o trauma de que os africanos não tinham cultura, demonstrando que as sociedades locais possuíam conhecimento técnico, agrônomo, social e filosófico estruturado antes da invasão colonial.

Acreditamos que a há de fato uma clara aderência teórica entre o pensamento de Amílcar Cabral e a Geografia Crítica. Tal sintonia reside na capacidade de Cabral ler o espaço geográfico como um campo de forças políticas e de contradições sociais ao mesmo tempo em que a sistematização da corrente acadêmica marxista se consolidou em diversas Universidades e centros de estudos sociais, o que inclui a Geografia brasileira.

Figura 98: Quadro de Amílcar Cabral em museu dedicado à sua memória, em Praia, Cabo Verde.



Fonte: Trabalho de campo, acervo do autor (2026).

Para Cabral, o território da Guiné-Bissau e Cabo Verde (que inicialmente formariam um único país) não era meramente um cenário de guerra, mas um organismo vivo cujas características físicas, do emaranhado dos manguezais à disposição das aldeias, deveriam ser compreendidas tecnicamente para servir à emancipação popular. Ao converter seu conhecimento de engenheiro agrônomo em estratégia de guerrilha, ele operou uma análise espacial que desmistificava o determinismo colonial, provando que a organização social e o domínio do lugar são as ferramentas fundamentais para subverter estruturas de poder globais.

Suas práxis anteciparam conceitos centrais da geografia crítica contemporânea, como a ideia de que o espaço é produzido pela luta de classes e que a cartografia da libertação deve ser traçada pelos próprios sujeitos que habitam o território. Ao visitar a casa de Amílcar Cabral em Praia, após ter lido sobre ele e alguns de seus textos, foi uma das experiências mais marcantes de toda a viagem.

Acreditamos, com base em nossas muitas leituras, que o pensamento de Amílcar Cabral oferece uma base epistemológica poderosa para descolonizar o ensino de Geografia da África no Brasil, pois ele entendia o território não apenas como um dado físico, mas como o palco da resistência e da produção cultural de um povo. Ao aplicar sua máxima de "regressar às origens", o ensino geográfico deixa de ser uma descrição passiva de biomas ou indicadores econômicos precários para se tornar uma análise das formas como as sociedades africanas transformaram seus espaços e mantiveram sua autonomia frente às pressões coloniais. Integrar a visão de Cabral permite que os estudantes brasileiros reconheçam a África como um continente de agência intelectual e técnica, rompendo com o imaginário de passividade e conectando as lutas por território no continente africano às realidades da diáspora brasileira.

Villen (2013), em sua obra "*A crítica colonial de Amílcar Cabral*", dedicou parte de seu livro justamente a temas que nos

interessam diretamente. Escreveu sobre a colonização africana, sobre os processos de independência, sobre as permanências culturais que de certo modo mantêm as amarras da dependência e, por fim apresentou o pensamento de Cabral e suas propostas de transformação, inclusive pela educação e reafirmação da cultura africana.

Interessante observar que sua abordagem influenciou diretamente o educador brasileiro Paulo Freire em seus trabalhos de alfabetização na Guiné-Bissau pós-independência, consolidando a ideia de que a descolonização mental caminha lado a lado com a emancipação política.

Paulo Freire foi um filósofo e educador brasileiro que revolucionou o pensamento pedagógico mundial ao fundar a pedagogia crítica e se tornar o *Patrono da Educação Brasileira*. Defensor de uma abordagem libertadora, ele rejeitava o modelo tradicional de ensino, batizado por ele de "educação bancária", no qual o conhecimento é apenas depositado em alunos passivos. Em vez disso, Freire propôs uma alfabetização baseada no diálogo horizontal e na realidade social dos estudantes, utilizando palavras do cotidiano para despertar a consciência política e a emancipação das classes oprimidas. Perseguido pela ditadura cívico-militar instaurada no Brasil após o golpe de Estado de 1964, Freire foi exilado por 16 anos e foi nessa época que ele consolidou sua influência global com o livro "*Pedagogia do Oprimido*", tornando-se um dos autores mais citados do mundo nas ciências sociais e o brasileiro mais condecorado da história com dezenas de títulos de *Doutor Honoris Causa*. Atuou muito na em Guiné Bissau e outras nações africanas, experiência que mudou sua vida. A figura 99 mostra uma imagem da presença de Paulo Freire em Guiné Bissau em 1975.

Figura 99: Chegada de Paulo Freire em Guiné Bissau.



Fobte: https://acervo.paulofreire.org/items/91980bf1-77d5-4cc0-a98e-d27d42c25745. Acesso em 10/05/2026.

Ana Maria Araújo Freire, viúva do pedagogo, nos legou uma biografia bem intensa e completa, na qual é possível ler sobre as experiências de Paulo Freire no Brasil, na África e em outros países do mundo. Segundo Ana Freire (2006):

> Paulo admirou sobremaneira dois dos "pedagogos da revolução" da África: Julius Nyerere, da Tanzânia, a quem conheceu e com ele dialogou algumas vezes, e Amílcar Cabral - que nasceu em Cabo Verde, formou-se em agronomia em Lisboa, mas foi mais do que cabo-verdiano, foi um homem a serviço da luta de libertação africana. Paulo esteve com Cabral por longos anos de sua vida, por ele teve um enorme respeito, embora nunca o tenha visto pessoalmente. Amílcar havia sido assassinado por agentes do colonialismo português em janeiro de 1973, antes de Paulo ter ido trabalhar nas ex-colônias portuguesas. Respeito por sua capacidade de entender a luta contra o colonialismo como uma

> unidade dialética entre ação e reflexão, prática e teoria. Respeito pela forma como ele entendeu o senso comum que norteava o comportamento de sua gente e lutou por sua superação. Respeito pelo que com ele aprendeu, sobretudo da teoria política e revolucionária (Freire, A., 2006, p. 225).

A. Freire (2006) e outros pesquisadores da biografia de Paulo Freire concordam, em suas obras, que o pedagogo brasileiro teve uma atuação marcante e profunda em Guiné-Bissau e em diversos outros países africanos durante a década de 1970. Atuando como consultor do Conselho Mundial de Igrejas em Genebra, ele foi convidado em 1975 pelo governo de Guiné-Bissau, que acabara de conquistar sua independência de Portugal, para coordenar e implementar a campanha nacional de alfabetização de adultos. Essa intensa vivência em solo guineense, fortemente inspirada pelo pensamento anticolonial de Amílcar Cabral, resultou na publicação de uma de suas obras mais célebres, "*Cartas à Guiné-Bissau*". Além disso, o educador estendeu sua assessoria pedagógica e seus projetos de educação popular libertadora a outras nações recém-independentes e de língua oficial portuguesa, como Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, além de realizar intercâmbios e diálogos políticos marcantes em países como Tanzânia (colaborando com o presidente Julius Nyerere), Zâmbia e Senegal.

A relação entre Amílcar Cabral e Paulo Freire consolida-se na compreensão da educação como um ato político indissociável da libertação nacional e humana. Para ambos, a alfabetização não deveria ser um mero exercício mecânico de repetição de sílabas, mas um processo de conscientização onde o oprimido aprende a ler a sua própria realidade para, em seguida, transformá-la. Freire reconhecia em Cabral o "pedagogo da revolução", alguém que entendia que a cultura é a base da resistência e que o conhecimento técnico só ganha sentido quando dialoga com o saber popular. Essa convergência teórica estabelece que a verdadeira descolonização exige uma pedagogia da autonomia, capaz de

converter a consciência ingênua em consciência crítica através do diálogo constante entre liderança e povo (Soriano, 2021).

Partindo desse princípio, uma educação geográfica crítica e decolonial precisa passar pelo letramento racial, pela compreensão das dinâmicas pós-coloniais que acirraram as desigualdades de classes, por um aprendizado cartográfico que inclua as muitas formas de resistência, pela valorização dos conhecimentos espaciais que emergem de epistemologias não hegemôniacas, entre outros.

Se confrontarmos o pensamento de Milton Santos e Amílcar Cabral, veremos que ambos concordam que o território é a dimensão espacial da resistência e da produção de novas existências frente à globalização excludente.

Milton Santos (1926–2001) foi o mais renomado geógrafo brasileiro e um pensador de destaque mundial que revolucionou a disciplina ao convertê-la em uma ferramenta de crítica social. Intelectual negro e neto de escravizados, ele superou as barreiras do racismo estrutural para construir uma sólida carreira acadêmica que incluiu o doutorado na França, o exílio durante a ditadura militar e a posterior docência na Universidade de São Paulo.

Milton Santos que desafiou as visões tradicionais do espaço ao conectá-lo diretamente às dinâmicas da economia, da política e das desigualdades humanas. Entre suas maiores contribuições teóricas estão o conceito de *Meio Técnico-Científico-Informacional*, a divisão das cidades em circuitos da economia urbana (conceito com o qual trabalhamos bastante) e uma análise contundente sobre a globalização, dividida entre a propaganda idealizada e as perversidades da exclusão social.

Por ser um intelectual negro, autor de uma das bases conceituais mais completas do pensamento geográfico mundial, temos utilizado suas obras como referências centrais em estudos sobre a cultura afro-brasileira e suas territorialidades. Estudos nossos sobre a (r)esistência de

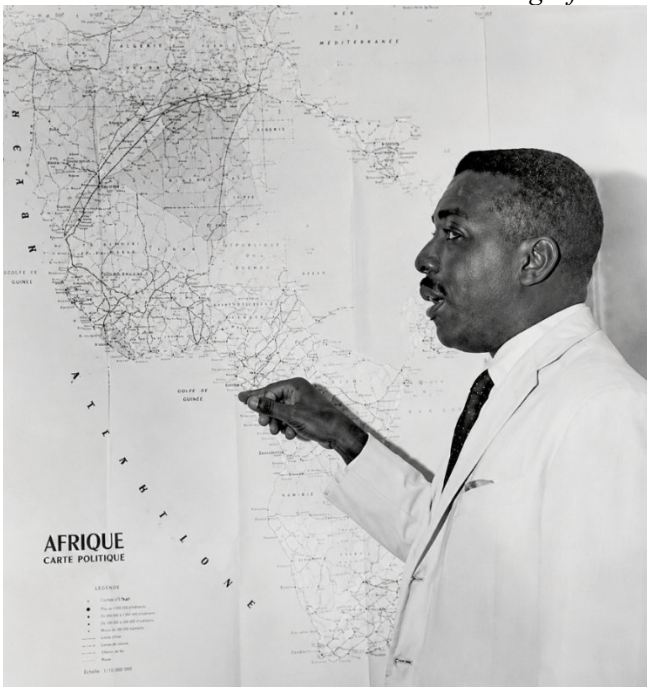
comunidades religiosas tradicionais de matriz africana na região do Triângulo Mineiro, por exemplo, partem da ideia miltoniana de alto e baixo circuitos da economia urbana para mostrar que, mesmo invisibilizados, os terreiros de Umbanda e Candomblé contribuem gigantescamente com a circulação financeira nos mercados de grandes, médias e pequenas cidades mineiras.

Trazer Milton Santos para um diálogo direto Com Amílcar Cabral nos leva a resultados bem interessantes. Enquanto Santos formulou a distinção entre o "espaço de fluxos" hegemônico e o "espaço de todos" (o território usado e vivido), Cabral aplicou essa lógica na prática ao transformar a Geografia Física da Guiné-Bissau em uma cartografia de libertação. Para os dois intelectuais, o lugar não é apenas um ponto no mapa, mas o abrigo das "verticalidades" e "horizontalidades" onde as populações locais podem exercer sua agência política (Santos, 1996ª, 1996b, 2018). A análise agrária de Cabral e a geografia crítica de Santos convergem na denúncia de que o uso do território pelo colonizador visa apenas a extração, enquanto o uso pelo povo busca a construção da soberania e da dignidade social.

Interessante observar que Milton Santos não apenas visitou a África, como estabeleceu profundos laços acadêmicos e pessoais com o continente durante momentos cruciais de sua vida. Seu primeiro contato ocorreu em 1958, quando viajou pela África Ocidental Francesa, incluindo territórios hoje pertencentes ao Senegal, Mali e Costa do Marfim. Essa foi uma incursão que resultou no livro *Marianne em preto e branco* (1960)[22] e moldou seu entendimento sobre as complexas desigualdades socioespaciais do planeta.

[22] Lamentavelmente, essa é uma edição raríssima e esgotada. Há raras bibliotecas públicas no Brasil que possuem esse material e seu acesso na internet só é possível por meio de materiais escaneados em baixa resolução e, ainda fragmentado.

Figura 100: Dr. Milton Santos: maior nome da Geografia brasileira.



Fonte: Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/milton-santos-refletiu-sobre-a-realidade-dos-paises-pobres/. Acessado em 10/05/2026.

Anos mais tarde, em decorrência de seu exílio forçado pela ditadura cívico-militar brasileira, o geógrafo fixou residência na Tanzânia entre 1974 e 1976. Na capital Dar es Salaam, ele lecionou como professor titular na universidade local em meio ao efervescente cenário do socialismo africano, consolidando uma vivência prática indispensável para a posterior maturação de suas célebres teorias sobre o Sul Global e a globalização. A figura 100 mostra o ilustre professor em momento de reflexão sobre o continente africano.

Partamos agora para os autores que estão impactando o pensamento decolonial no tempo presente e que também nos inspiram profundamente. Iniciaremos, então, pelo su-africano Vusi Mavimbela,

homem negro, graduado em Ciências Políticas e Militares, que atualmente atua como embaixador da África do Sul no Brasil.

Em sua obra mais recente, Mavimbela fez uma série de discussões sobre as africanidades no Brasil e as brasilidades na África, o que torna sua obra uma importante referência para nossas proposições. Mavimbela (2026) nos brinda com uma leitura crítica e inovadora do Brasil desde o prisma da decolonialidade pensada por africano. Trata-se de um livro que, em conjunto com os já citados, nos leva a um outro patamar de estudos geográficos.

Outra referência de peso é o cabo-verdiano Jose Mendes. Embora não sejam geógrafos de formação, ambos autores escreveram trabalhos que tratam de temas que nos serviram de base para pensar a descolonização, a colonialidade e a decolonialidade desde o prisma dos intelectuais africanos. Segundo Mendes (2026, capa):

> Durante séculos, nos ensinaram a negar nossas raízes, a esquecer nossas histórias e a temer nossos próprios símbolos. Colonizaram os territórios, mas também colonizaram as consciências. E é aí que a verdadeira prisão começa.

Mendes (2026) nos oferece uma leitura densa, crítica, surpreendente em alguns aspectos. Também trabalha com a ideia de "dominação mental" e, portanto, apregoa a descolonização das mentes como caminho para se construir um futuro afro-centrado para os muitos povos africanos. Esse autor foi fundamental para nossas reflexões, pois suas discussões sobre o tema da educação foram ao encontro do que já havíamos estudado em Amílcar Cabral e Paulo Freire.

Por sua vez, Oliveira, Cunha Júnior e Domingos (Orgs., 2025) nos trazem um panorama bastante elucidados sobre as metodologias afrocentrada de pesquisa e nos apresentou os fundamentos de uma abordagem científica que rompe com a rigidez do academicismo eurocentrado. Ao ler todas essas obras, entendemos que a abordagem afrocentrada da Geografia traz as seguintes características:

- Autonomia epistêmica e de pensamento de grupos africanos, afro-diaspóricos e afro-brasileiros em relação às epistemologias hegemônicas.
- A Geografia decoloniais questionam a ordem social no sentido de desestabilizar as estruturas herdadas da colonização, que de alguma forma mantêm ou justificam a hierarquização social baseada nos marcadores raciais, de identidade étnica e de origem geográfica.
- A Geografia de base afrocentrada baseia-se na construção de referências teóricas que emergem da experiência dos povos africanos, afro-diaspóricos (em todos os continentes), o que inclui autores afro-brasileiros. Inclui também outras referências de autores e autoras alinhados ao pensamento decolonial.
- A Geografia afrocentrada também se baseia na experiência vivencial da população (africana e afrodescendente), nas relações sociais de solidariedade, sociabilidade e na espiritualidade. Leva em conta o aprendizado que adquirimos com a vida cotidiana, com a experimentação, com os saberes herdados dos membros mais velhos na coletividade e dos antepassados; na observação da natureza e na curiosidade genuína de quem quer entender o mundo desde o prisma de sua cultura e ordem social.
- O pragmatismo não pode ser negligenciado pela Geografia afro-centrada. Povos tradicionais africanos sempre enfrentaram suas dificuldades de forma prática, buscando soluções e tecnologias que dessem cabo das demandas sociais. Nesse sentido, entendemos que formulações teóricas de base críticas são necessárias, mas precisam ser propositivas em alguma medida e, nesse sentido, a Geografia afro-centrada se vincula fortemente à melhoria das condições de produção, ao bem-estar individual e coletivo e à qualidade ambiental.

- Baseia-se na ampliação do entendimento do que vem a ser uma bom referencial acadêmico[23] e dá protagonismo para autores africanos, afro-diaspóricos, afro-brasileiras e autores de outras origens comprometidos(as) com a afro-centralidade.
- Ciências africanas não dispensam os saberes absorvidos das epistemologias dominantes (europeia e estadunidense). Ao contrário, os resignifica e os compreende intencionalmente desde as bases culturais locais quando possível, ou cabível. O legado epistêmico das culturas hegemônicas da ocidentalidade, nesse caso, torna-se fundamentais e necessários para compreender as dinâmicas da natureza e os processos sociais de produção e reprodução do espaço. Porém, as categorias de análise, os conceitos e metodologias são resignificados a partir da cultura e das necessidades das sociedades africanas, ou afrodescendentes.
- Ao tratar da colonização, deve-se tratar também da *Geopolítica da Resistência*. A visão do mapa africano apenas como fruto da partilha do território entre nações europeias precisa ser relativizada. Além de a África ser um continente de centenas de culturas, línguas e formas de organização política que antecederam a colonização, ela foi e ainda hoje é palco de múltiplas formas de resistência e de conquistas de soberanias.
- O território deve ser entendido como parte da identidade Cultural africana. A Geografia deve utilizar o conceito de "cultura como base da libertação" para estudar como diferentes grupos étnicos organizam seu espaço geográfico

[23] Na perspectiva da pesquisa afrocentrada, utilizamos sim livros, artigos, documentos e outras publicações como fontes para elaboração de pesquisas acadêmicas. Porém, tão importantes como as letras, também consideramos como fontes legítimas: as expressões artísticas populares, os saberes ancestrais e as memórias coletivas tradicionais transmitidas pela oralidade.

de acordo com seus recursos, tecnologias e valores ancestrais, e não apenas por demandas do mercado global.

- É possível estabelecer paralelos geográficos entre a luta pela terra na África e no Brasil. Também é possível traçar paralelos entre as existências e resistências na África com os quilombos no Brasil, utilizando a Geografia para fortalecer nos estudantes, a percepção de laços de identidade e história compartilhada entre os dois territórios; entre outros tópicos.

Dito tudo isso, passamos agora a uma proposta nossa de criação de ficha de disciplina para Geografia da África, que desejamos, seja ofertada para alunos e alunas do curso de Geografia do ICHPO/UFU.

Quadro 4: Ficha de Componente Curricular

COMPONENTE CURRICULAR **Geografia da África e Territorialidades Afro-Brasileiras**
OBJETIVO GERAL Conhecer os principais aspectos da Geografia africana, tanto em seus aspectos naturais, quanto em suas dinâmicas culturais, sociais, políticas e econômicas.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS • Conhecer os principais autores da Geografia Africana e os principais centros de estudos africanos do Brasil e da África (4 horas). • Conhecer A Geografia Física da África, abordando as dinâmicas da natureza nos principais domínios naturais do continente africano. • Compreender como se deu a ocupação humana na África, desde a era dos primeiros hominídeos até o século XV. • Estudar os impactos da colonização e da resistência colonial sobre a organização socioterritorial da África entre os séculos XV e o século XX. • Abordar as principais dinâmicas populacionais, políticas, sociais, culturais e econômicas do período pós-colonial na perspectiva da Geografia Histórica. • Entender como o continente africano vem enfrentando os grandes desafios do século XXI: dependência econômica, pobreza, corrupção, guerras civis e a precarização das relações internacionais. • Entender o papel da diáspora africana na construção da identidade cultural e formação territorial do Brasil.
EMENTA: A Geografia da África pensada desde o prisma dos geógrafos africanos. Dinâmicas da natureza nos principais domínios naturais do continente africano. A ocupação humana na África: da era dos hominídeos ao tempo presente. Colonialismo, descolonização e colonialidade no continente africano. Dinâmicas produtivas e a questão do desenvolvimento na África atual. O Panafricanismo e a Geopolítica pós-colonial. Perspectivas de futuro para os povos africano. A diáspora e a contribuição dos africanos na

formação socioterritorial e cultural do Brasil.

PROGRAMA

Unidade 1: A Geografia africana (4 horas)

Principais nomes e centros de pesquisa da Geografia africana;

A produção de conhecimentos afro-centrados na Geografia brasileira.

Da Cartografia colonial à Cartografia da resistência.

A geograficidade e a cartografia das lutas por liberdade e afirmação da africanidade nas representações do espaço.

Unidade 2: Geografia física do Continente Africano (10 horas)

Dinâmicas da natureza nos principais domínios naturais do continente africano.

Dinâmicas naturais dos oceanos e arquipélagos africanos.

O continente africano no contexto das mudanças climáticas.

A mercantilização da África como o continente de natureza exótica: a proliferação das unidades de proteção ambiental, os safaris, expedições e ecoturismo.

Unidade 3 A ocupação humana e as dinâmicas sociais na África (12 horas)

A África como berço da humanidade: os primeiros hominídeos e as primeiras culturas.

Os grandes troncos étnico-linguísticos do continente africano pré-colonial.

As tribos, os clãs, os reinados e os impérios tradicionais africanos.

O colonialismo e o desorganização social, política e produtiva do África.

Impactos da escravização e da resistência colonial dos africanos nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas do continente.

Os desafios decoloniais do tempo presente (2pós-0200).

Unidade 4: Geografia Política da África (10 horas)

Os conceitos de Colonialismo, descolonização e colonialidade (10 horas)

A África no limiar da descolonização
O desafio da autogovernança;
Os dilemas do desenvolvimento e da superação da dependência econômica;
A pobreza como fato, como discurso e como ferramenta do sistema neocolonial;
Corrupção, guerras civis e a precarização das relações internacionais.
Pan-africanismo e a geopolítica africana na atualidade.

Unidade 5: Desenvolvimento econômico (10 horas)

A África contemporânea: potencialidades e limitações econômicas
Da pecuária extensiva e agricultura tradicional à modernização da produção rural na África atual.
A exploração dos recursos minerais pelos governos africanos e pelos agentes do capital multinacional.
Industrialização desigual, urbanização precária e dependência econômica da África em relação à Europa, à China, à Rússia e aos Estados Unidos.
Ciência, tecnologia e conectividade: o desafio da emancipação.
Inovações e desenvolvimento na África contemporânea.

Unidade 6: O papel da diáspora africana na construção da identidade cultural e formação territorial do Brasil (12 horas)

A África imaginada e representada pela ocidentalidade e a verdadeira África dos africanos: disparidades perceptivas e de narrativas.
Os africanos, os afrodescendentes e a formação territorial do Brasil.
Os legados das culturas africanas na formação cultural do povo brasileiro;
Raça, racismo, identitarismo e intersexionalidades: o movimento negro brasileiro.
Das senzalas aos Quilombos, favelas, terreiros e quebradas: territorialidades da resistência negra no Brasil;
A revalorização das múltiplas identidades africanas no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS
Básicas

CABRAL, A./EXPRESSÃO POPULAR. **Anílcar Cabral**: discursos anticoloniais. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

CANÊDO, L. B. **A descolonização da Ásia e da África**. 3 ed. São Paulo: Atual/Unicamp, 1986.

CARINE, B. **Como ser um educador antirracista**. 9 ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 70. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

MENDES, Jose. **Liberdade começa na mente**: como romper com as armadilhas coloniais e resgatar sua identidade africana. Orlando:Do autor, 2026.

MAVIMBELA, V. **A África no Brasil**: apagamentos, resistência e reconexões possíveis. São Paulo: Dandara, 2025.

SANTOS, M. **Economia espacial**. 2 ed. São Paulo: EdUSP, 2003.

Complementares

CANÊDO, L. B. **A descolonização da Ásia e da África: processo de ocupação colonial, transformações sociais nas colônias e os movimentos de libertação**. 7 ed. Campinas, Ed.UNICAMP, 1986.

CASTELO, C. **Os degredados da terra**: a escravidão negra no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LOVEJOY, P. E. escravidão na **África**: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de S Sebastião Nascimento e Raquel Camargo. São Paulo: UBU, 2020.

PARADA, M. MEIHI, M. S. B. e MATTOS, B. de O. de. **História da África Contemporânea**. Rio de Janeiro: PUC/Pallas, 2013.
PORTUGUEZ, A. P. **Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira**. Ituiutaba: Barlavento, 2015.
SERRANO, C. e WALDMAN, M. **Memórias D'África**: a temática africana em sala de aula. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, M. de M. e: **África e Brasil africano**. 2 ed. São Paulo: Ática, 2007.
THORNTON, J. K. **África e os africanos**: na formação do mundo Atlântico. Rio de Janeiro : Campus, 2004.

Fonte: Elaboração de PORTUGUEZ, A. P.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão deste estágio pós-doutoral reafirma o êxito na consolidação de uma cooperação internacional integrada entre a Universidade Federal de Uberlândia e a Universidade de Cabo Verde. Ao longo do semestre de atividades, foi possível não apenas cumprir os objetivos técnicos de construção de uma nova grade curricular para a disciplina de Geografia da África, mas também estabelecer laços institucionais e afetivos que transcendem o campo acadêmico tradicional.

A experiência revelou que a interlocução entre instituições do Sul Global é fundamental para o fortalecimento de uma ciência geográfica mais plural e representativa. Um dos principais achados deste trabalho refere-se à urgência de uma abordagem decolonial e afrocentrada no ensino de Geografia. A análise documental e bibliográfica realizada demonstrou que, ao beber diretamente da fonte do conhecimento produzido por intelectuais africanos, é possível romper com visões estereotipadas e eurocêntricas sobre o continente.

A proposta de plano de ensino elaborada como produto final desta pesquisa reflete essa maturidade acadêmica, incorporando a complexidade das dinâmicas territoriais africanas a partir de uma perspectiva interna e soberana.

No que tange ao desenvolvimento rural na Ilha de Santiago, a pesquisa de campo evidenciou a resiliência das comunidades frente aos desafios impostos pela aridez e escassez hídrica. A observação das práticas agrícolas e da gestão do solo mostrou que o conhecimento tradicional, aliado a estratégias de agricultura inteligente, é o que garante a segurança alimentar de inúmeras famílias.

Constatou-se que o modelo de agricultura familiar em Cabo Verde é um pilar de sustentabilidade que merece ser estudado e valorizado como um exemplo de adaptação às mudanças climáticas em ambientes insulares. A vivência junto à comunidade dos Rabelados e o

contato com as Rabidantes nas cidades de Praia e Assomada trouxeram uma compreensão profunda sobre a identidade crioula e a economia de base local. Esses grupos não representam apenas a sobrevivência econômica, mas a resistência cultural e a afirmação de territórios de existência.

A comparação estabelecida entre essas dinâmicas e os quilombos brasileiros enriqueceu a pesquisa, demonstrando que os laços históricos e sociais entre Brasil e Cabo Verde são mais profundos do que a historiografia tradicional costuma registrar. A análise do setor turístico na Ilha de Santiago apontou que, embora existam iniciativas promissoras de turismo de base comunitária, ainda há um vasto campo para a profissionalização e estruturação do setor. A falta de informações interpretativas nas paisagens visitadas sugere que a cooperação internacional pode atuar diretamente na capacitação de jovens guias, unindo o saber acadêmico da Geografia do Turismo à hospitalidade da "morabeza".

O potencial das "achadas" e montanhas como destinos educativos é inegável e pode ser um motor de desenvolvimento local sustentável. A cooperação internacional mostrou-se, portanto, como o eixo transversal que possibilitou o sucesso de todas as etapas do estágio. Sem a abertura institucional da UniCV e o apoio das professoras supervisoras, o acesso a acervos bibliográficos raros e a inserção em comunidades tradicionais não teriam sido tão produtivos. Esse intercâmbio prova que a ciência se constrói na partilha e que o isolamento acadêmico é um obstáculo para a compreensão de fenômenos globais que afetam territórios com trajetórias coloniais semelhantes.

Esse exercício de alteridade foi fundamental para embasar a proposta decolonial do projeto, reforçando que o ensino de Geografia deve estar atento às assimetrias de poder que moldaram os espaços geográficos contemporâneos. A produção científica decorrente deste estágio, simbolizada pelo livro "Estudos Africanos e Afro-Brasileiros", materializa o compromisso com a democratização do conhecimento. A

escolha pelo formato de e-book com acesso gratuito garante que os resultados da pesquisa alcancem professores e estudantes tanto no Brasil quanto em países africanos de língua portuguesa. Esse desdobramento é um exemplo prático de como a cooperação internacional pode gerar frutos tangíveis que beneficiam a sociedade civil de forma ampla e irrestrita.

O acervo fotográfico e cartográfico constituído durante os trabalhos de campo em Santiago e em Portugal representa um recurso pedagógico de valor inestimável para a UFU. A incorporação desses materiais inéditos no Laboratório de Ensino de Geografia permitirá que futuras turmas de graduação tenham contato com imagens reais e contextualizadas, fugindo dos bancos de imagens genéricos. Essa transferência de conhecimento visual é uma forma direta de trazer a África para dentro da sala de aula brasileira de maneira respeitosa e técnica. É gratificante observar que o projeto já desperta desdobramentos futuros, como o interesse de novos pesquisadores brasileiros em realizar doutoramento em Cabo Verde.

Esse fluxo migratório acadêmico inverte as lógicas tradicionais e fortalece o intercâmbio Sul-Sul, criando uma rede de pesquisadores comprometidos com o desenvolvimento rural e a gestão territorial. A cooperação internacional, dessa forma, deixa de ser um evento pontual para se tornar um processo contínuo de formação de quadros intelectuais em ambos os países. Em última análise, este relatório demonstra que a Geografia é uma ciência de encontros e de interpretações vivas do espaço.

Os relatos de vivência aqui apresentados confirmam que o estudo do território não se esgota nos dados estatísticos, mas se completa no diálogo com as pessoas que o habitam. A importância de manter parcerias internacionais estratégicas é o que garantirá que a universidade continue sendo um espaço de inovação, crítica social e, sobretudo, de solidariedade entre os povos.

Conclui-se que o estágio pós-doutoral cumpriu seu papel de ponte entre diferentes geograficidades. A experiência em Cabo Verde ensinou que a resiliência e a hospitalidade são ferramentas políticas poderosas para o desenvolvimento local. Com a entrega deste relatório e a implementação do novo plano de ensino, espera-se ter contribuído para uma educação geográfica que não apenas descreva o mundo, mas que ajude a transformá-lo a partir do reconhecimento mútuo e da cooperação internacional perene.



REFERÊNCIAS

Referências Citadas

BANCO DE CABO VERDE (BCV). *Estatísticas macroeconômicas e demográficas*. Praia: Banco de Cabo Verde, 2024. Disponível em: https://www.bcv.cv/pt/Paginas/Homepage.aspx. Acesso em: 30/04/2026.

BANCO MUNDIAL. *Perfil do país de Cabo Verde*. Washington, DC: Banco Mundial, 2023/2024. Disponível em: https://www.worldbank.org/ext/pt/country/caboverde. Acesso em: 30/04/2026.

BANCO MUNDIAL. *Cabo Verde: Nota do Título Azul – Relatório nº. AUS0001012.* Washington, DC: Banco Mundial, 2020.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 6 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: <L10639 - Planalto>. Acesso em: 6 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Inclui a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" no currículo oficial. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: <L11645 - Planalto>. Acesso em: 6 set. 2026.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo da Educação Superior 2024*. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2024/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2024.pdf. Acessado em 10/04/2026.

BRITO, A. SEMEDO, J. M. *Nossa terra, nossa gente*: introdução à Geografia de Cabo Verde. 2 ed. Praia: PFIE, 1995.

BRITO-SEMEDO, M. *Cabo Verde, Ilhas Crioulas*: da cidade-porto ao porto-cidade (Séc. XV – XIX). 2 ed. Funchal: Rosa de Porcelana, 2024.

CABO VERDE/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE. *Terceira comunicação nacional de Cabo Verde para as mudanças climáticas*. Praia: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, 2017. Disponível em: https://portaldoclima.gov.cv/recurso/terceira-comunicacao-nacional-sobre-as-mudancas-climaticas/. Acessado em 30/04/2026.

CABRAL, A./EXPRESSÃO POPULAR. *Amílcar Cabral*: discursos anticoloniais. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

CARVALHO, L. P. GIOMARÃES, S. 20 anos da lei 10.639/2003: a educação para as relações étnico-raciais e a formação de professores de História. *Cadernos da Fucamp*, v.24, p.103-125/2023.

ENRÍQUEZ, M. A. *Trajetórias do desenvolvimento*: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas.* Tradução de S Sebastião Nascimento e Raquel Camargo. São Paulo: UBU, 2020.

FANON, F. *Os condenados da terra.* Tradução de Lígia F. Ferreira, Regina S. Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, F. *Por uma revolução africana*: textos políticos. Tradução: Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro, Zahar, 2021.

FONSECA, D. J. da. As fronteiras móveis do continente africano: construções étnicas e estranhas à África. In: SANTOS, R. E. dos (Org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais*: o negro na geografia brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 165-198.

FREIRE, A. M. A. *Paulo Freire*: uma história de vida. Indaiatuba: Villa das Letras, 2006.

GIROTTO, E. D. (2024). Educação à distância e formação docente em geografia: um olhar a partir da geografia da educação**.** *Revista Da ANPEGE*, 20(41), 1–36. Disponível em: https://doi.org/10.5418/ra2024.v20i41.17861. SAcessado em 10/05/2026.

GRUPO OÁSIS. *Sobre o Grupo Oásis Atlântico*. Disponível em https://oasisatlantico.com/en/grupo-oasis/. Acessado em 24/04/2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE CABO VERDE (INECV). *Dados do país de Cabo Verde*; População e indicadores demográficos. Praia:

INECV, 2023. Disponível em: https://om-mne.gov.cv/np4/70.html. Acesso em: 30/04/2026.

MAVIMBELA, V. *A África no Brasil*: apagamentos, resistência e reconexões possíveis. São Paulo: Dandara, 2025.

MAX-NEEF, M. A / ELIZALDE A. / HOPENHAVN M. *Desarrollo a escala humana*. Conceptos, Aplicaciones y Algunas Reflexiones. Montevideo, Noraan Comunidad/ICARIA, 1993.

MENDES, Jose. *Liberdade começa na mente*: como romper com as armadilhas coloniais e resgatar sua identidade africana. Orlando:Do autor, 2026.

OLIVEIRA, A. F. B. de, CUNHA JÚNIOR, H., DOMINGOS, R. F. (Orgs.). *Metodologia de pesquisa afroceescendente*: conhecimento, conceitos e métodos afrodiaspóricos. Curitiba: CRV, 2025.

OLIVEIRA, A. F. B.; SARMENTO, A. A. M. Um olhar sobre o livro didático de Geografia do Ensino Fundamental II – PNLD 2014 e 2020: representações sociais dos negros africanos e da África. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 111, jan-jun. 2024. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/3077. Acessado em 10/01/2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Dados do país de Cabo Verde*. Nova York: ONU, 2023. Disponível em: https://www.un.org/pt/. Acesso em: 30/04/2026.

PAIVA, M. *Portugal*: a revolução e a descolonização. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

PIMENTA, J. R. et al. Geografia portuguesa, trópicos e colonialismo tardio. *Terra Brasilis* (Revista de História da Geografia e Geografia Histórica), Paris/Rio de Janeiro, n. 3, 2014. Disponível em: https://journals.openedition.org/terrabrasilis/10530. Acesso em: 21 maio 2026.

PORTUGUEZ, A. P. *Geografía Humana del bajo Río Doce*. 2 ed. Ituioutaba: Barlavento, 2010.

PORTUGUEZ, A. P. *Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira.* 2 ed. Ituiutaba: Barlavento, 2022.

PORTUGUEZ, A. P. MOURA, G. G. MENDES, P. C. Bacias hidrográficas de Ituiutaba: dinâmicas produtivas, saúde e meio ambiente no espaço rural. Ituiutaba: Barlavento, 2024.

PORTUGUEZ, A. P. Cinema africano e educação para as relações étnico-raciais: possibilidades e limitações do uso de obras fílmicas como recurso didático. In: PORTUGUEZ, A. P. (org.). *Geografia: Dinâmicas ambientais, produção do espaço e turismo*. 1. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2025. p. 206-223.

SANTOS, M. A. A África na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: dinâmicas de integração e o papel da lusofonia. *Revista Calea*, Ilhéus, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), v. 8, n. 1, 2021. Disponível em: https://periodicos.uesc.br/index.php/calea/(...). Acesso em: 21 maio 2026.

SANTOS, M. *O trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. 4 ed. São Paulo: Hucitec1996a.

SANTOS, M. *A natureza do espa***ço**: Técnica, tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996b.

SANTOS, M. O espaço dividido. São Paulo Edusp, 2018.

SILVA, H. P. Os rabelados de Cabo Verde: um "quilombo" africano. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 17, n. 41, p. 340-358, jan/jun, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303520015_Os_rabelados_de_Cabo_Verde_um_Quilombo_Africano. Acessado em 30/04/2026.

SILVA, M. *A formação de professores de Geografia na Guiné-Bissau*: permanências e rupturas da colonialidade na prática docente. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/263860. Acesso em 10/01/2026.

SILVEIRA, M. C. A. SOUZA, L. S. D. PORTUGUEZ, A. P. O discurso da descolonialidade e a educação para as relações étnico-raciais no Brasil. MARCELINO, M. M. PORTUGUEZ, A. P. (orgs.). *Educação*: da consciência cidadã à resistência democrática. Ituiutaba: Barlavento, 2022.

SORIANO, R. *O MST e o legado de Paulo Freire na África*: uma perspectiva internacionalista do trabalho de Paulo Freire, que espalha uma Educação Libertadora por todos os continentes. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: https://mst.org.br/2021/05/05/o-mst-e-o-legado-de-paulo-freire-na-africa/. Acessado em 10/01/2026.

SOUZA, M. J. L. Planejamento Integrado de Desenvolvimento: Natureza, Validade e Limites. São Paulo, *Terra Livre* nº 10, 123-139, AGB-SP, 1992.

SOUZA, M. J. L. O Território: Sobre Espaço e Poder. Autonomia e Desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C da C. ; CORRÊA, R. L. (orgs.) *Geografia, Conceptos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. J. L. *Urbanização e Desenvolvimento no Brasil Atual*. São Paulo,

Ática, 1996a.

SOUZA, M. J. L. A Teorização Sobre o Desenvolvimento em Uma Época de Fadiga Teórica, ou Sobre a Necessidade de Uma "Teoria Aberta" do Desenvolvimento Sócio-Espacial. Rio de Janeiro, *Revista Território*, vol. 1, nº 1, Delume Dumará, 1996b.

SOUZA, M. J. L. Como Pode o Turismo Contribuir para o Desenvolvimento Local?. In Adyr RODRIGUES (org): *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo, Hucitec, 1997, (17-22).

SOUZA, M. J. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à Gestão Urbana. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 2008.

SOUZA, M. de M. e. *África e Brasil africano*. 2 ed. São Paulo: Ática 2007.

TURISVER. *Grupo Oásis Atlântico inaugura Tarrafal Alfândega Suites*. Disponível em: https://turisver.pt/grupo-oasis-atlantico-inaugura-tarrafal-alfandega-suites/. Acassado em 24/04/2026.

SOUZA, R. *Cabo Verde das dez ilhas*. São Paulo: Clube de Autores, 2026.

VENTURI, L. A. B. (Org.). *Praticando Geografia*: técnicas de campo e laboratório. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

VILLEN, P. *Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo*: entre a harmonia e a contradição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Recomendações de leituras para compreender a África e a cultura afro-brasileira

ALMEIDA, S. L. de. *Racismo estrutural.* São Paulo: Sueli Carneiro/Jandaia, 2020.

ANDREWS, G. R. *América Afro-Latina*: 1800-2000. São Carlos: Edufscar, 2014.

ANSHAN, L. Estudos africanos na China no século XXI: um levantamento historiográfico. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, v.1, n.2, Jul./Dez. 2016 | p.51-93. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/66296. Acessado em 10/01/2026.

ARAÚJO, K. C. O. Um breve balanço da influência russo-soviética na África Austral (1919 a 1975). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 18., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2015. p. 1-12. Disponível em: https://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427579787_ARQUIVO_Umbalancodainfluenciarusso_africa_Kelly_Araujo.pdf. Acessado em 10/05/2026.

ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA. África em Língua Portuguesa: Variação no português africano e expressões literárias. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), v. IV, nº. 32, 2017. Disponível em: https://politicaslinguisticas.paginas.ufsc.br/files/2016/09/Africa-em-LP-2017.pdf. Acesso em: 21 maio 2026.

BAUMAN, Z. *Ensaios sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRANDÃO, C. R. *A clara cor da noite escura*. Uberlândia: EdUFU, 2009.

BRASILEIRO, J. *Ler imagens, contar histórias*: convergências de uma cidade em preto e branco. Uberlândia: Subsolo, 2019.

BRASILEIRO, J. *As guardiãs de memórias e saberes ancestrais*. Uberlândia: Subsolo, 2021.

BUENO, E. *Capitães do Brasil*: a saga dos primeiros colonizadores. Rio de Janeiro, Objetiva, 1999.

BUENO, E. *A viagem do descobrimento*: um outro olhar sobre a expedição de Cabral. 2 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

BURKE, P. *Ignorância*: uma história global. São Paulo: Vestígio 2023.

CANÊDO, L. B. *A descolonização da Ásia e da África*. 3 ed. São Paulo: Atual/Unicamp, 1986.

CÂNDIDO, T. L.; PORTUGUEZ, A. P. *Congados, Marujos, Moçambiques e Catupés: Tradições do Catolicismo Negro e o Turismo Cultural em Ituiutaba.* 1. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2024. v. 1. 253 p.

CARINE, B. *Eu não sou intelectual?* Um quase manual de sobrevivência acadêmica. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025.

CARINE, B. *Como ser um educador antirracista*. 9 ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

CASTELO, C. *Os degredados da terra*: a escravidão negra no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CASTILLO, L. E., ALBUQUERQUE, W., SAMPAIO, G. R. (Orgs.). *Barganhas e querelas da escravidão*: tráfico, alforria e liberdade, séculos XIII e XIX. Salvador: EdUFBA, 2014.

CERQUEIRA-NETO, S. P. G. de. *Da cientificidade de Milton Santos ao ativismo de Boaventura de Souza Santos*: uma proposta de geografia popular. Salvador: Ed.UFBA, 2020.

CENTRO PARA O PROGRESSO SOCIAL E ECONÔMICO (CSEP). *Relações India-Africa*: Fortalecendo a cooperação estratégica. New Delhi: Center for Social and Economic Progress (CEP), 2025. Disponível em: https://csep.org/event/india-africa-relations-strengthening-strategic-cooperation/. Acesso em: 24 maio 2026.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Ed.USC, 1999.

BÂ, A. H. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (coord.). *História Geral da África* I: Metodologia e Pré-história da África. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011. p. 167-212.

FERRETTI, M., LIMA, Z. (Orgs.). *Perfis da cultura popular*: mestres, pesquisadores e incentivadores da cultura poipular maranhense. São Luiz: CMF, 2015.

FLORENTINO, M. *Em costas negras*: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: EdUnesp, 2014.

FONSECA, M. N. S. *Mulheres negras no imaginário social.* São Paulo: Editora Selo Negro, 2015.

FRANCISCON, M. W. Ascensão e queda do império Soviético na África: 1950-1991. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, v. 2, p. 51-66, 2012.51-66. 2012.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GILROY, P. *O Atlântico Negro*: modernidade e dupla consciência. Tradução Cid knipel Moreira. 2 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora 34/Ed. Univ. Cândido Mendes, 2012.

GOÉS, I. *Matripotência*: uma força da cultura afro-brasileira. Salvador: Editora EDUFBA, 2017.

GURAN, M. *Agudás*: os brasileiros do Benin. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

HAESBAERT, R. *Viver no limite*: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrad Brasil, 2014.

HALL, S.. *A identidade cultural da pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP &A, 2005.

ITO, A. I. Usos, reusos e abusos: atravessando "fronteiras" e "luso-africanidades" nas historiografias de Angola, Cabo Verde e Guiné-

Bissau para os séculos XV, XVI e XVII. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* | Porto Alegre | v. 4, n. 8, Jul./Dez. 2019 | p. 115-134.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Tradução José Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

KOGURUMA, P. *Conflitos do imaginário*: a reelaboração das práticas e crenças afro-brasileiras na "metrópole do café", 1890- 1920. São Paulo: Annablume (FAPESP), 2001.

LEIRIS, Michel. *A África fantasma*. Tradução de André Pinto Pacheco. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

LEITES, M. H. *A questão da raça e da diferença*: um olhar sobre outros olhares. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MACEDO, J. R. *História da África*. São Paulo: Contexto, 2021.

MAGALHÃES, M. A. de. *Os negros no Brasil*: uma história de resistência e luta. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

MARÇAL, J. A. A formação de intelectuais negros: políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras. Belo Horizonte: Mandyala, 2012.

MARTINS, B. S. MOURA, A. Portugal e década internacional de afrodescendentes: a educação e os tempos da violência colonial. *Educação em Revista*. Belo Horizonte|v.34|e192750|2018.

MATHIAS, C. L. K. *As múltiplas faces da escravidão*: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c-1711 – c-1756. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

MEMMI, A. *Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MESGRAVIS, L. *História do Brasil Colônia*. São Paulo: Contexto, 2022.

MONIÉ, F. ROSA, I. C. G. F. SILVA, V. R. A. A inserção da África Subsaariana no "sistema mundo". In: SANTOS, R. E. dos (Org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais*: o negro na geografia brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 165-198.

MOORE, C. *Racismo e sociedade*: novas bases epistemológicas para entender o racismo. 2 ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MOTTA, R. *Antropologia, pensamento, dominação e sincretismo.* Política & Trabalho, João Pessoa, ano 18, n. 18, 2002.

MOUSSA, M. M.; PORTUGUEZ, A. P. Nos dois lados de Atlântico Sul: reflexões sobre semelhanças e diferenças do rural e do urbano no Brasil e no Benin. *Brazilian Geographical Journal*, v. 10, p. 58-73, 2019.

MOUSSA, M. M.; PORTUGUEZ, A. P. *Desenvolvimento local e combate à pobreza em África Ocidental: microfinanciamento e promoção da cunicultura em Allada.* 1. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2020. v. 1. 155 p.

NEVES, J. P. M.; PORTUGUEZ, A. P. *O corpo negro e a dança como ato de resistência cultural da comunidade congadeira de Ituiutaba.* 1. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2024. 305 p.

OLIVEIRA, M. de L. de. As mulheres afro-brasileiras na cultura: desafios e conquistas. In: OLIVEIRA, Maria de Lourdes de Oliveira (org.). *Mulheres Negras*: História, representações e lutas. São Paulo: Editora Selo Negro, 2015.

OLIVEIRA, R. J. de (Org.). *A cidade e o negro no Brasil*: cidadania e território. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2012.

PANTOJA, S. *Uma antiga civilização africana*: história de África Central Ocidental. Brasília: Ed.UnB, 2011.

PARADA, M., MEIHY, M. S. B., MATOS, P. de O. de. *História da África contemporânea*. Rio de Janeiro, Pallas/PUC, 2013.

PARÉS, L. N., FIGUEIREDO, F. B. (Orgs.). *África*: entretecendo perspectivas. Salvador: EdUFBA, 2024.

PARKVALL, M. *Da África para o Atlânt***ico**. Campinas: Ed.Unicamp, 2012.

PEREIRA, A. M. *África*: para abandonar estereótipos e distorções. Belo Horizonte: Nadyala, 2012.

PEREIRA, A. P.. As contribuições das mulheres afro-brasileiras para a educação e a saúde. In: OLIVEIRA, Maria de Lourdes de Oliveira (org.). *Mulheres Negras*: História, representações e lutas. São Paulo: Editora Selo Negro, 2015.

PINHEIRO, B. C. S. *História preta das coisas*: 50 invenções científico-tecnológicas de pessoas negras. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

PINSKY, J. *A escravidão no Brasil*. 11 ed. São Paulo: Contexto, 1992.

PINTO, F. *#Seliganapolítica*: levanta favela! Vamos descolonizar o Brasil. Rio de Janeiro: Conexão 7, 2018.

PIZZINO, A. P. P. *Descolonização do ensino superior e ativismo académico*: um estudo sobre a agência e experiências de estudantes para a promoção de uma universidade mais equitativa e pluriversal. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Porto: U.Porto, 2025.

PORTUGUEZ, A. P. O lugar das religiões afro-brasileiras en Ituiutaba, MG. In: *Plantando axé: do lugar sagrado ao espaço da militância e da resistência cultural*. 1. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2016. p. 15-21.

PORTUGUEZ, A. P. *Espaço sagrado e ritos iniciáticos na tradição dos Candomblés de raiz ketu*. 1. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2017. 285 p.

PORTUGUEZ, A. P. *Contos de uma África mítica: a educação pela oralidade nas religiões de matriz afro-brasileira.* 1. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2018. 73 p.

PORTUGUEZ, A. P.; ARAUJO SOBRINHO, F. L. *Espaço sagrado, fé e ancestralidade de uma comunidade umbandista de Capinópolis.* 1. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2018. 100 p.

PORTUGUEZ, A. P.; DAHER, V. R. C. Entre a tradição, a modernidade e o mito do retorno às origens: os movimentos de des/re/territorialização do candomblé ketu entre 1950 e o tempo presente. In: PORTUGUEZ, A. P.; ARAUJO, L. F.; ENOQUE, A. G. (org.). *Meu povo de fé: olhares sobre a religiosidade popular no Brasil.* 1. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2018. p. 14-48.

PORTUGUEZ, A. P.; SOARES, B. R.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. (org.). *Geografia, pandemia e os desafios da reinvenção do mundo vivido.* 1. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2021.

PORTUGUEZ, A. P.; ARAUJO, L. F.; SANTOS, E. R. (org.). *Religiosidade popular e o desafio da contra-hegemonia no contemporâneo brasileiro.* 1. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2021.

PORTUGUEZ, A. P. *Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira.* 2. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2022. 195 p.

PORTUGUEZ, A. P.; MARCELINO, M. M. Religiosidade afro-brasileira, educação para as relações étnico-raciais e a formação docente na perspectiva da sociointeratividade. *Revista de Educação Popular,* v. Esp., p. 189-203, 2022.

PORTUGUEZ, A. P. Extensão universitária e culturas silenciadas: filmografia africana em territórios negros de Ituiutaba. In: FRANCA, J. S. MARCELINO, M. M. PORTUGUEZ, A. P. (org.). *Educação*: contribuições teóricas, proposições descoloniais e relatos de experiências. Ituiutaba: Barlavento, 2025a, p. 307-346.

RAFAEL, L. R. M.; PORTUGUEZ, A. P. *Ritmos e cores do catolicismo negro em Ituiutaba: as territorialidades da festa de congada entre 1950 e o tempo presente*. 1. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2019. 158 p.

REIS, J. J., AZEVEDO, E. (Orgs.). *Escravidão e suas sombras*. Salvador: Ed. UFBA, 2012.

RIOS, F., SANTOS, M. A. dos, RATTS, A. *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas.* São Paulo: Perspectiva, 2023.

RUBIM, A. A. C., SEVERINO, J. R. (Orgs.). *Teorias da cultura.* Salvador: Ed. UFBA, 2024.

SANTOS, K. L. dos. Por uma geografia dos países africanos: a formação socioespacial como partido de método e o caso de Gana no início do século XXI. *Boletim Paulista de Geografia*, nº 110, jul.-dez. 2023. P. 298-316. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/3193. Acessado em 30/04/2026.

SANTOS, M. A. A África na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: dinâmicas de integração e o papel da lusofonia. *Revista Calea*, Ilhéus, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), v. 8, n. 1, 2021. Disponível em: https://periodicos.uesc.br/index.php/calea/article/download/2477/1852/. Acesso em: 21 maio 2026.

SANTOS, M. *O trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. 4 ed. São Paulo: Hucitec1996a.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*: Técnica, tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996b.

SANTOS, M. O espaço dividido. São Paulo Edusp, 2018.

SCARANO, J. *Negro na terra do ouro*. Cotidiano e solidariedade (século XVIII). São Paulo: Brasileiense, 2002.

SEGATO, R. *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*; tradução Daniele Jatobá, Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

SILVA, H. P. Os rabelados de Cabo Verde: um "quilombo" africano. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 17, n. 41, p. 340-358, jan/jun, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303520015_Os_rabelados_de_Cabo_Verde_um_Quilombo_Africano. Acessado em 30/04/2026.

SILVA, T. R. R. BATISTA, L. C. Atlantismo em manutenção: um balanço da parceria entre Brasil e Cabo Verde durante os governos de Dilma Rousseff (2011-2016). *Revista Brasileira de Estudos Africanos*. Porto Alegre: v. 8, nº. 16, jul/dez/2023, p. 89-112. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/133628. Acessado em: 30/04/2026.

SILVEIRA, M. C. A. SOUZA, L. S. D. PORTUGUEZ, A. P. O discurso da descolonialidade e a educação para as relações étnico-raciais no Brasil. MARCELINO, M. M. PORTUGUEZ, A. P. (orgs.). *Educação*: da consciência cidadã à resistência democrática. Ituiutaba: Barlavento, 2022.

SINGH, Rana P. B. Geographical Thought in India: Major Trends and Deep Roots. Asian Profile, Hong Kong, v. 37, n. 1, p. 71-88, 2009.

SOUZA, L. S. D.; PORTUGUEZ, A. P. *Arerês e fuzuês: intolerância religiosa contra a umbanda e o candomblé em Ituiutaba.* 1. ed. Ituiutaba: Barlavento, 2021. 276 p.

SOUZA, M. de M. e. *África e Brasil africano*. 2 ed. São Paulo: Ática 2007.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). *Promovendo a cooperação Sul-Sul na educação e no desenvolvimento de competências em África*. New York: UNDP, 2023. Disponível em: https://www.undp.org/publications/advancing-south-south-cooperation-education-and-skills-development. Acesso em: 24 maio 2026.


EDITORA BARLAVENTO